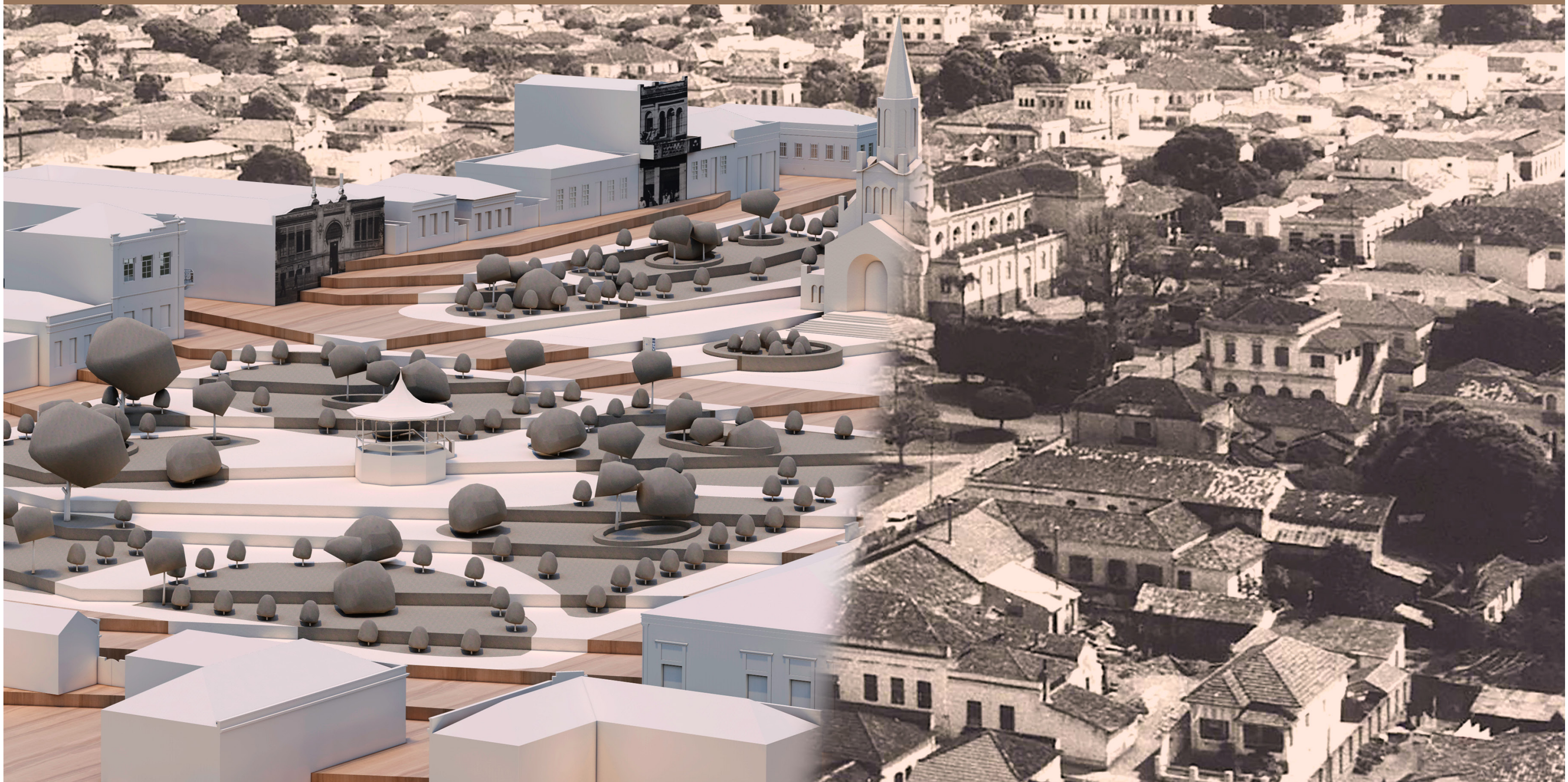
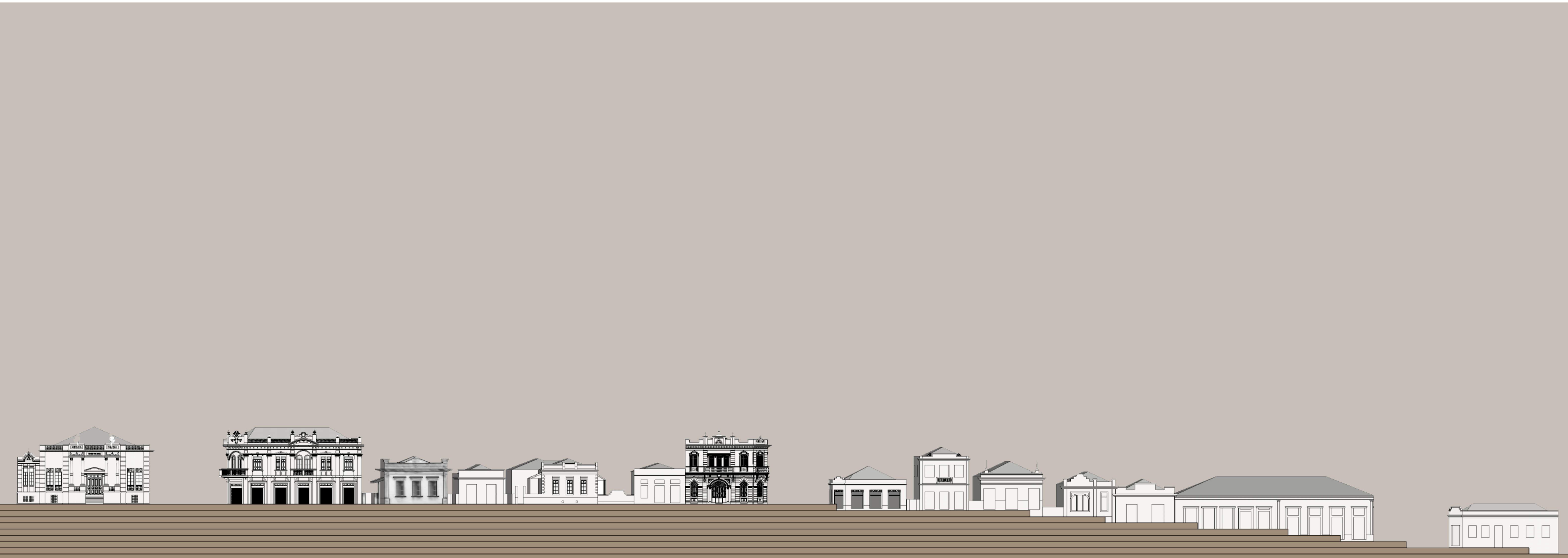


O PATRIMÔNIO RELIGIOSO NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE BEBEDOURO/SP

reconstrução virtual das praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite:
uma ressignificação de elementos da forma urbana







UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO” CAMPUS BAURU

FAAC – FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO ARQUITETURA E URBANISMO

O PATRIMÔNIO RELIGIOSO NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE BEBEDOURO/SP:
reconstrução virtual das praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite,
uma ressignificação de elementos da forma urbana

Monografia apresentada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para obtenção do título de bacharel em arquitetura e urbanismo.

TAYNÁ DA SILVA MACHADO
RA: 141031247

Orientador: Prof. Dr. Vladimir Benincasa

M149p	Machado, Tayná da Silva
	O patrimônio religioso no processo de urbanização de Bebedouro/SP : reconstrução virtual das praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite, uma ressignificação de elementos da forma urbana / Tayná da Silva Machado. -- Bauru, 2023 79 p.
	Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru
	Orientador: Vladimir Benincasa
1. patrimônio religioso. 2. formação urbana. 3. elementos da forma urbana. 4. processos de urbanização. 5. praça Barão do Rio Branco. I. Título.	

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Ilsa e Ademir, que moldaram meu caminho até essa realização. Vocês são meus maiores exemplos de persistência, dedicação e amor. Obrigada mãe, por toda a compreensão e incentivo e obrigada pai, por todo o apoio e preocupação. Ambos deixarão ensinamentos que levarei para toda a vida.

Aos meus irmãos, Taize, Ademir Jr. e Tatiana, e toda família, que confiaram em mim e me deram todo o suporte para chegar até aqui. Admiro e me espelho em vocês.

Ao Marco Antonio, pela parceria, carinho e cuidado cedidos todos os dias e, principalmente, ao longo da elaboração do presente trabalho.

Ao professor Dr. Vladimir Benincasa que, com muita paciência e seriedade, direcionou cada etapa dessa conquista. Agradeço também ao professor Dr. Nilson Ghirardello, por cultivar meu interesse na temática abordada neste trabalho.

À toda a comunidade FAAC-UNESP, principalmente ao corpo docente do curso de Arquitetura e Urbanismo, pelos aprendizados que sempre estarão presentes em minha trajetória profissional.

Aos cidadãos de Bebedouro, ao Departamento Municipal da Cultura, à administração da Igreja de São João Batista e todos os estudiosos e entusiastas que preservam o material iconográfico coletado, contribuindo para este trabalho e resguardando a história da cidade na memória coletiva.

Por fim, agradeço a todos que participaram dessa jornada comigo. Essa conquista não seria possível sem vocês.

Obrigada!

RESUMO

Ainda ao final do século XIX, remanescia nas mãos da Igreja Católica o início do processo de urbanização e patrimônio original na fundação de cidades no “Oeste Paulista”, por meio da prática de doações de terras aos seus santos padroeiros. Na atual região de Bebedouro/SP, em 1884 iniciou-se a formação de um patrimônio dedicado a São Sebastião. À atual praça Nove de Julho foi atribuída a função de acomodar a Capela, dedicada ao mesmo Santo e, posteriormente, com o advento da ferrovia e a consequente prosperidade econômica, fez-se necessária a construção de nova igreja matriz que comportasse maior número de fiéis. Em 1926, foram inauguradas a Paróquia de São João Batista em meio às praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite modernizadas, ambas de alta expressão artística, consagrando seu espaço e entorno como referência de cenário urbano embelezado aos moldes ecléticos. Com o novo panorama econômico no estado de São Paulo, caracterizado pela produção agrícola diversificada e pela industrialização, a partir dos anos 50, essa arquitetura do período cafeeiro foi sendo desvalorizada e até mesmo des-caracterizada ou demolida em nome do progresso e desenvolvimento. Atualmente, a zona central de Bebedouro contempla uma trama com edifícios que mesclam diferentes tipologias arquitetônicas de distintos ciclos econômicos que traçam visível e resumidamente a trajetória urbana da cidade. O propósito deste trabalho é identificar características comuns originárias de um patrimônio religioso na formação e contexto da praça, reconhecer aspectos morfológicos e reconstruir virtualmente elementos da forma urbana e da paisagem das décadas de 1920/30, quando a praça se consolida edílicia e simbolicamente como principal ponto de Bebedouro. Ressalta que o entendimento do tecido urbano contemporâneo e sua construção sócio-histórica são indispensáveis, incentivando um olhar para futuras medidas de preservação nos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio religioso; formação urbana; elementos da forma urbana; processos de urbanização; praça Barão do Rio Branco.

ABSTRACT

Towards the end of XIX century, the urbanization process and original patrimony of cities in the “west São Paulo State” remained under the control of the Catholic Church, which received land donations in honor of its patron saints. In 1884, a patrimony devoted to San Sebastian was originated in Bebedouro/SP. At first, a chapel dedicated to the same saint was built on the “Nove de Julho” square. With the railway arrival and subsequent economic prosperity, the need to build a new mother church arouse, so it would sit a larger number of people. In 1926, the Parish of Saint John the Baptist and its squares, “Barão (Baron) do Rio Branco” and “Monsenhor (Monsignor) Aristides da Silveira Leite”, were inaugurated, both modernized, displayed artistic significance, and established its surroundings as a reference of the eclectic style in the urban landscape. However, since the 50’s, with the new socioeconomic panorama, influenced by its diversified agricultural production and industrialization, the eclectic architecture associated with coffee economy started to decline, being mischaracterized or even demolished on behalf of progress and development. Nowadays, the central zone of Bebedouro contemplates a context with buildings that merge different architectural typologies from distinct economic cycles, providing visible and brief traces of the city’s urban trajectory. The purpose of this work is to identify common and original characteristics of a religious patrimony in the formation and context of the study area, recognize morphological aspects and virtual reconstitute the landscape and urban elements of the 20’s and 30’s, when the subject of this study consolidates itself as a set of buildings. It emphasizes the understanding of the contemporary urban mesh and its social-historical development is essential when encouraging and aiming for future preservation measures.

KEYWORDS: religious patrimony; urban formation; urban form elements; urbanization processes; Barão do Rio Branco Square.

SUMÁRIO

15

INTRODUÇÃO

19

FERROVIAS,
MORFOLOGIA
URBANA E
ARQUITETURA
DO CAFÉ

51

URBANIZAÇÃO,
INDUSTRIALIZAÇÃO
E MODERNIZAÇÃO
DA ARQUITETURA

65

TECNOLOGIA
NO ESPAÇO
URBANO
CONTEMPORÂNEO

67

INTERVENÇÃO E
PROPOSTA DE
DIRETRIZES: UMA
FERRAMENTA
INFORMACIONAL

69

CONJUNTO
GRÁFICO

73

CONSIDERAÇÕES
FINAIS

01

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização e constituição da paisagem de muitas cidades do Oeste Paulista fundamentou-se na relação Estado/Igreja. Impulsionado pela Lei de Terras de 1850, que instaura a livre comercialização de terras rurais no país (GHIRARDELLO, 2010, p. 65), e amparado na expansão capitalista, o acelerado processo de aquisição das glebas não exploradas dependia dos registros paroquiais e regulamentações eclesiásticas. Da mesma forma, a documentação oferecida em nascimentos, casamentos e óbitos (Repertório das leis promulgadas..., 1877, p.219, apud. GHIRARDELLO, 2010, p. 69), também era fornecida pela instituição católica, tornando a presença de uma figura religiosa e de uma Capela Curada fundamentais na organização territorial das vilas que se formavam no interior da província.

Moldada por características comuns de patrimônios religiosos se dá também a origem da cidade de Bebedouro, no Estado de São Paulo. A cidade localiza-se na microrregião da Serra de Jaboticabal e na mesorregião de Ribeirão Preto. Até 1884, parte da região correspondente hoje ao município de Bebedouro comportava um conjunto de propriedades agrícolas pertencentes territorialmente à Paróquia de Nossa Senhora do Carmo de Jaboticabal. A data oficial de sua fundação é de 3 de maio de 1884, quando se tem registro da primeira venda de porção de terras da Fazenda Bebedor. Feita pelo casal João Francisco da Silva e Ana Cezária Pimenta ao Procurador da Capela, Capitão José Inácio Garcia, contribuiu para a formação de um Patrimônio e a implantação de uma Capela, construída no mesmo ano no Largo de São Sebastião (atual Praça Nove de Julho), segundo Izidoro Filho (1991, p. 43). Posteriormente, a formação da Vila de São Sebastião do Bebedor prosperou com nova doação de um alqueire de terras a favor do Orago de São Sebastião do Bebedor, feita por Francisco Bonifácio de Souza Guerra, em 1888 (IZIDORO FILHO, 1991, p. 43).

Anos depois, por iniciativa de Francisco Inácio Pereira foi proposta e erguida uma nova Capela, próxima ao Largo de São Sebastião, que deveria se chamar São João Batista, devido à precariedade da antiga Capela de São Sebastião (IZIDORO FILHO, 1991, p. 315). Dessa forma, em 1894 passam a coexistir duas Capelas no arraial, ambas provisionadas no mesmo ano pelo Bispado de São Paulo (CERVI, 2016, p. 06). Em 1897, a Capelania de Bebedouro é elevada a Curato e é autorizada a demolição da Capela de São Sebastião. Em 1900, é erigida à Freguesia de São João Baptista de Bebedouro (CERVI, 2016, p. 16).

Com a chegada dos trilhos da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, vindos de Jaboatão, e a implantação da primeira estação ferroviária na cidade, em 1902, desencadeou-se um ciclo de desenvolvimento econômico e populacional, bem como a ampliação de investimentos urbanos (GHIRARDELLO, 2010, p. 22). Assim, em 1911, iniciou-se a construção da nova Igreja Matriz de São João Batista, supervisionada pelo engenheiro Dr. Oscar Werneck (Izidoro Filho, 1991, p. 277). No ano de 1922, já se encontrava erguida, com seu altar-mor montado (CERVI, 2016, p. 16).

A partir dessa breve contextualização histórica, se inicia a abordagem do trabalho: por meio do estudo da formação da cidade e a percepção de seu espaço nos dias atuais, vinculando-se o decorrer de diferentes ciclos econômicos à modificação da paisagem e à articulação entre Igreja Matriz, seu adro e as edificações de seu entorno. Escolheu-se, para maior estudo e reconstituição, a paisagem da praça central das décadas de 1920/30, haja vista que suas imagens ainda são as mais acionadas pela memória coletiva da cidade, além de ser o período em que surgiram as edificações mais emblemáticas do local.

Notam-se aspectos das fases socioeconômicas no traçado e na paisagem urbana, sendo seus reflexos mais claramente perceptíveis, em primeira instância, na arquitetura (REIS FILHO, 2000, p.16). A paisagem hoje observa-

da do objeto de estudo nada mais é do que um exemplo morfológico do processo de urbanização do território bebedourense – refletido diretamente nas tipologias que compreendem e compõem a Praça Barão do Rio Branco.

É a partir da relevância destas informações que serão estudados os edifícios que constituem ou constituíram o entorno da praça, bem como a Igreja de São João Batista – analisados em relação ao desenvolvimento urbano e sua origem como patrimônio religioso. Segundo Barreira (2003, p. 315), o estudo da cidade sob a ótica de sua “memória”, ou sob definições atribuídas à noção de patrimônio, acarreta na compreensão da lógica das prioridades de uso e valorização de espaços ao longo do tempo.

O recorte territorial, para a investigação científica, são as praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite (**Figura 1**), que compõem o adro original da Paróquia de São João Batista, bem como as fachadas dos edifícios ao seu redor em diferentes recortes temporais – períodos econômicos – caracterizados e separados por capítulos. Este trecho urbano localiza-se no centro de Bebedouro, limitado e pelas ruas Francisco Inácio, Quinze de Novembro, Dr. Oscar Werneck e São João. Por ser uma das áreas urbanas mais antigas da cidade, vem sofrendo transformações em sua paisagem desde sua formação como patrimônio religioso no final do século XIX.

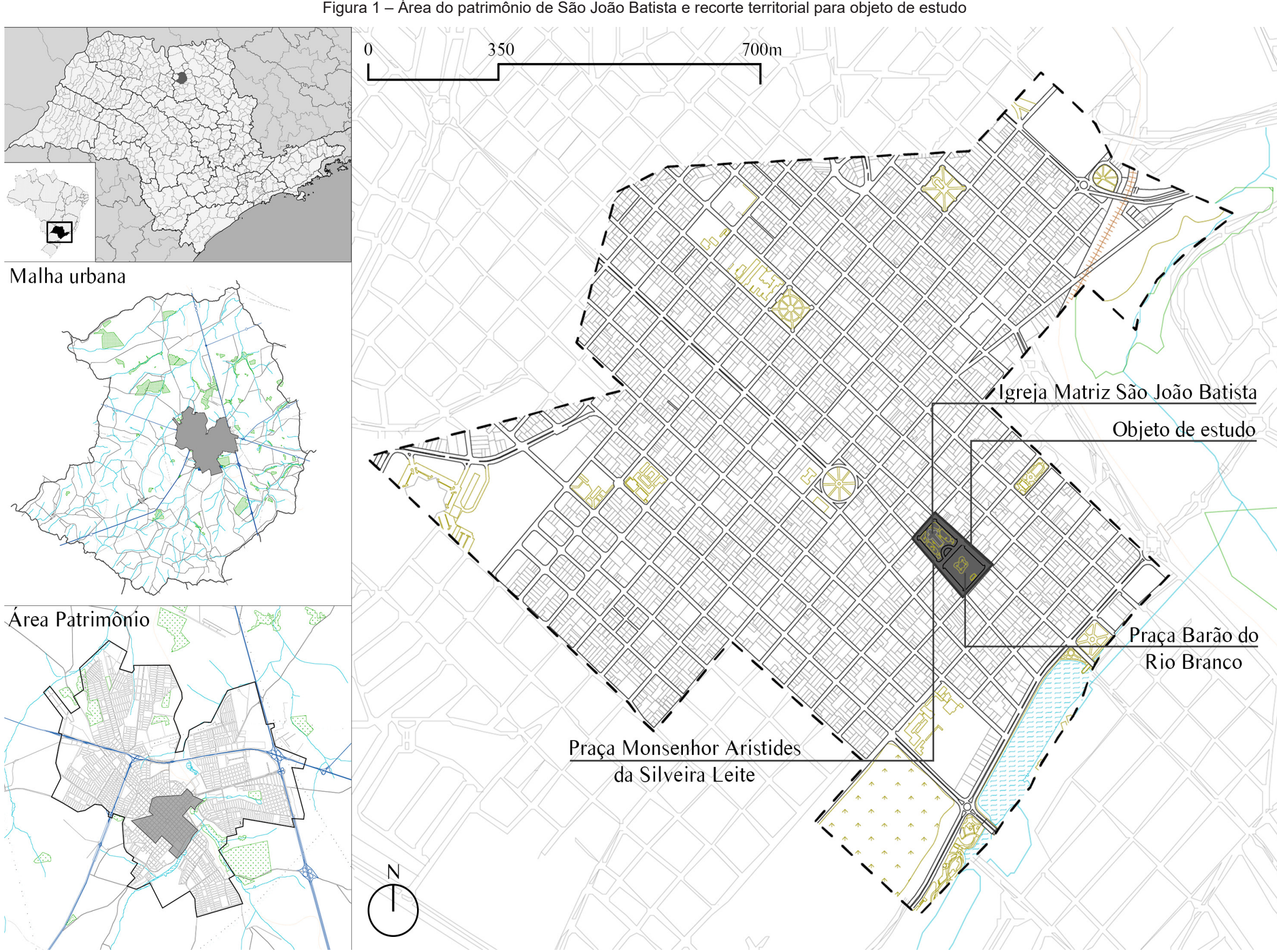
A metodologia empregada baseou-se em revisão bibliográfica, levantamento métrico, fotográfico e visitas de campo. A estrutura do trabalho se organizará em seis capítulos: o segundo capítulo aborda brevemente a origem da composição

territorial da cidade de Bebedouro e os primeiros aspectos urbanos do recorte estudado. Traz um maior foco na influência do período econômico cafeeiro no desenvolvimento do objeto de estudo, nos seus elementos de forma urbana e tipologias

arquitetônicas, analisando seu reflexo na transformação da paisagem através da reconstrução das fachadas e das praças, por meio de modelagem tridimensional. O terceiro capítulo contempla brevemente a paisagem do recorte territorial no

segundo período econômico estudado, caracterizado pela industrialização e rodoviarismo. Reflete sobre a desvalorização da arquitetura eclética, a busca pelo progresso e como esse movimento se retrata em aspectos arquitetônicos no aspecto morfológico do local de estudo. O quarto capítulo discute sobre o compilado dessa bagagem histórica na paisagem do objeto, em meio à contemporaneidade e uso de áreas públicas como espaços híbridos. Questiona sobre como o contexto tecnológico em que estamos inseridos hoje se espelha nesse consolidado espaço urbano, ainda, e sempre, em transformação. No quarto capítulo é apresentada uma pequena intervenção, junto de uma proposta de diretrizes, propondo a função informacional do objeto de estudo. O quinto e aborda as considerações finais e consequentes discussões despertadas pelo trabalho. Por fim, o sexto e último capítulo contempla o conjunto gráfico elaborado ao longo do trabalho em uma prancha final.

Dessa forma, propõe-se o entendimento da dinâmica das transformações do objeto nesse trabalho, oferecendo um diálogo articulado entre passado e presente, patrimônio religioso e paisagem morfológica; e como produto final, a reconstituição arquitetônica do recorte selecionado nas décadas de 1920/30, expressão máxima morfológica do período cafeeiro – material passível de divulgação através de aplicativo acessível à população (QR-Code) e que, por meio da experiência físico-virtual proposta, busca abrir espaço para reflexões dialógicas e críticas que podem incentivar futuras ações e políticas de preservação.



Fonte: Google Earth Pro e Plano Diretor de Bebedouro, acesso em abril de 2023. Elaborado pela autora, 2023.

02 FERROVIAS, MORFOLOGIA URBANA E ARQUITETURA DO CAFÉ

Patrimônio religioso: breve abordagem teórica

Em se tratando da história da fundação das cidades no “Oeste Paulista” durante o século XIX, o conceito de patrimônio na periodização estudada implica em uma distinta definição daquela que se abrange em disciplinas de restauro – traz-se de volta aqui sua essência, cujo significado remete à descrição de Choay:

“[definição] ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito ‘nômade’, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante.” (CHOAY, 2000, p. 11)

Requalificada pelo termo “religioso”, a descrição de patrimônio aqui tratada refere-se à usada até meados do século XX para caracterizar pequenos aglomerados urbanos que se originaram de terras aforadas pela Igreja Católica. Comumente, era doada uma parcela de terras a um santo padroeiro, que vinha a se organizar territorial e fisicamente pelas normatizações eclesiásticas (PICCINATO JUNIOR; SALGADO, 2012, p. 240). A doação costumava ser feita por motivos ligados à fé, devido a graças recebidas ou para conferir ao doador a realização de missas após sua morte (GHIRARDELLO, 2010, p.77). Escolhia-se, frequentemente, áreas próximas a cursos d’água, uma vez que ali obtinha-se maior salubridade e ventilação, além destes serem pontos de referência facilmente reconhecíveis (GHIRARDELLO, 2010, p. 90).

O reflexo da evolução urbana destas pequenas formações se dá por uma regra legal, isto

é, por características comuns que podem ser reconhecidas em diversas cidades do interior paulista (GHIRARDELLO, 2010). São identificadas etapas de estruturação que se embasam em um principal pilar – a união entre Igreja e Estado. Após a doação à Igreja seguia-se a implantação de uma pequena capela, que configurava o embrião urbano em formação (MARX, 1991, p. 26). Dessa maneira, não só pelo costume de doação de alguns alqueires se institucionalizava a comunidade, mas pela oficialização de sua ermida, ou seja, sua elevação à capela curada (MARX, 1991, p.19) – primeira condição urbana conquistada (PICCINATO JUNIOR; SALGADO, 2015, p. 03).

Aceita pela autoridade eclesiástica e, por estar em região geralmente isolada da província, a capela tornava-se figura de duplo papel – nela estariam concentrados tanto o poder espiritual como o temporal. Ali poderia ser rezada a missa e oferecidos os sacramentos da Igreja, bem como os registros oficiais, consagrando sua função enquanto cartório eclesiástico (MARX, 2003, p. 118, 144 apud. GHIRARDELLO, 2010, p. 70). Paralelamente, e devido aos fatores demográficos, econômicos e políticos (PICCINATO JUNIOR; SALGADO, 2012, p. 248), ao longo da formação destes núcleos, à pequena capela, possivelmente ampliada ou reconstruída, era conferido o status de freguesia, paróquia ou matriz (MARX, 1991, p. 12). Estes fatores foram desencadeados no processo de urbanização do

território paulista por aquilo que Ghirardello afirma ser resultado do projeto de ocupação e infraestruturação de espaços agrários pelas elites – a reprodução do capital através da cafeicultura e da implantação do sistema de transporte ferroviário (2010, p. 35, 38).

Composição territorial e formação do patrimônio religioso de Bebedouro

Com a finalidade de vincular a revisão bibliográfica estudada e paralelamente contribuir com a historiografia da cidade de Bebedouro no que se trata da sua identidade como patrimônio religioso, aqui serão constatadas as regras legais que foram encontradas na pesquisa iconográfica da cidade. Através de registros, fotografias, documentos e jornais, consegue-se observar detalhes e perceber o objeto de estudo como um relevante exemplo do movimento de formação de cidades no interior paulista ao final do século XIX e início do XX – ainda que a maior parte do recorte territorial tenha se consolidado morfologicamente após 1889.

E, das gerações passadas, ouvia-se dizer: que no ano de (1885) entre os primeiros bandeirantes que passavam e já os que nela radicavam, foi aventada a ideia para a compra do primeiro lote de terra, para a formação do patrimônio de

uma povoação, que nascia cujo Orago seria São Sebastião de Bebedor." (IZIDORO FILHO, 1991, p. 36).

A cidade de Bebedouro, bem como diversas cidades do interior paulista, apresenta características comuns à formação de cidades no Oeste Paulista enraizadas em sua história. Vale ressaltar que, apesar da bibliografia estudada tratar muitas vezes como “Oeste Paulista” as várias cidades que se originaram no mesmo período no interior do estado, neste momento, o termo torna-se demasiado abrangente, uma vez que a cidade de Bebedouro localiza-se na microrregião da Serra de Jaboticabal e mesorregião de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Grande parte destes aspectos comuns aos patrimônios religiosos são percebidos na bibliografia elaborada pelo professor Izidoro Filho (1991) e Pe. Marcelo Cervi (2016), que serão aliados aos documentos buscados ao longo da pesquisa, como os Livros do Tombo e Cartas de Datas, fornecidos pela Paróquia de São João Batista.

As propriedades agrícolas locais pertenciam territorialmente à Paróquia Nossa Senhora do Carmo de Jaboticabal (CERVI, 2016, p. 05). As primeiras ocupações ali se deram devido ao curso d’água existente, o Córrego Bebedouro, onde os tropeiros pousavam.

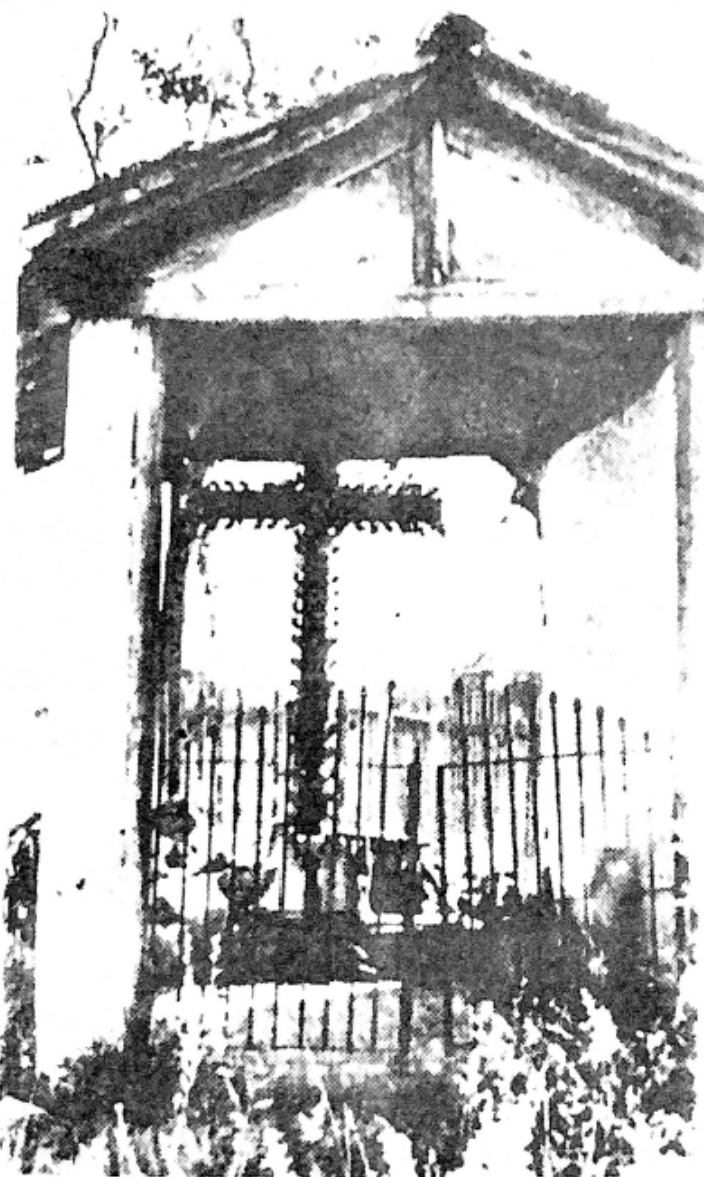
Futuramente, o curso d’água, junto com um prefixo santo, dará nome à fazenda ali situada e, mais ainda, ao povoado que porventura irá

ser criado no local (GHIRARDELLO, 2010, p. 67).

Como veremos a seguir, as primeiras terras adquiridas para patrimônio foram da Fazenda do Bebedor, e contemplavam o povoado de Bebedor de São Sebastião (IZIDORO FILHO, 1991, p. 44).

Izidoro Filho (1991, p. 38-39) afirma que a história da cidade começa a se tecer quando é fincada a Cruz demarcatória, localizada na Fazenda Santa Cruz dos Limas e, a partir desse ponto demarcava-se a vila de Bebedor de São Sebastião (**Figura 2**). Segundo Ghirardello:

Figura 2 - Cruz Demarcatória



Fonte: IZIDORO FILHO, 1991, p. 39.

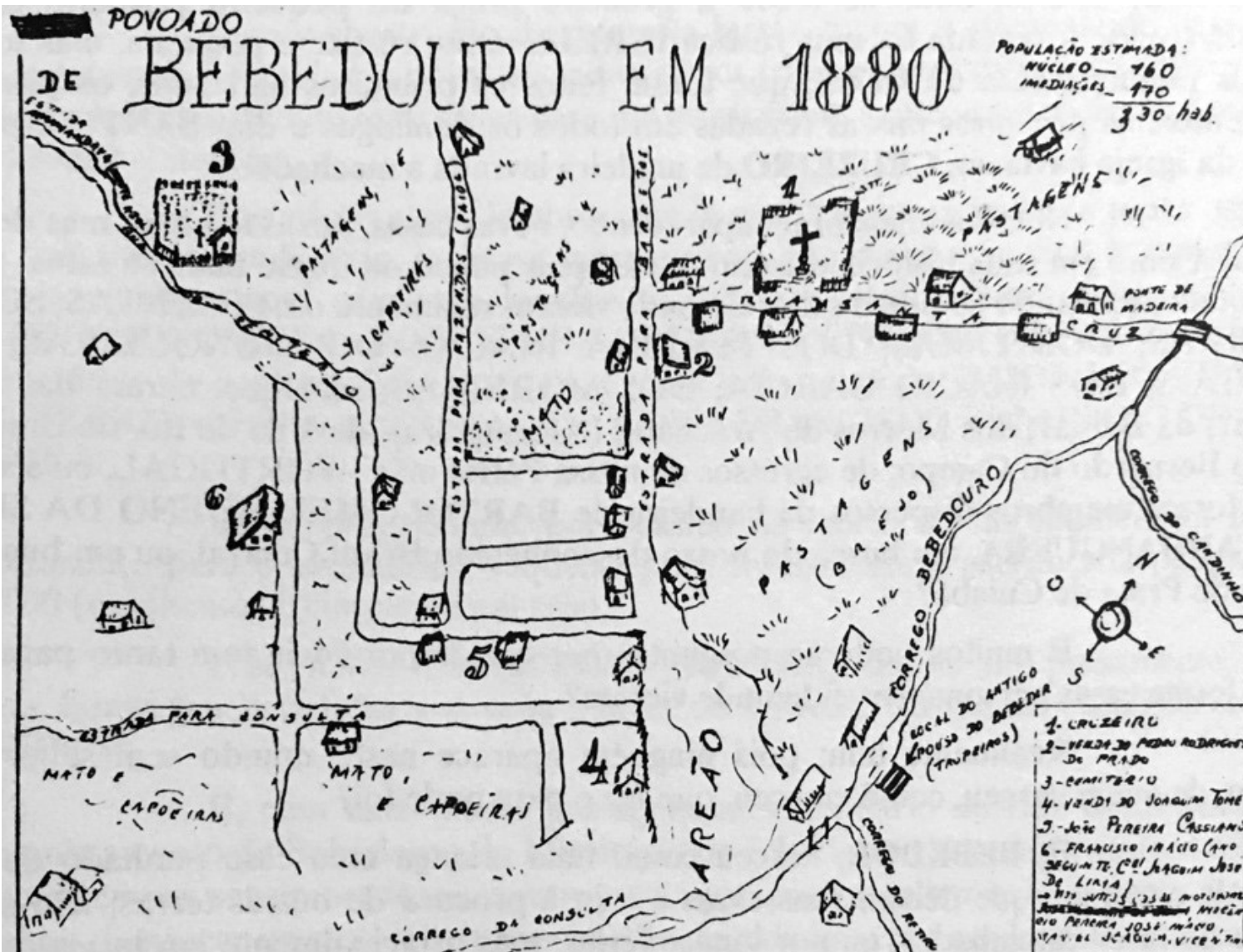
As edificações do novo patrimônio eram erguidas primeiramente junto ao Largo do Cruzeiro, marco inicial da ocupação, ou da capela, se esta já tivesse sido construída (2010, p. 36).

A data da implantação do cruzeiro, entretanto, apresenta divergência em diferentes fontes – segundo Izidoro Filho (1991, p. 39), sua colocação data de 1882 e, segundo Cervi (2016, p. 05) e a revista “Bebedouro em Revista” (1949), como mostrado na **Figura 4**, o cruzeiro foi colocado no ano de 1878, indicado na legenda do mapa. De qualquer forma, a Cruz demarcatória tornou-se referência do período anterior à delimitação e implantação do patrimônio religioso, além de evidenciar um aglomerado de pessoas

que já viviam na região. Segundo relatos compilados por Izidoro Filho (1991, p. 41), representados na **Figura 4**, é possível notar o que Ghirardello (2020, p. 18) menciona como uma configuração que ainda não se tratava de uma povoação, mas se caracterizava principalmente por algumas propriedades rurais, fazendas isoladas e poucos estabelecimentos comerciais e de serviços.

Segundo Izidoro Filho (1991, p. 39), a partir da referência demarcada pelo cruzeiro, ramificam-se as primeiras vias ou “trilhos” da cidade: a rua direita corresponde à atual Rua Vicente Paschoal, que levava ao Largo de Santa Cruz (local onde estava o cruzeiro, correspondente à região

Figura 3 - Povoado de Bebedouro em 1880



Fonte: IZIDORO FILHO, 1991, p. 41.

onde hoje está a Escola Cel. Conrado Caldeira) e à estrada para Barretos; e da direita, correspondente à atual Rua Francisco Inácio, rumava à Estrada para Consulta; e a “do centro”, que corresponde à atual Rua Prudente de Moraes, é caracterizada pelo autor (1991, p. 39) por “parar numa colina, pois ali estava uma grande clareira, formando assim o primeiro grande lugar aberto onde se locou a primeira praça do pequeno povoado de São Sebastião”, cuja área é referente à atual Praça 9 de Julho, local onde foi construída a primeira capela de São Sebastião no ano de 1884 (**Figura 3**). Como visto na revisão bibliográfica, seguiu-se a regra de se escolher um local de destaque no sítio para o patrimônio religioso e para a implantação de sua capela, como implementado desde as Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia (MARX, 2003, p. 41, 42), fundando-se em “lugares decentes e acomodados”, edificada em “sítio alto, livre da humidade, e desviado de lugares imundos e sórdidos, e de casas particulares, e de outras paredes” (Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, 1853, p. 252-253 apud. PICCINATO JUNIOR; SALGADO, 2015, p. 03). Ali então o patrimônio religioso exercia sua função organizadora do território que uniria um polo de serviços, comércios e algumas residências.

Durante a formação do embrião urbano, eram definidas por muitas vezes, regras de aruamento e incentivavam a estruturação de um traçado regular e em quadriculas – desenho ur-

bano resultado de possíveis resquícios das normatizações lusas usadas para os rossios (PICCINATO JUNIOR; SALGADO, 2015, p. 73 apud. GHIRARDELLO, 2010, p. 81). Normalmente, estas exigências também estavam de acordo com os códigos de posturas municipais.

A reticularidade do traçado, também abordada em diretrizes impostas pela Lei de Terras de 1850 em seu Art. 11, tornou-se característica comum à origem de cidades paulistas por patrimônios religiosos implantadas pela Igreja Católica, ainda que por orientações do Estado (GHIRARDELLO, 2010, p. 116, 117), sendo possível apontar essa característica também na cidade de Bebedouro. Em seus primeiros passos como patrimônios, muitas cidades já apresentavam o traçado regular e malha contemporânea, tornando-as naquele período, no que se trata de implantação do plano em quadras, mais modernas do que a capital (GHIRARDELLO, 2010, p. 134).

No caso do objeto de estudo abordado neste trabalho, o fato de sua formação ser um pouco mais tardia do que as cidades apresentadas por Ghirardello (2010), torna-se simples a compreensão do seu traçado, que apesar de apresentar algumas ruas um pouco desalinhas, evidencia o plano em retícula do núcleo urbano e de seu planejamento. Percebe-se que, em se tratando de duas das ruas mais antigas da cidade (Rua Vicente Paschoal e Rua 7 de Setembro, retratadas no mapa “Bebedouro em 1889” como Rua do Comércio e Rua Santa

Cruz), abrangidas pela área do Patrimônio, ambas já têm sua origem no traçado em tabuleiro de xadrez e comunicam-se com as estradas para Pitangueiras e para Jaboticabal. Segundo Marx (1991, p. 41), com o plano retilíneo hierarquizava-se as vias primitivas de comunicação com a formação urbana até que se implantasse a ferrovia.

Izidoro Filho (1991, p. 43) afirma que do “documento de número trinta (30)”, em 03 de maio de 1884, nasce o patrimônio de Bebedouro – trata-se do primeiro registro da venda ao sr. Procurador da Capela de uma parcela de terras herdadas pelo casal João Francisco da Silva e Ana Cezaria Pimenta. Assim o autor apresenta o documento:

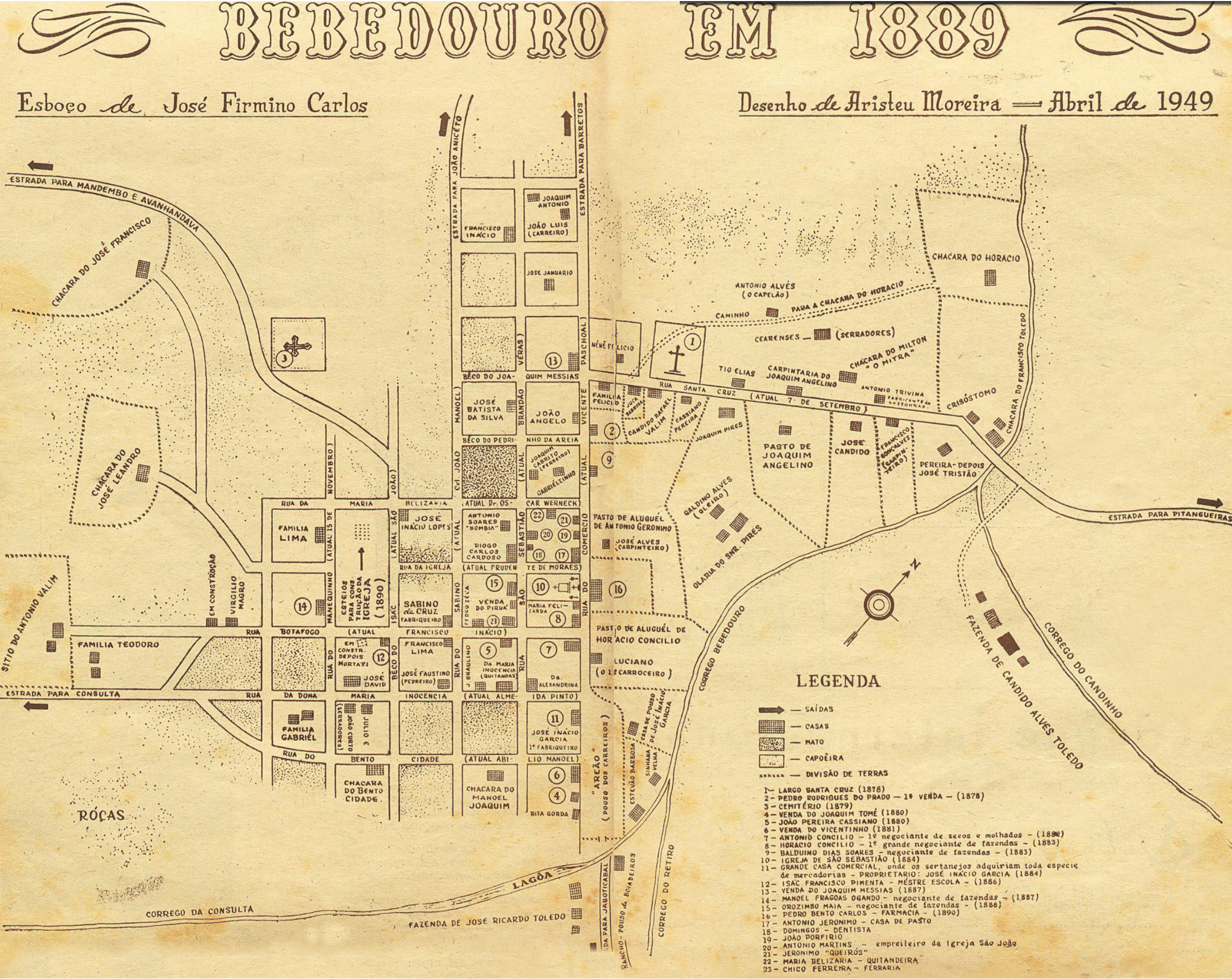
Dizemos nós abaixo assinados, eu JOÃO FRANCISCO DA SILVA e minha mulher ANA CEZARIA PIMENTA, que além dos mais bens que somos legítimos possuidores, possuímos livres e desembargados de qualquer onus uma parte de terras, na Fazenda do BEBEDOR, Província de São Paulo, cuja parte de terras houvermos por herança de nossa mãe e sogra dona Maria Magdalena Nepumuceno, cuja legítima é de DUZENTOS E SETENTA OITO MIL E SEISCENTOS RÉIS. 278.000\$600; vendemos desta parte, ao PRICURADOR DA CAPELA (fabriqueiro CAPITÃO JOSÉ INÁCIO GARCIA), a metade de nossa legítima e, neste momento, vendemos a outra parte da dita legítima ao senhor FRANCISCO INÁCIO PEREIRA, pelo preço e quantia de DUZENTOS MIL RÉIS, que ao passar a presente escriptura recebemos em

moeda corrente e lhe damos plena quitação da dita quantia, e transmitimos na pessoa do nosso comprador toda a posse, jús, domínio e ação que até este momento nós tínhamos em ditas terras (IZIDORO FILHO, 1991, p. 44).

De acordo com Cervi (2016, p. 05), a escritura do referido documento foi lavrada na vila “Ribeirãozinho”, hoje cidade de Taquaritinga. Assim, no mesmo ano foi construída uma pequena capela, dedicada a São Sebastião (**Figura 5**), cujo Largo teve o mesmo nome. Já no ano de 1886 foi publicado o que se tem como primeiro documento oficial referente à formação de Bebedouro: o Ato do Governo Provincial que criou o distrito de subdelegacia no arraial de São João Baptista da Boa Vista do Bebedor, divulgado no jornal Correio Paulistano¹. Aqui, o nome pelo qual se trata a cidade de Bebedouro traz dúvidas, pois Izidoro Filho (1991, p. 40) cita o povoado como sendo de São Sebastião do Bebedor. Se não por um equívoco, é possível que, apesar da existência de uma única Capela, a de São Sebastião, o título de São João Baptista da Boa Vista de Bebedouro se tenha configurado posteriormente, quando da criação do distrito de subdelegacia (**Figura 6**).

No dia 03 de setembro de 1888, foi acrescentada ao patrimônio de Bebedouro a quantia de um alqueire de terras da Fazenda Bebedor, doação de Francisco Bonifácio de Souza Guerra e Maria das Dores (CERVI, 2016, p. 06).

Figura 4 - Planta da Vila do Bebedouro em 1889



Fonte: Bebedouro em Revista (1949). Acervo do Departamento Municipal de Cultura. Acesso em 2018.

Figura 5 – Desenho obtido através de memória oral da primeira Capela de São Sebastião



Fonte: IZIDORO FILHO, 1991, p. 315

Figura 6 – Ato do Governo Provincial que criou o distrito de subdelegacia no arraial de São João Baptista da Boa Vista do Bebedor



Fonte: Correio Paulistano, edição de 27 de agosto de 1886. Disponível em < <http://bndigital.bn.gov.br/> >

Ghirardello (2010, p. 83) afirma que a partir do somatório de doações foram formados diversos patrimônios – assim ocorre também com o objeto de estudo, e da seguinte forma é relatada a “segunda fase” da constituição de seu patrimônio:

Dezemos nós abaixo assignados eu FRANCISCO BONIFÁCIO DE SOUZA GUERRA e minha mulher dona MARIA DAS DORES, que entre os mais bens que somos senhores possuidores com livre e geral administração; e, bem assim, um alqueire de terras da Fazenda do Bebedor, deste termo nesta data fazemos “DADIVA AO GLORIOSO SÃO SEBASTIÃO”, no valor de DOIS MIL RÉIS (IZIDORO FILHO, 1991, p. 47).

Neste momento, foi também melhorada a capela construída em 1884 e, concluídas as obras em janeiro de 1889, foi solicitada ao Bispo de São Paulo sua bênção e inauguração no dia 20 do mesmo mês (CERVI, 2016, p. 06).

Por iniciativa do Coronel Francisco Ignácio, em local próximo ao Largo de São Sebastião, hoje área correspondente à Praça Barão do Rio Branco e Praça Monsenhor Aristides da Silveira Leite, ergueu-se uma nova capela dedicada à São João Batista – desta forma, já no ano de 1894, pode-se confirmar a existência destas duas capelas (CERVI, 2016, p. 06) por meio das provisões emitidas pelo Curato de São Paulo: uma concedendo “5 anos de Missa para a Capela de São Sebastião, no povoado de São João da Boa Vista de Bebedouro, para

o Pe. Francisco Valente, Vigário de Barretos” e outra para “casamentos e batizados na Capela de São João da Boa Vista de Bebedouro”.

Em dezembro de 1895, o Bispo de São Paulo criou a Capelania da Villa de Bebedouro, desligando-a da Paróquia de Barretos, tendo como seu primeiro Capelão o Pe. Antônio Luiz dos Reis França – assim, a partir de 1896 têm-se registros de provisões à Capela de São João do Bebedouro, bem como um inventário de seus bens, como mostrado nas **Figuras 7 e 8** (Primeiro Livro do Tombo da Paróquia de São João Batista, 1895).

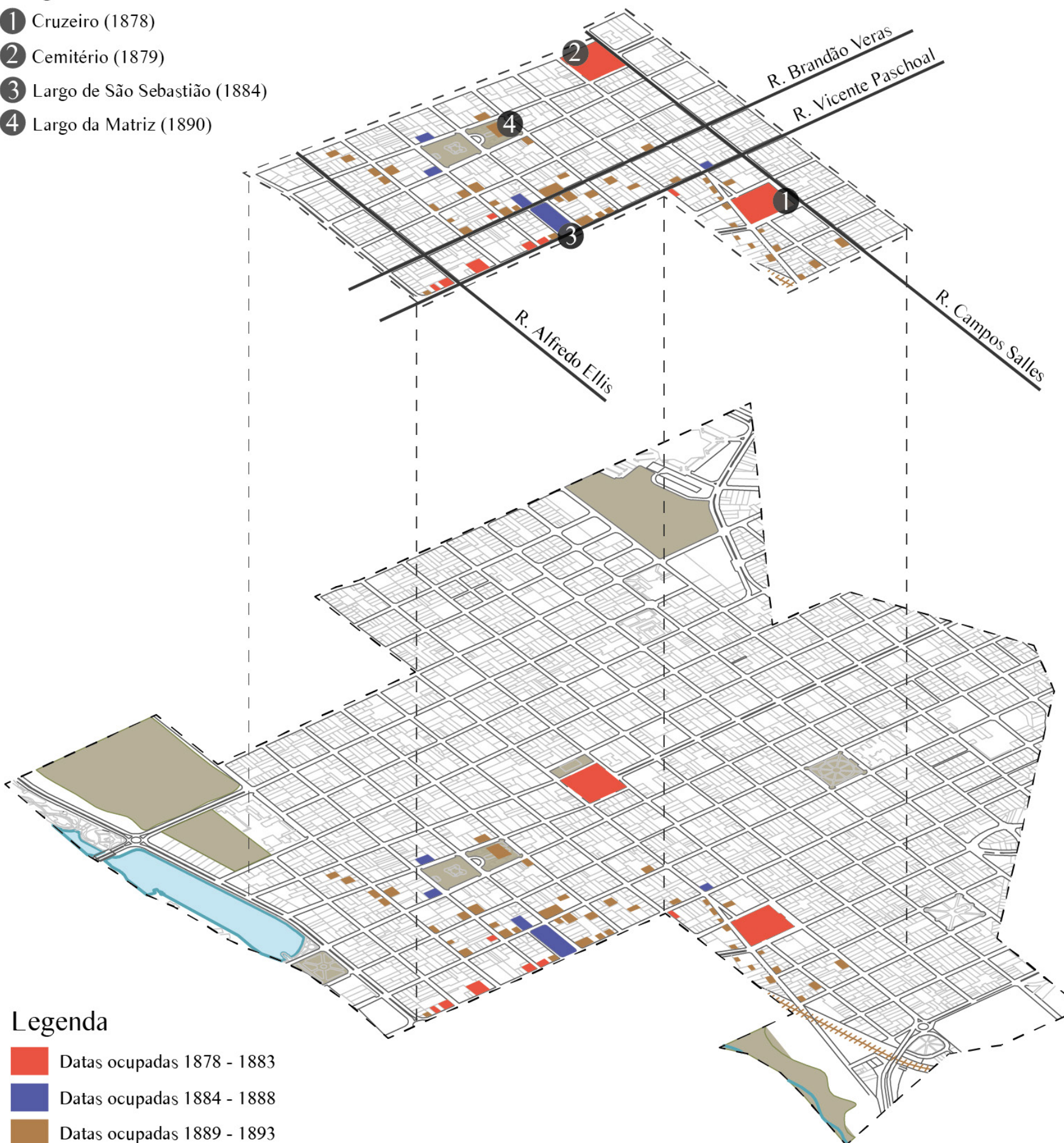
Em março de 1897, a Capelania de Bebedouro é elevada a Curato, sendo seu primeiro Cura o Pe. Felipe Speranza, como registrado no Primeiro Livro do Tombo (1895), **Figura 9**. Neste ano, a Capela de São Sebastião encontrava-se em ruínas, e com a autorização do Bispo de São Paulo, foi vendida uma parcela de um alqueire de terras (aqueles adquiridos por doação no ano de 1888), para que se pudesse arrecadar fundos para sua reconstrução, como mostra a **Figura 10** (CERVI, 2016, p. 07). Segundo o autor, é registrado no ano de 1898 que o Condomínio-Patrimônio da Capela de São João Batista de Bebedouro continha “*uma área de 37 hectares, 89 ares, e 29 centiares de terras de primeira classe; 148 hectares, 59 ares de segunda; 39 hectares e 65 ares de terceira*” (Livro das Paróquias do Bispado de São Paulo, 1898, APUD. CERVI, 2016, p. 08).

1 Correio Paulistano, edição de 27 de agosto de 1886. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/>>.

Figura 12 - Distribuição de datas e ocupação do núcleo urbano de Bebedouro 1878-1893

Legenda

- 1 Cruzeiro (1878)
- 2 Cemitério (1879)
- 3 Largo de São Sebastião (1884)
- 4 Largo da Matriz (1890)



Legenda

- Datas ocupadas 1878 - 1883
- Datas ocupadas 1884 - 1888
- Datas ocupadas 1889 - 1893

Fontes: Primeiro Livro do Tombo da Paróquia de São João Batista de Bebedouro (1892) e Bebedouro em Revista (1949). Elaborado pela autora, 2023.

No mapa da reconstituição da cidade em 1889 (**Figura 4**) é possível observar maiores porções de terras, chácaras distribuídas em locais próximos ao Largo de Santa Cruz e ao longo da Rua do Comércio (atual Rua Vicente Paschoal) que não apresentam alinhamento no molde em quadrícula – traçado em grelha comumente adotado nos patrimônios religiosos para o aforamento de suas datas. Percebe-se que esta área é justamente onde se dá o contorno na planta elaborada do patrimônio de São João Batista para sua reivindicação em 1928 (**Figura 11**), levando ao entendimento, portanto, da possível ocupação dessas terras antes da doação para constituição do patrimônio, bem como a observação da proximidade destas chácaras à estrada para Jaboticabal.

Pode-se também traçar a evolução da ocupação territorial do patrimônio por meio do material apresentado por Izidoro Filho (p. 41) e o mapa de Aristeu Moreira (Bebedouro em Revista, 1949), que indica a distribuição de datas ao longo da década de 1880, retratando as primeiras ocupações, até a implantação da Igreja de São Sebastião. Percebe-se que as datas ocupadas localizam-se nas primeiras ruas do núcleo urbano, dispersando-se ao final da década. A ocupação de datas ao início dessa década parece manter-se ainda pelas ruas originárias do núcleo urbano (Rua Vicente Paschoal e Rua 7 de Setembro), inicialmente marcadas pelo Cruzeiro e Rua do Comércio.

Ao longo e final da década, no ano de 1888, essa distribuição de datas já se apresenta um pouco dispersa, apontando sua expansão que, a partir de 1889, marca claramente sua direção para as áreas próximas à Capela de São Sebastião e à área onde seria iniciada a construção da Capela de São João Batista (**Figura 12**). Complementando esse material, as Cartas de Datas³ do início da década de 1890 também orientam essa expansão do território patrimonial já em um momento republicano. As Cartas de Datas⁴ mais antigas que se tem documentação (1892 a 1893) registram direito de usufruto de terrenos localizados nas antigas Rua São Sebastião (atual Rua Brandão Vêras), Rua do Comércio (atual Rua Vicente Paschoal), duas das ruas mais antigas do núcleo urbano, mas também apontam algumas ruas mais distantes das capelas, do Cruzeiro e do comércio, como a Rua dos Pescadores (atual Rua Alfredo Ellis) e Rua Alegre (hoje Rua Campos Salles), destacadas na **Figura 12**.

3 Documento emitido pelo secretário da Fábrica e registro da Igreja que oficializava o aforamento das terras pertencentes ao patrimônio religioso.

4 No acervo fornecido pela Paróquia de São João Batista, desde a primeira Carta de Datas que se tem registro de 1892, a área do patrimônio já é citada como Freguesia, apesar de ambas as fontes bibliográficas retratarem sua elevação à Freguesia do ano de 1900.

Figura 13 - Primeira Capela de São João Batista



Fonte: CERVl, Marcelo Adriano. História da Paróquia e da Igreja Matriz De São João Batista de Bebedouro/SP. Bebedouro: [s.n.] Diocese de Jaboticabal, 2016.

A partir de então as datas ocupadas vão se dispersando da área onde se localizava o Cruzeiro, Rua do Comércio e Largo de São Sebastião para se concentrarem na área estudada e destacá-la, visto que a partir de 1890 se deu início a construção da primeira Capela de São João Batista (**Figura 13**) no chamado Largo da Matriz, hoje Praça Barão do Rio Branco e Praça

Monsenhor Aristides da Silveira Leite.

Esses fatores favoreceram a distribuição e transferências de datas ao seu redor em um primeiro momento, sendo o primeiro passo para a consolidação de sua importância como local nobre e expressão da riqueza proporcionada pela cafeicultura.

viabilizados pelo acúmulo de riqueza da produção excedente.

Será, sobretudo, a expansão cafeeira a responsável pela ocupação de mais de dois terços do território paulista, potencializada pela ferrovia que transportava a produção e impulsionava a formação de patrimônios religiosos mais adiante ou desenvolvia aqueles existentes num amplo processo de urbanização do território de São Paulo” (GHIRARDELLO, 2010, p. 47).

Complementando a afirmação acima, é possível trazer também o objeto de estudo como resultado da economia cafeeira, no que se trata de sua formação e desenvolvimento. Bebedouro favoreceu-se de sua posição geográfica, entre “zona cafeeira” e “zona criatória de gado”, centralizando as principais atividades econômicas e prestadoras de serviços da região.

Data do ano de 1902 a expansão dos trilhos de Jaboticabal à Bebedouro. O rápido prolongamento das linhas férreas e o beneficiamento da cidade de Bebedouro como “nó” ou entroncamento ferroviário, aliados ao capital cafeeiro, resultaram na construção e inauguração

da nova Estação Ferroviária em 1912. Diferentemente da primeira (Figura 14), cuja característica arquitetônica remetia ao estilo inglês com tijolos à vista, a nova construção (Figura 15) contempla a arquitetura eclética em alvenaria, inspirada nos modelos europeus, combinados com marquises e coberturas de grandes vãos em estruturas de ferro, expressando a tecnologia mais avançada à época (MOREIRA, 2007, p. 85). Entre 1911 e 1912, Bebedouro já contava com 4.725.730 cafeeiros, produzindo 455.276 arrobas (BRAY, 2011, p. 55-57). Percebe-se o crescimento contínuo na produção e expansão da cafeicultura na região, cujo desdobramento e ramificação são sincronizados ao desenvolvimento do núcleo urbano na primeira metade do século XX.

Com informações do Boletim do Serviço de Imigração e Colonização no. 4, Bray (2011, p. 50) também apresenta a quantidade de migrantes e imigrantes vindos por meio da estação ferroviária, cujos números são significativos já nos primeiros dez anos, após a inauguração e até a construção da nova estação em 1912.

Figura 14 - Primeira Estação Ferroviária de Bebedouro 1902



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 15 - Nova Estação Ferroviária em 1912



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Tabela 1 - Entrada de Migrantes e Imigrantes no Município de Bebedouro, através da Estação Ferroviária (entre 1903 e 1912)

Ano	Quantidade
1903	18
1904	142
1905	466
1906	287
1907	87
1908	647
1909	402
1910	67
1911	189
1912	577

Fonte: Boletim do Serviço de Imigração e Colonização no. 04 Brasil – São Paulo, dezembro de 1941 apud. BRAY, 2011, p. 50)

O propósito do trabalho não é seguir com essa análise, mas proporcionar um embasamento morfológico voltado para a formação do recorte urbano escolhido como área de estudo.

Transformações na paisagem e a laicização do espaço público: ferrovia e cafeicultura

Para entender o enfraquecimento do papel da Igreja na paisagem urbana atual e as consequências sobre o território dos patrimônios religiosos iniciais, cabe compreender a laicização crescente dos espaços públicos, estudados por Marx (2003).

Foi com a proclamação da República, em 1889, que se iniciou o processo de secularização. Nesse momento, a ortogonalidade do traçado existente passa a ser considerada a ideal dada sua eficácia econômica, juntamente a uma série de reformas urbanas, desencadeadas no início do século XX, devido à abolição, ao aumento populacional, imigração e epidemias, sempre tendo como finalidade primordial a implantação de uma aparência moderna, uma imagem de progresso em comparação ao período anterior.

A princípio, era com a elevação à freguesia que o elemento característico, e talvez de

maior relevância morfológica nas cidades. se moldava. O adro ou largo da matriz era o delimitador urbano ao redor da Igreja, demarcando o espaço onde aconteciam as procissões (PICCINATO JUNIOR; SALGADO, 2012, p. 248). Posteriormente, as normas administrativas e suas adaptações retratam uma vagarosa secularização – após a ordenação populacional local pelos eclesiásticos, se manifesta a tímida presença do poder civil com a aspiração à vila, o que implicava em novos encargos à organização desta (PICCINATO JUNIOR; SALGADO, 2012, p. 249).

Como citado anteriormente, ao ser criada a Paróquia de São João Baptista em 1900 e dada sua elevação à Freguesia, já havia sido conquistado o título de vila, em 1895, além de já existir a Capela de São João Batista, visto que sua construção se iniciou em 1890. Ou seja, trata-se de um caso no qual o espaço nasceu de um padroado, porém se configurou em um período republicano – a praça Barão do Rio Branco não surge somente com a finalidade de uma área para procissões mas, desde o início, sua ocupação já apresentava valor econômico, em um período onde as datas reproduziam um módulo de lote para venda.

Segundo Ghirardello (2010, p. 29) a formação urbana das cidades do Oeste paulista, no que se refere à economia, consolidou-se com a expansão da lavoura do café, com a crescente população e com a ampliação dos investimentos

Assim, se inicia um rápido desenvolvimento econômico, urbano e populacional, elevando cada vez mais o preço do solo em Bebedouro e ocasionando no embelezamento das vias – tanto o é, que é retratada por Izidoro Filho (1991) uma série de melhoramentos na cidade nos anos posteriores.

Conquistada a posição de vila, alcançava-se uma autonomia político-administrativa com a presença de instituições civis (PICCINATO JUNIOR; SALGADO, 2015, p. 04). Assim, questões urbanísticas e seus aspectos modernizadores também se faziam presentes como consequências deste processo de secularização, como por exemplo o deslocamento ou implantação do centro cívico, agora em ares republicanos, com edificações públicas (câmaras, fóruns, cadeia pública, teatros, bibliotecas, escolas, hospitais) e de arquitetura não inferiorizada (MARX, 2003, p. 89). Junto a isto, vinham os empreendimentos do investidor privado, impulsionados por obras de saneamentos e embelezamentos (MARX, 1991, p. 124-126). Estas mudanças, no âmbito urbano dos patrimônios religiosos, se davam principalmente no que se trata da retificação e alinhamento das vias, aberturas e alargamento de avenidas – implantando o padrão urbano considerado ideal à época (GHIRARDELLO, p. 183-184). Segundo Ghirardello (2010, p. 209), com a demanda por datas para construção dessas edificações, são abertas novas ruas e a criação de novas praças, dessa forma, atenta-se às

áreas públicas mais amplas e bem definidas, visando uma partilha lógica do solo para sua comercialização, diminuindo o destaque antes dado somente aos edifícios religiosos e seus adros (MARX, 1991, p. 126-127).

A partir do início do século XX, principalmente após a chegada da ferrovia, é possível notarmos, como descreve Izidoro Filho (1991), diversas reformas urbanas higienistas, cujas propostas visavam não somente o embelezamento da cidade, mas uma “limpeza” que se fez presente inclusive na legislação da cidade.

A preocupação com a questão sanitária no Estado havia se tornado tópico de suma importância, e medidas higiênicas começaram a ser discutidas e implementadas em decorrência das epidemias frequentes – principalmente agora que estavam ligadas entre si por meio da ferrovia e atuando como receptoras de imigrantes (GHIRARDELLO, 2010, p. 167).

Segundo Ghirardello, (2010, p. 210), algumas praças públicas ocupam, por sua vez, o espaço que anteriormente era destinado ao antigo cemitério da cidade – neste período de embelezamento, eram retirados os restos mortais e transportados para um novo cemitério, agora regularizado, com muros e capela, construído normalmente em ponto distante da cidade, ao fim de uma avenida (GHIRARDELLO, 2010, p. 210). Esse processo foi uma das primeiras decisões tomadas pela recém-criada Câmara Municipal de Bebedouro, em 1895.

Tendo em vista a lotação do antigo cemitério, indicado na **Figura 12**, e sua proximidade com a área nobre central, foi formada uma comissão para escolha de um lugar apropriado para o novo cemitério da cidade. Desse modo, a área que correspondia ao antigo cemitério se tornou uma praça, o Jardim Público, que ficou conhecido popularmente por “Jardim Misterioso”. Esse espaço passa então a assumir a função de centro cívico da cidade.

Seguindo a premissa higienista, para a futura implantação do Grupo Escolar e o Paço Municipal nesta área, foi necessária uma grande reforma em seu Jardim Público. Segundo Izidoro Filho (1991, p. 208), foram abertas vias cruzando o antigo cemitério em várias direções, foram plantados ali ingazeiros e colocados bancos. Assim, foi elaborado um novo traçado e plantada nova vegetação, dispostas em estilo clássico – a atual Praça Valêncio de Barros têm formato circular, cujos jardins são cortados por oito caminhos (com pedras portuguesas dispostas no mesmo desenho do calçadão de Copacabana) que, em linha reta, convergem em um mesmo ponto de fuga, para contemplação de uma estátua do Pe. José de Anchieta, primeiro mestre-escola do Brasil (IZIDORO FILHO, 1991, p. 208).

Além dos cemitérios, os hospitais e matadouros também eram locais que deveriam ficar às margens do patrimônio ou além dessas, devido à crença de que seu uso poderia contaminar o ambiente das cidades (GHIRARDELLO, 2010, p.

210). Neste momento, é possível notar no novo ordenamento espacial, o singelo zoneamento que irá isolar em uma mesma região o matadouro, a ferrovia, algumas indústrias e a vila ferroviária, distanciando estas funções das áreas mais nobres das igrejas, praças e centros cívicos. Junto desse planejamento urbano, percebe-se também maior rigor sobre o traçado da cidade.

Dessa maneira, confere-se ao núcleo urbano a conceituação capitalista da aquisição de terras que se conhece: como mercadoria transmissível (GHIRARDELLO, 2010, p. 23), uma vez que o traçado em grelha ainda se trata do padrão mais eficaz para exploração e renda do solo (PUPIM, 2008, p. 95). Ressalta o autor:

A organização da cidade deveria proporcionar a eficácia econômica, e os sistemas de vazios – a largura das vias, a posição das praças junto aos edifícios públicos, a plataforma da estação – desempenham na cidade o mesmo papel que as linhas de mobilidade exercem no território (LEPETIT, 2001, p. 46-60 apud. PUPIM, 2008, p. 108).

Em Bebedouro, percebe-se o valor econômico que passa a ter a terra, bem como as claras intenções de lucro em cima do capital investido – em 1910, é criado pela Câmara Municipal um novo imposto de quinhentos réis sobre o metro corrente de cerca existente no quadrado da cidade (IZIDORO FILHO, 1991, p. 397). Na notícia destacada pelo autor segue:

Tal medida vai sacrificar aos pobres, que, não podendo construir muros nem pagar o pesado imposto, terão que vender o abrigo de suas famílias pelo preço que lhe for imposto pelos proprietários abastados, ou vê-lo levado à praça para pagamento do imposto (IZIDORO FILHO, 1991, p. 397).

Trata-se porém de um novo espaço público, limpo, exclusivo e onde impera a respeitabilidade burguesa. A partir desse momento seria uma das metas essenciais da política urbanística expressa na legislação (ROLNIK, 1999, p.34).

Ou seja, além de sua característica mercadológica, o plano em grelha se fazia também um elemento de racionalização do território produtivo, por meio de sua mobilidade e circulação (PUPIM, 2008, p. 99).

Além da configuração do território, outra premissa do embelezamento modernizador dos espaços era a implementação de infraestruturas urbanas. Paralelamente ao desenvolvimento que se dava de forma a ordenar a expansão urbana, via-se a necessidade, como afirma Ghirardello (2010, p. 185), da concessão de serviços públicos e infraestrutura básica, que resultaria

⁵ Vale ressaltar que a primeira cidade a receber eletricidade foi Rio Claro, fornecida por usina movida a conjunto termoeletrico.

em melhoramentos do solo urbano.

Uma vez caracterizados por Pupim (2008, p. 38) como nós de comunicação ligados às vias mestras da organização do território produtivo, estes núcleos urbanos mantinham sua hierarquia como local essencial das atividades econômicas e, para assim se manterem, a necessidade de infraestrutura básica, além de oferecer melhorias nas condições de vida da população, trazia a possibilidade de incremento da economia local através de manufaturas, bancos e comércio (GHIRARDELLO, 2010, p. 160-161). Nesse momento, privilegiam-se os coronéis no interior paulista, com os empréstimos bancários para aplicação em tais serviços públicos – investimentos consolidados com os recursos dos impostos locais, advindos do aumento populacional e de uma classe média ascendente que garante um número crescente de edificações (GHIRARDELLO, 2010, p. 160-161).

Os serviços de energia elétrica no interior paulista tiveram início ao final da década de 1880, sendo proporcionada por usinas geradoras de força e luz, movidas à água, vapor ou óleo. Segundo Ghirardello (2010, p. 165), grande parte das cidades estudadas do interior paulista tinham sua energia gerada por força hidráulica, o que representa um passo à frente em questão de inovação tecnológica⁵.

O intuito principal da instalação e venda da energia elétrica era a iluminação de vias e jardins públicos, com postes em madeira ou ferro fundido, enquanto a finalidade de iluminar residências e comércio particulares era secundária (GHIRARDELLO, 2010, p. 166). Iniciavam-se estes processos de melhoramentos, muitas vezes, com a criação de pequenas usinas, que tinham coronéis ou prepostos como proprietários, ou sócios ocultos (GHIRARDELLO, 2010, p. 166). Algum tempo depois, eram fundidas estas pequenas empresas de uma região em uma única, maior e de capital nacional que, futuramente, seria vendida para uma companhia estrangeira – o que aparenta ser, como em tantas outras situações, uma regra legal às empresas elétricas do interior paulista (GHIRARDELLO, 2010, p. 166).

Em 1907, a Câmara Municipal de Bebedouro resolveu em sessão plenária convocar concorrentes para a iluminação da cidade por lâmpadas elétricas, instalação de sarjetas e guias nas ruas centrais da cidade (IZIDORO FILHO, 1991, p. 381), e, em setembro de 1909, foi assinado entre a Câmara Municipal de Bebedouro e os irmãos farmacêuticos João Pedro Antunes e Pedro Afonso Antunes, o contrato para o fornecimento de luz e energia elétrica. Foi adquirida propriedade com queda d’água localizada na Fazenda Santa Firmina para instalação da usina elétrica (IZIDORO FILHO, 1991, p. 390). Sendo criada a Empresa Elétrica Bebedouro,

que deveria fornecer energia à cidade.

Seguido da iluminação pública, em 1911 é feito um empréstimo pelo prefeito, Cel. Conrado Caldeira, para novos serviços de abastecimento de água, construção do Paço Municipal e sarjeteamento de vias. Em 1913, já se encontrava concluído o novo serviço de abastecimento de água potável, na proporção de mais de 300 litros por habitante (IZIDORO FILHO, 1991, p. 415).

Ainda no ano de 1907, a Fábrica Paroquial cedeu em aforamento perpétuo os terrenos necessários à construção da cadeia do município (inaugurada em 1912) e do Grupo Escolar (inaugurado em 1913), necessários à organização territorial. Também em 1907, têm-se registro das primeiras concessões aos coronéis do município para implementação de serviços públicos, como o prolongamento da linha férrea até Monte Azul Paulista. Ressalta-se que, apesar de locado em área foreira, o edifício do Paço Municipal foi construído ao lado do edifício do Grupo Escolar – ainda que não muito distante da Matriz e seu adro – configurando uma nova centralidade de ares republicanos, que não somente exibiam sua arquitetura imponente, mas caracterizavam uma nova relação com o patrimônio.

Juntamente com os serviços de água, implantava-se a canalização também do esgoto, que era transportado *in natura* por manilhas, até os córregos ou rios do local (GHIRARDELLO, 2010, p. 168). Segundo Ghirardello (2010, p. 168), ao tempo que a relevância da questão sa-

nitária era imprescindível ao governo do Estado, a ponto de criar a Repartição Técnica de Águas e Esgotos (1893), as cidades atribuem, também, a higienização dos espaços aos seus códigos de posturas, por exemplo, com a proibição de valas para escoamento de águas servidas (GHIRARDELLO, 2010, p. 168-169).

Com relação à implantação de serviços de esgotos em Bebedouro, o que se tem documentado é sua reforma, juntamente com os serviços de abastecimento de água, que data do início dos anos de 1920 – obras executadas pela Cia Melhoramentos de Monte Alto, sob a administração do Prefeito Capitão Cícero da Silva Prates.

É importante ressaltar que tais melhoramentos, principalmente aqueles que tinham como premissa um urbanismo sanitário, além de objetivar o lucro sobre o capital investido, justificavam medidas de exclusão social, já que a população mais pobre não conseguiria arcar com custos de reforma e instalação destas infraestruturas (GHIRARDELLO, 2010, p. 169-170). As novas paisagens e estética das áreas centrais das cidades, espelhadas no modelo importado dos países europeus, estavam ali então, para e pelas elites econômicas e políticas.

Segundo Ghirardello (2010, p. 174), com o capital cafeeiro excedente foi aplicado em investimentos também em empresas comerciais e prestação de serviços, além da infraestrutura urbana. Junto aos edifícios públicos, pode-se ressaltar a criação de bancos locais – por meio de

consórcio de agricultores ou do incentivo econômico federal – e hotéis, de arquitetura destacada e imponente. Da mesma forma, no objeto de estudo nota-se o aumento do número de casas comerciais, serrarias, pequenas indústrias, hotéis, bancos, entre outros na primeira metade do século XX – parte destas construções mais importantes será destacada no próximo capítulo –, cuja arquitetura imponente valorizou o solo urbano e garantiu atrativos para a classe média ascendente que passou a desfrutar dessas localidades, agora com serviços de fácil acesso e infraestrutura urbana.

Outro fato que apresenta a crescente manifestação do poder público, segundo os autores Piccinato Junior e Salgado (2015, p. 05), são as normas que tratam do instituto jurídico do aforamento. Implantado por meio das Ordenações e legislações lusas, sua existência permaneceu como direito adquirido uma vez promulgado o conjunto de leis do primeiro Código Civil brasileiro – elaborado em 1916, durante a Velha República, e cujas diretrizes se mantiveram até 2002. Ou seja, neste momento, era incontestável a questão da propriedade sob regime de enfiteuse, regulamentado pelo Código Civil de 1916. Só podiam ser suscetíveis a regime de enfiteuse, terras não cultivadas ou terrenos destinados à edificação, bens estes que podiam ser transmitidos por herança.

fossem doadas terras à Igreja, muitas vezes os espaços, antes de formarem os núcleos urbanos, já contavam com alguma aglomeração de pessoas (ROSADA, 2016, p. 27). Portanto, visto que no patrimônio religioso eram divididas e aforadas datas, naquele entorno direto faziam-se presentes as residências, estabelecimentos comerciais e de serviços necessários ao desenvolvimento daquela povoação.

Segundo Ghirardello (2010, p. 129), a arquitetura de patrimônios religiosos, em um primeiro momento, antes da implantação da capela, assimilava-se a “acampamentos” de fácil remoção, devido à fragilidade e precariedade das construções. A população constituía-se primordialmente por pequenos comerciantes e prestadores de serviços, sem posse de terra rural (GHIRARDELLO, 2010, p. 130). Suas edificações eram caracterizadas pela disposição térrea e técnicas de pau a pique, ou taipa de pilão, de base vernacular (GHIRARDELLO, 2010, p. 131). Eram dispostas no alinhamento da rua, de aparência muito simples, num suceder de janelas e portas. Estas construções posteriormente seriam modernizadas pela estrutura em alvenaria de tijolos, porém seria mantida sua tipologia (GHIRARDELLO, 2010, p. 131-132).

No interior paulista, as edificações configuravam-se em datas mais espaçadas que em outras regiões do Brasil, tendo apenas um de seus alinhamentos laterais contemplando o limite do terreno, sendo o outro livre e, muitas

Torres e campanários uma vez constituíram os principais marcos referenciais de nossas cidades, a presença das igrejas na constituição da paisagem urbana seriam protagonistas até a primeira metade do século XX (LIMA JUNIOR, 2016, p. 87).

vezes, apenas delimitado por cercas – dessa forma, o cenário que se tinha do patrimônio religioso paulista, em um primeiro momento, era quase que rural, de edificações dispersas e espaços livres residuais (GHIRARDELLO, 2010, p. 132). Apesar dos poucos registros iconográficos, é possível notar características como essas na simulação feita por Tiburcio Gonçalves Filho “Povoado de Bebedouro em 1880” (**Figura 3**), trazido por Izidoro Filho (1991, p. 41). A primeira paisagem que se tem anterior ao patrimônio é representada por edificações espalhadas, ocupando somente o alinhamento à frente do lote. Contudo, como visto anteriormente, a configuração espacial destas terras já apresentava, de início, um traçado em grelha, o que apresentava futuro potencial modernizador de seu desenho urbano (GHIRARDELLO, 2010, p. 134).

Após a doação, nos patrimônios religiosos destacam-se os templos católicos, com maior altura que as demais edificações, o que mostrava a relevância do poder espiritual e temporal ali concentrados, e condicionava a ocupação do núcleo populacional. Segundo Lima Junior (2016, p. 87):

No interior paulista, as edificações configuravam-se em datas mais espaçadas que em outras regiões do Brasil, tendo apenas um de seus alinhamentos laterais contemplando o limite do terreno, sendo o outro livre e, muitas

Durante a segunda metade e o final do século XIX, inúmeras mudanças são trazidas para as configurações arquitetônicas, visto que, mais precisamente, a partir de 1860, o uso do tijolo passa a ser utilizado integralmente na construção de edificações (LIMA JUNIOR, 2016, p. 97). Anteriormente à ascensão econômica e à implantação do sistema de transporte ferroviário, as tipologias adotadas pelas capelas e igrejas dos patrimônios remetiam aos modelos tradicionais mineiros – segundo Ghirardello (2010, p. 135), suas características normalmente compunham uma arquitetura com “frontões triangulares com óculo, janelas no coro, porta de entrada, telhado em duas águas, esteios de madeira, taipa de mão e sineira independente do corpo principal”. Afirma também que as torres eram construídas posteriormente, quando se podia contar com recursos suficientes e, por se tratar de uma arquitetura vernacular e popular, sua planta deveria contar com uma nave principal, capela-mor, sacristias e, por vezes, com naves laterais de telhados mais baixos (GHIRARDELLO, 2010, p. 135).

Da mesma forma pode-se descrever a primeira Capela de São João Baptista, presente no recorte de estudo em um primeiro momento (**Figura 13**). Apresentava um telhado de duas águas em toda a sua extensão de volumetria retangular e possuía em sua fachada uma entrada frontal, duas janelas e um pequeno óculo. Sua torre também aparenta ser construída pos-

teriormente e, assim como a capela, estruturava-se por esteios de madeira. Possuía telhado de quatro águas simples, torre, e guarda-corpo com simples balaustradas nas portas-balcão, possivelmente em madeira.

Implantada a Capela, as residências, comércio e serviços tornaram-se cada vez mais presentes, ocupando as datas de seu entorno. No interior paulista, assim como a arquitetura religiosa, também estas construções seguiam ainda algumas características do esquema consolidado pelo estilo colonial (telhado em duas águas e alinhamento com as vias públicas), até a segunda metade do século XIX – segundo Reis Filho (2000, p. 36), as novas construções passam a diferenciar-se em pequenos detalhes; por vezes fazia-se uma porta de entrada maior, seguida de uma escada em um saguão ornado com azulejos trabalhados e coloridos. Afirma o autor (REIS FILHO, 2000, p. 38) que outra singular modificação do estilo conhecido se apresenta no telhado de quatro águas, antes mesmo do uso de platibandas. Essa herança colonial, ainda que com discretas adaptações, se via implantada em um momento no qual as inovações não interessavam às elites (REIS FILHO, 2000, p. 38).

Antes que se pudesse substituir a antiga Capela, ao início do século XX, a transformação mais relevante no que se trata da hierarquização dos espaços na cidade de Bebedouro já se iniciava no antigo Largo da Matriz de São João

Batista e seu entorno (as praças Rio Branco e Aristides da Silveira Leite), bem como as respectivas fachadas que as cercam. Este recorte de estudo, como um todo, passa pelo processo de embelezamento na primeira metade do século, comum às cidades do interior paulista e normalmente regulamentado por Códigos de Posturas (GHIRARDELLO, 2010), concentrando em sua área grande parte dos edifícios mais expressivos do período, configurando paisagem imponente, porém descontinuada ao longo do século.

Com o desenvolvimento urbano, os excedentes da economia cafeeira, a presença da ferrovia e as novas e significativas edificações que surgiam nas áreas mais nobres da cidade, sentia-se a necessidade de qualificar as áreas livres, embelezando praças e trazendo valor estético aos espaços públicos, deixando-os à altura dos edifícios que os cercavam (GHIRARDELLO, 2010, p. 183). Assim, buscava-se configurar as edificações principais e seus vazios, atribuindo plasticidade a um traçado comum e pouco inovador (GHIRARDELLO, 2010, p. 184).

Segundo o Ghirardello (2010, p. 205), esse processo de embelezamento poderia apresentar paisagismo de estilo clássico ou pitoresco – o clássico, como se pode deduzir, emprega traçados geométricos e simétricos, com eixos que, em junção, criavam um ponto de fuga, le-

vando à contemplação de um ponto central; já o paisagismo pitoresco, mais comum nas cidades da região estudada pelo autor, desapegava-se da simetria, e com traçados orgânicos, desenhava uma nova hierarquia de disposição dos elementos ornamentais. Eram utilizados mosaicos portugueses, ladrilhos hidráulicos, bancos de ferro fundido e madeira, lagos com pontes de concreto, luminárias em arco voltaico e coretos (GHIRARDELLO, 2010, p. 205).

Ora citado como Largo da Matriz, ora como Jardim Municipal, a área de estudo exerceu sua função como espaço público desde a implantação da antiga Capela de São João Batista. Nela, o primeiro registro de um coreto é retratado no jornal Correio Paulistano em 1900⁶:

[...] estão terminadas as obras do coreto mandado construir no nosso formoso jardim público pela nossa nobre edillidade, cujo construtor foi o perito artista tenente Basílio dos Santos.

A partir de 1911, quando do lançamento da pedra fundamental da nova Igreja Matriz de São João Batista, foi construído o segundo coreto, adquirido pela Câmara, conforme publicado pelo Correio Paulistano⁷. A partir de então, no Jardim Municipal, futura Praça Barão do Rio Branco e Praça do Coreto, inicia-se um processo de embelezamento.

6 CORREIO PAULISTANO. Edição de 07 de agosto de 1900. Disponíveis em <https://bndigital.bn.gov.br/>
7 CORREIO PAULISTANO. Edição de 05 de novembro de 1911. Disponíveis em <https://bndigital.bn.gov.br/>

A venda do domínio útil da terra pelo foreiro deverá ser feita sob pagamento do laudêmio, quando da não exercício do direito de opção do senhorio direto – estabeleceu-se uma percentagem de 2,5% sobre a terra ou imóvel, contabilizando melhorias ali executadas (PICCINATO JUNIOR; SALGADO, p. 05). Outro imposto pago ao senhorio direto é o foro, valor anual e simbólico. Segundo os autores (PICCINATO JUNIOR; SALGADO, p. 05) este tributo já foi extinto em Bebedouro.

No ano de 2002, reconheceu-se as normatizações do primeiro Código Civil, propondo-se singelas alterações, como a proibição da origem de novas enfiteuses ou subenfiteuses (PICCINATO JUNIOR; SALGADO, p. 05). Ou seja, apesar das modificações ocorridas e a laicização sentida no solo urbano após a implantação da República, a organização do núcleo urbano se moldava de maneira a apresentar uma morfologia anacrônica (MARX, 2003, p. 108), na qual se fixou a presença física do poder espiritual no território ao longo da secularização do espaço público. Sua materialização passa a contrastar com a nova organização urbana que se implantava, dependente da eficácia da nova ordem política e econômica, cuja manifestação e consolidação se dará através do aspecto arquitetônico na paisagem.

Essas reformas urbanísticas, caracterizadas por canalização de córregos, reforma e construção de prédios públicos, execução de aterros, ajardinamento de praças, tornam-se co-

muns aos patrimônios do Oeste Paulista ao final do século XIX e início do XX, interferindo não somente na malha urbana, em sua paisagem e na hierarquização dos espaços, mas em um novo aspecto de relacionamento social, espelhado em novos hábitos e posturas da população em relação ao patrimônio (MARX, 2003, p. 108).

A nova paisagem do Largo da Matriz e arquitetura do café em Bebedouro

De maneira a contemplar a composição territorial e entendê-la como um todo, cabe observar e identificar as características arquitetônicas de diferentes períodos econômicos na paisagem estudada – uma vez que não considera urbanismo apenas o traçado urbano em quadricula, ao qual se resume os planos das cidades do Oeste Paulista, mas é dada sua condição urbanística através de sua arquitetura (PUPIM, 2008, p. 101). Reis Filho (2000, p.16) afirma que são perceptíveis as mudanças e evoluções do âmbito econômico-social, primordialmente, no plano arquitetônico. Isto se deve pelo fato de a arquitetura ser facilmente adaptável, enquanto o traçado urbano se modifica mais lentamente até que se atinja o pleno desenvolvimento.

Para que se formasse um patrimônio e

Por volta da década de 1910, nas fotografias das obras da Igreja Matriz percebe-se em sua área envoltória apenas um campo aberto com árvores plantadas no perímetro das duas quadras que correspondem ao recorte de estudo (**Figura 16**). Em 1912, foi feito um registro no qual é possível ver o segundo coreto em estrutura metálica⁸ (**Figura 17**).

Apesar de, em 1912, o Largo da Matriz já ter sido contemplado por dois coretos em seu centro e arborização – como se pode ver também no filme “Cidade de Bebedouro no Estado de São Paulo: Panorama da Cidade (1912)”, restaurado pela Fundação Cinemateca de São Paulo, e na **figura 18** – foi somente no início da década de 20, que o Prefeito de Bebedouro Capitão Cícero da Silva Prates contrata o Dr. Walderico Clemençau Veras, engenheiro bebedourense que reconfigurou o Largo do Jardim (Praça Rio Branco), aos moldes europeus. É possível perceber através das **Figuras 19 a 25** que o novo jardim, ao final da década de 1920, já apresentava paisagismo de aspecto pitoresco, cujos traçados orgânicos propunham uma hierarquia de canteiros ornamentais, com topiaria em sua vegetação. Nas primeiras imagens, percebe-se arbustos ainda em crescimento, sem a poda característica e ornamental.

⁸ JORNAL DE BEBEDOURO. Diversas edições de 1912, disponíveis no acervo do arquivo da Gazeta de Bebedouro.

Figura 16 - Rua Oscar Werneck, em frente ao Largo da Matriz, hoje Praça Monsenhor Aristides da Silveira Leite, década de 1910



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018

Figura 17 - Registro do segundo coreto instalado no Largo da Matriz



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 18 - Segundo coreto do Largo da Matriz, cena do filme “Cidade de Bebedouro no Estado de São Paulo: Panorama da Cidade (1912)”



Fonte: Fundação Cinemateca de São Paulo. Acesso em 2018.

Segundo Izidoro Filho (1991, p. 347), o Largo do Jardim, após a reurbanização, apresenta novo traçado e nova iluminação. É possível notar, nas figuras, o pavimento com pastilhas e pedras portuguesas no estilo europeu, o paisagismo ornamental, postes de iluminação e o novo e famoso coreto em ferro fundido, mais trabalhado, fabricado pelo engenheiro Oscar Werneck, nas oficinas da Cia Ferroviária São Paulo/Goiás (**Figura 25**).

À direita da **figura 19**, identifica-se o edifício do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e, ao fundo, o Teatro Rio Branco. A fotografia data de meados da década de 1920, visto que o Palacete Zacarelli ainda não havia sido construído. Seu lote ainda era ocupado pelo Restaurante Rio Branco, antiga Merceria de Salomão Daud.

À esquerda da figura 20, está o local onde seria construído o Palacete Zacarelli, ocupado pela Casa Salomão Daud (mercearia), também identificado por Restaurante Rio Branco.

Figura 19 - Praça Barão do Rio Branco, década de 1920.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 20 - Esquina da Rua Oscar Werneck com a Rua São João, década de 1920.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 21 - Paisagismo Praça Barão do Rio Branco, década de 1920.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 22 - Praça Monsenhor Aristides da Silveira Leite, década de 1920.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 23 - Praça Monsenhor Aristides da Silveira Leite, década de 1920.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 24 - Praça Barão do Rio Branco, década de 1920.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 25 - Terceiro e último coreto implantado na Praça Barão do Rio Branco. Fotografia do ano de 1936.



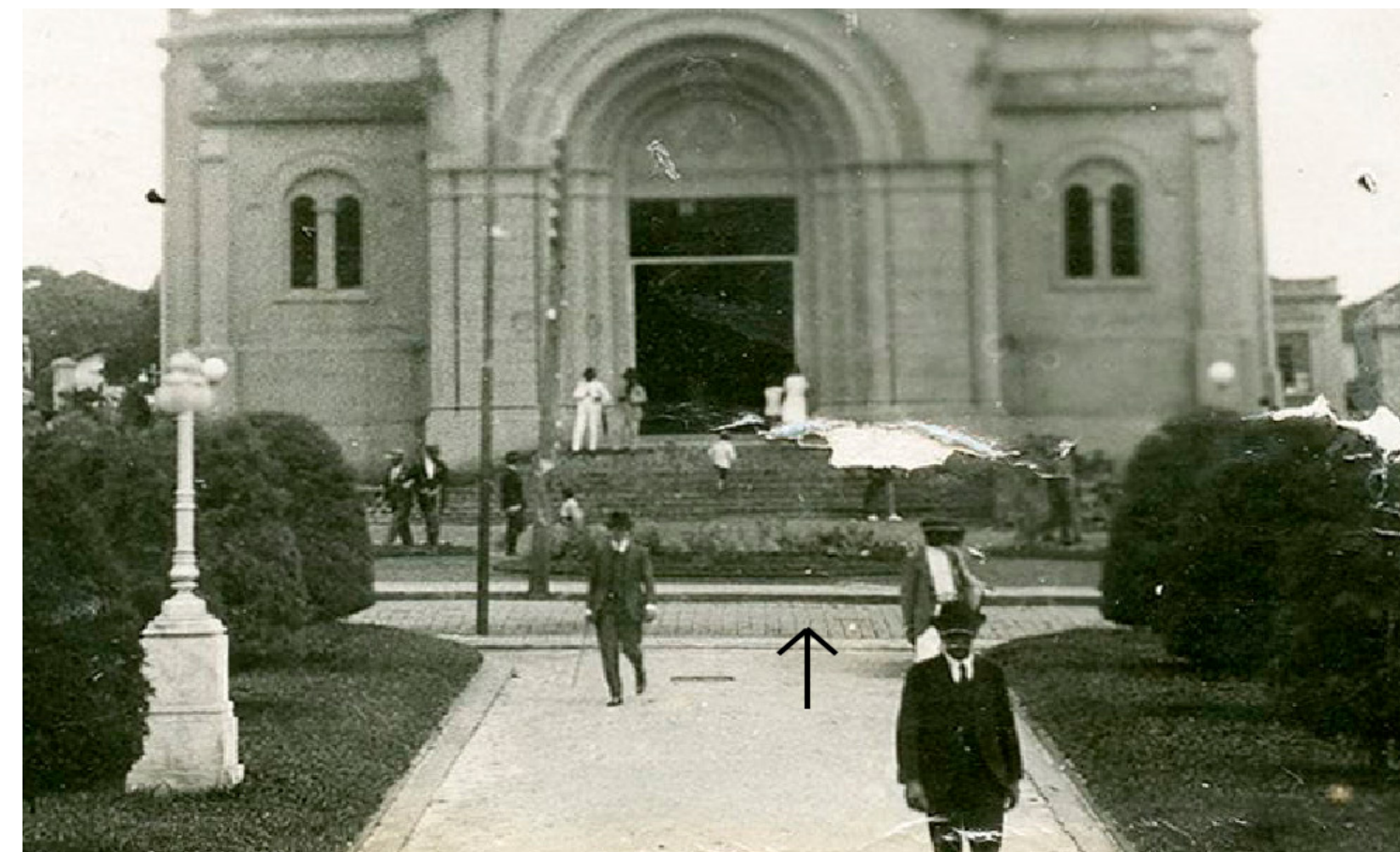
Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Seguindo o embelezamento da Praça Rio Branco, no ano de 1923, segundo Izidoro Filho (1991, p. 461), inicia-se o calçamento das principais ruas da cidade com paralelepípedos – eram contempladas com tal melhoramento as ruas São João, Cel. João Manoel e Avenida Prudente de Moraes, cuja origem se dava na escadaria de acesso à Estação Ferroviária (**Figura 26**). Assim, determinava-se o “centro” da cidade de Bebedouro, por meio do enlaçamento da implan-

tação da nova Igreja Matriz ao aformoseamento dos edifícios de seu entorno e da Praça Barão do Rio Branco – cujas linhas de topiaria, caminhos, coretos, bancos e luminárias conformavam um conjunto de praças contíguas que alinhavam e amarravam o relacionamento entre todos esses elementos (GHIRARDELLO, 2010, p. 184).

Na segunda metade do século XIX, as construções foram amplamente influenciadas pela nova linguagem arquitetônica eclética, re-

Figura 26 - Zoom da Figura 24: Rua Prudente de Moraes com paralelepípedos



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

sultando na inovação e aprimoramento de técnicas construtivas – as técnicas tradicionais foram substituídas por serviços remunerados de maior refinamento, dada à chegada de imigrantes afei-tos a este tipo de arquitetura, por meio do uso de equipamentos importados (REIS FILHO, 2000, p. 44). Com os novos aspectos econômicos e po-líticos, a cultura estrangeira adotada trouxe uma europeização, difusa e plural (GHIRARDELLO, 2010, p. 217), e impulsionou uma grande expan-

são da arquitetura historicista no interior paulista, também identificada na área de estudo.

Segundo Ghirardello (2010, p. 185), a expansão dessa arquitetura vinha da necessidade de embelezamento dos edifícios de modo a alinhar sua relação com os espaços livres, conferindo ornamento visual à quadrícula como um todo.

Tendência remodeladora das cidades enriquecidas pelo café, a arquitetura historicista irá manifestar-se também no estilo dos novos templos (LIMA JUNIOR, 2016, p. 98-99). Estas edificações religiosas são geralmente localizadas nas novas centralidades, formando novas conjunções urbanísticas, além de dialogarem com as reminiscências estilísticas europeias das Escolas de Belas Artes Francesa (LIMA JUNIOR, 2016, p.101). Segundo o autor:

O Eclétismo vai ganhando espaço através desse revival estilístico de momentos artísticos do passado. Essa arquitetura geralmente é marcada pela liberdade construtiva e a fantasia decorativa, que estabelece em alguns exemplares um espaço sacro acumulado de ornamentos, simbolismos gratuitos, composições exageradas e desacertos na utilização dos novos materiais, o novo sempre está disfarçado de antigo, buscando apenas na aparência da forma a manutenção do espírito cristão (LIMA JUNIOR, 2016, p. 102).

Em se tratando das características encontradas nestas igrejas, normalmente eram indicados pelos padres e bispos da época o emprego de estilos neogóticos e neorromânicos, que reafirmavam o período da Idade Média em reação às conquistas iluministas (GHIRARDELLO, 2010, p. 217). Dessa forma, as edificações deveriam ser altas e de torre destacada, de maneira a simbolizar seu poder e importância (GHIRARDELLO, 2010, p. 218).

No caso de Bebedouro, como a formação

do patrimônio religioso deu-se no último ano do regime imperial, a construção, bem como evolução da Capela de São João Batista já se fazia em um período de reforma e reorganização da Igreja Católica em resposta ao laicismo decretado em 1890. Como exemplo dessa resposta, característica comum em patrimônios religiosos na região estudada, acompanhada da elitização e valorização dos espaços, foi construída também uma nova Matriz de São João Batista.

Finalizada em 1926, a Igreja Matriz de São João Batista exhibe características ecléticas, composta por elementos neogóticos e neorromânicos, repetidos à exaustão no período – possui uma torre central que culmina em um coruchéu com uma cruz no seu extremo, de forma a ser avistada por todos da cidade, transmitindo verticalidade e monumentalidade, que demonstrava a riqueza e o destino grandioso da cidade (GHIRARDELLO, 2010, p. 219). Possui em sua fachada um portal caracterizado por arquivoltas e tímpano em relevos; clerestórios iluminados por rosáceas e vitrais ao longo de suas naves laterais, transepto e abside; colunas que simulam contrafortes e pináculos ao longo da torre, elementos góticos característicos. Já a ornamentação das fachadas, torre e janelas em arco pleno trazem elementos decorativos característicos românicos (**Figura 27**).

Figura 27 - Igreja de São João Batista de Bebedouro



Fonte: Fotografia de Guilherme Colozio. Acesso em 2023.

Visto como um elemento arquitetônico ornamental mais do que uma presença religiosa, a Igreja Matriz contou com recursos das classes média e alta que contribuíram para sua sofisticação. Segundo Ghirardello (2010, p. 2018), as famílias mais importantes residentes do patrimônio doavam artigos de luxo interno, como imagens, pinturas, murais, púlpitos e, como foi no caso da Igreja de São João Batista, lustres, sinos, órgão de tubos, bancos, portas, confessionários e oito conjuntos de vitrais (CERVI, 2016, p. 89). Marx (1991, p. 13) afirma que, apresentando essas características monumentais, a arquitetura religiosa apresenta secularização, através da implantação de novos edifícios de arquitetura imponente. Pelo refinamento e “aburguesamento” da fé, mostrado por meio das doações e até mesmo pela monumentalidade do edifício, demarcava-se a presença da figura religiosa, apesar de sua interpretação laica (GHIRARDELLO, 2010, p. 218). Junto do jardim, aos moldes europeus, a igreja tornava-se extensão dos ambientes da burguesia cafeeira (GHIRARDELLO, 2010, p. 219).

Paralelamente à implantação de novas infraestruturas, reurbanização de praças, construção de instituições republicanas com capital cafeeiro e construção na nova Igreja Matriz a partir de 1911, dispersavam-se as expectativas de progresso, fazendo surgir, já ao longo da década de 1910, os primeiros edifícios de arquitetura significativa no entorno da Praça Rio Branco. A

arquitetura, paralelamente às infraestruturas e embelezamentos urbanos, também era fundamental neste período – complementando, por meio de seus academicismos, a consolidação do espaço em que se instalava.

A seguir, o foco se direcionará para o reconhecimento desses edifícios e seus estilos, a partir de uma pesquisa anterior dos estabelecimentos e residências existentes na área de estudo feita por Izidoro Filho (1991, p. 467), somada ao material iconográfico coletado pela autora. Essas construções que engrandeceram a área central e respectivo recorte territorial, caracterizaram a condição urbanística e econômica da cidade de Bebedouro no seu ciclo econômico cafeeiro.

O primeiro exemplo, e talvez a primeira obra de características ecléticas e monumentais implantada na área de estudo, foi o Theatro Rio Branco, atualmente Teatro Municipal “Murício Alves de Oliveira Jr.”, cujo registro mais antigo encontrado foi um anúncio sobre o quase término das obras do teatro, destacado por Izidoro Filho (1991, p. 415).

O Theatro trazia em seus elementos ecléticos uma expressão de prosperidade em uma centralidade que ainda se formava – além da fachada monumental tripartida e simétrica, apresentava também uma base que remetia a um porão elevado. Sua cobertura era escondida por uma platibanda ornamentada com balaustradas e seu hall destacava-se pela presença de

colunas, formando um pórtico de entrada, que sustentavam um tipo de arquitrave com o nome do teatro (**Figura 28**). Coroando o acesso principal, via-se duas estátuas que se assemelhavam à função do edifício, sendo até mesmo escrito abaixo de cada uma a sua simbologia – “música” e “poesia”. Neste acesso central, reafirmam-

do o estilo predominantemente neoclássico, percebe-se um forro que, ao invés de apresentar ornamentação com relevo em estuque, investia em uma pintura com rocalhas decorativas (**Figura 29**).

Figura 28 - Fachadas Theatro Rio Branco, década de 1920



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 29 - Hall entrada Theatro Rio Branco, década de 1920.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

ciais térreas menos requintadas e/ou de menor porte, também eram modificadas de modo a renovar o estilo dos prédios existentes e acompanhar esse aformoseamento que se dava na região central. Uma característica similar à analisada em São Carlos, por Bortolucci (1991, p. 256), também encontrada na área de estudo,

são as casas e estabelecimentos comerciais submetidos a um processo mais modesto de embelezamento, como pode-se perceber em algumas das fotografias já apresentadas e na **Figura 31**, a seguir.

O que se via ainda não era a tipologia de porão alto, como veremos mais à frente, e pou-

co menos recorrente na área de estudo. Essas residências e comércios térreos apresentavam volumes prismáticos, construídos no alinhamento da calçada; e com o embelezamento dos espaços, eram pouco modificados. Passavam a substituir seus beirais por platibandas e recebiam alguns ornamentos, quase sempre apenas nas fachadas principais (BORTOLUCCI, 1991,

p. 256). Essas singelas reformas eram encontradas até mesmo em lotes estreitos e construções de menor porte, de modo a reproduzir ao máximo as ornamentações das residências maiores (GHIRARDELLO, 2010, p. 201). Segundo Bortolucci (1991, p. 256), apesar de os profissionais (pedreiros e artesãos) que executavam as construções ecléticas, muitas vezes imigrantes, estarem justamente nas classes mais populares, suas condições econômicas não permitiam que sua residência e/ou comércio tivessem os mesmos aspectos adotados pelos mais ricos, fazendo-os recorrer à essas pequenas soluções.

Exemplos de edifícios comerciais bebedourenses com essa aparência, no período estudado são: a Casa Salomão Daud (mercearia e futuro Restaurante Rio Branco), na **Figura 32**, e a Casas Pernambucanas (**Figura 33**), que parecem acompanhar esse processo de aformoseamento de maneira mais sutil. Ambos estabelecimentos possuíam volume prismático alinhados ao limite do lote, telhado de quatro águas, com aberturas diretamente para a rua e singelos ornamentos nas fachadas sem platibandas. Na pesquisa feita por Izidoro Filho (1991, p. 466-469), durante os anos de 1924 a 1927, no local antes ocupado pela Casas Pernambucanas é indicada a loja de fazendas do sr. Moisés Calif. Como ambos estabelecimentos possuíam a mesma atividade e não foi encontrado outro registro desse lote, optou-se por representar na reconstituição o mesmo edifício da **Figura 33**.

Figura 32 - Casa Salomão Daud (mercearia), Rua São João com a Rua Oscar Werneck, fotografia de 1926.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 33 - Casas Pernambucanas, Rua Francisco Inácio com Rua São João, fotografia de 1915.



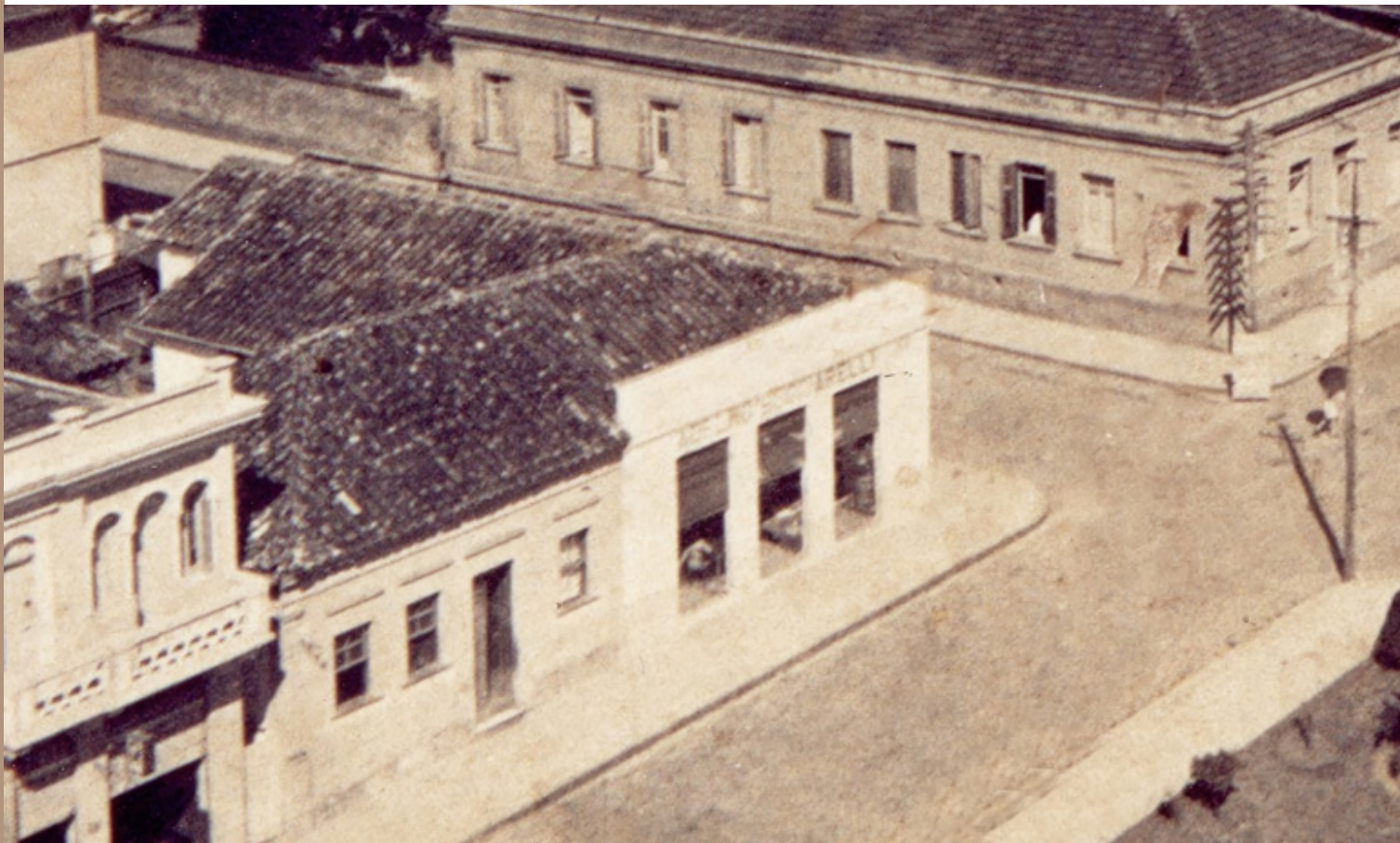
Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Outro estabelecimento comercial com os mesmos aspectos foi, segundo Izidoro Filho (1991, p. 469), a Alfaiataria do Sr. Ambruzzini. Trata-se de um estabelecimento à esquina das ruas Oscar Werneck com a XV de Novembro, mostrada na **Figura 34**, que evidencia seu uso comercial à esquina, com portas voltadas para o passeio público e platibandas, porém com telhado compartilhado com o que parece ser uma residência. Nesse caso e, como podemos ver na

Casa Salomão Daud, à esquerda na fotografia, a área comercial parece dividir a largura do lote com a casa, provavelmente do dono do estabelecimento.

Principalmente ao longo da década de 1920, e até o início dos anos de 1930, a implantação de novos edifícios, ou reformas, com arquitetura de maior destaque se tornou mais recorrente, devido à finalização da construção da nova Igreja Matriz de São João Batista (1926) e

Figura 34 - Alfaiataria do Sr. Ambruzzini, esquinas das ruas Oscar Werneck com a XV de Novembro, fotografia da década de 1930.



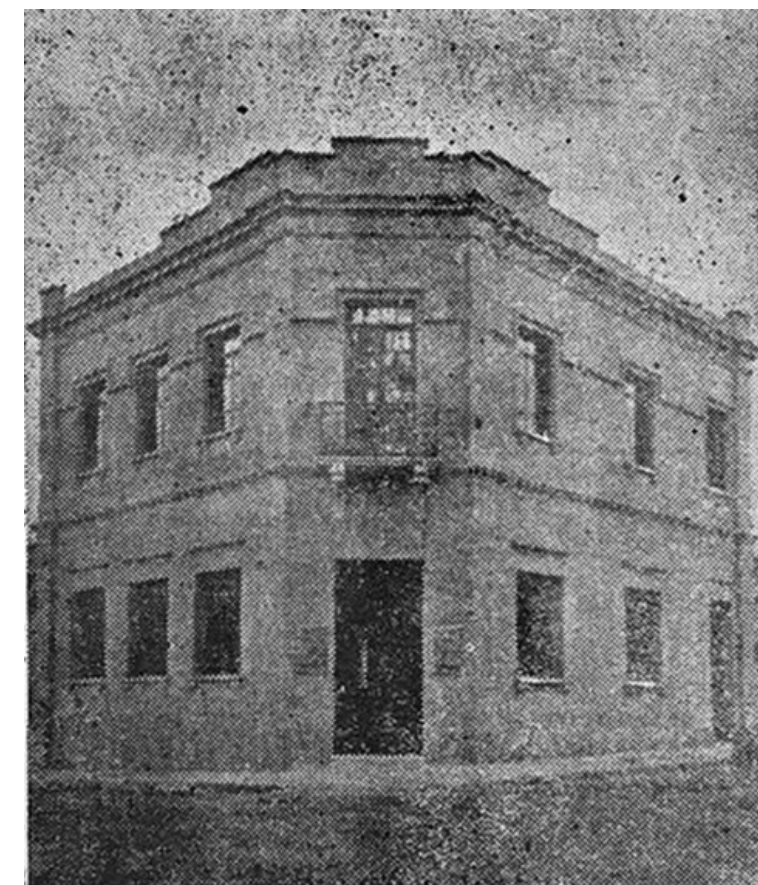
Fonte: IZIDORO FILHO, 1991, p. 494.

reforma da Praça Rio Branco, que trouxe novo grau de transformação da paisagem no primeiro período econômico. Neste período, os fazendeiros locais passaram a residir na cidade, tendo acesso à todas as infraestruturas oferecidas, no conforto de seus casarões conhecidos pelo termo “palacete”, cujos projetos eram feitos por engenheiros ou arquitetos renomados. Essas edificações se destacavam pelos diversos estilos arquitetônicos, com elementos neoclássicos, neobarrocos, neogóticos, neocoloniais, neorrenascentistas, *art nouveau* ou eclético (GHIRARDELLO, 2010, p. 201-202).

Na área estudada destacam-se diversas construções com essas características, como os bancos ou casas de crédito. Os primeiros anúncios encontrados foram do “Banco de Crédito Hypothecário e Agrícola do Estado de São Paulo” em 1910, o Banco de Custeio Rural de Bebedouro em 1911 e o Banco Comercial do Estado de São Paulo, em 1916, dos quais os dois primeiros localizavam-se na área de estudo, porém sem registros fotográficos. Somente na década seguinte, foram construídas obras de arquitetura arrojada, pensadas para serem agências bancárias.

Em 1922, foi inaugurada a agência Banco Francês e Italiano para a América do Sul (**Figura 35**), hoje Drogasil, localizada na esquina da Rua Prudente de Moraes com a Praça Rio Branco (hoje Rua XV de Novembro). O prédio ainda possui a mesma estrutura, porém descaracteri-

Figura 35 - Banco Francês e Italiano para a América do Sul, esquinas das ruas Prudente de Moraes com a XV de Novembro, década de 1920.



Fonte: Jornal de Bebedouro. edição de 17 de dezembro de 1922. Disponível no acervo do arquivo da Gazeta de Bebedouro.

zada. Apesar de as fotografias e registros encontrados não possuírem qualidade suficiente para observar muitos detalhes, é possível notar que o edifício de dois pavimentos apresenta estilo eclético, um chanfro em sua volumetria na esquina com a porta principal e seu coroamento, tornando assim a construção simétrica. Possui platibandas, ornamentação e emolduramento de

Figura 36 - Banco do Comércio e Indústria, na fotografia já Banco Mercantil do Brasil, provavelmente na década de 1990.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 37 - Banco do Brasil, esquina das ruas XV de Novembro e Francisco Inácio, inaugurado na década de 1920.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

aberturas, porém seus elementos não puderam ser identificados ao certo.

Ainda em 1922, foi inaugurada uma filial do Banco do Comércio e Indústria (**Figura 36**), atualmente em reforma, localizada à Rua Prudente de Moraes com a Praça Rio Branco (hoje Rua São João) (IZIDORO FILHO, 1991, p. 455-456). Sua arquitetura apresenta características ecléticas e mais elementos decorativos que o exemplo anterior. A edificação de dois pavimentos possui platibandas com cornijas e coroamentos, balcões com mísulas e balaustradas, adornos de formas orgânicas, esquadrias em arco pleno com emolduramentos e colunas na entrada principal. Também possui chanfro em sua esquina, porém sem a proposta de seu uso como elemento de simetria. Após a década de 80, sua construção seguiu sediando instituições

financeiras, como o Banco Mercantil do Brasil e o SICOOB Credicitrus. Essa foi uma das construções cuja fachada mais se preservou, mantendo-se quase intacta desde a sua inauguração.

Em 1923, também é adquirido o prédio da esquina da Rua Francisco Inácio com a Praça Rio Branco (atual XV de Novembro), sendo o imóvel lá existente removido (**Figura 31**) e construído um novo para abrigar uma sede da agência do Banco do Brasil (**Figura 37**), que segundo Izidoro Filho (1991, p. 462) foi definido como um “edifício à altura do progresso de Bebedouro”.

O edifício do Banco do Brasil ali implantado apresenta, como todas as outras filiais construídas no período, o estilo neoclássico – sua base possui revestimento em pedra e a entrada se localiza no chanfro da esquina, delimitado

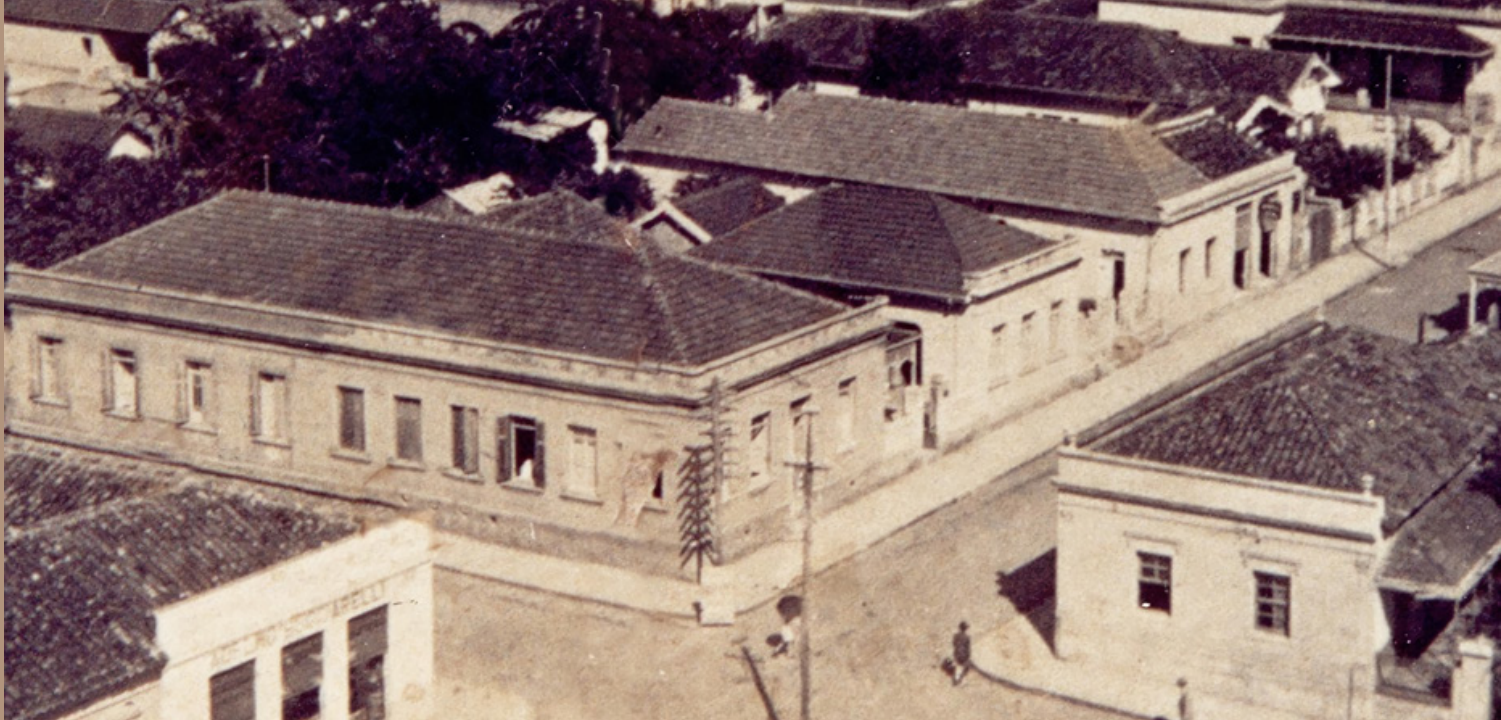
por duas colunas que marcam uma simetria entre suas fachadas principais. As pilastras ao longo das fachadas também foram ornamentadas de modo a simular colunas e, acima delas, há adornos de volume similar a um entablamento, seguido da platibanda cega. Outros elementos podem ser destacados, como a sobreporta e os emolduramentos das esquadrias, mais simples nas fachadas laterais e mais rebuscados na esquina.

Seguindo o modelo padronizado, a agência funcionava no pavimento térreo e no piso superior ficava a residência do gerente, funcionando nesse endereço até o ano de 1971. A edi-

ficação posteriormente sediou agências de outros bancos, como HSBC e Bradesco.

Outra dessas construções é o Instituto Santa Terezinha (**Figura 38**), estabelecimento clínico-cirúrgico, inaugurado em 1927 (IZIDORO FILHO, 1991, p. 492), que encontrava-se na esquina das ruas Oscar Werneck com a XV de Novembro. Apesar de sua localização, tratava-se de um imóvel térreo que não apresentava arquitetura imponente ou chanfro na esquina. A maior parte dos registros iconográficos que se têm são fotografias mais abrangentes e sem muitos detalhes, provavelmente da década de 1930. Entretanto, outra fotografia mais próxima

Figura 38 - Instituto Santa Terezinha, esquina das ruas Oscar Werneck com a XV de Novembro, fotografia da década de 1930.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 39 - Instituto Santa Terezinha, esquina das ruas Oscar Werneck com a XV de Novembro. Fotografia sem data.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 40 - Associação dos Empregados no Comércio de Bebedouro, esquina das ruas Francisco Inácio com XV de Novembro, fotografia de 1937.



Fonte: IZIDORO FILHO, 1991, p. 504.

e com maior riqueza de detalhes foi encontrada (**Figura 39**). Sua volumetria prismática contava com projeto-padrão com artifício de porão alto, telhado de quatro águas com platibandas ornamentadas, única porta de entrada localizada à sua fachada mais estreita e esquadrias elevadas em relação à via pública. Ao lado do edifício, nota-se um acesso lateral. A fotografia não engloba a entrada no recuo mas, na imagem de melhor qualidade, pode-se ver um alpendre com lambrequins acoplado ao edifício. Entretanto, ao analisar a fotografia mais ampla, é possível que o acesso lateral pertencesse ao imóvel vizinho pela diferença de tonalidade das cores da fachada. À frente do Instituto e à direita na fotografia, pode-se notar a “antiga” Casa Paroquial, e à esquerda na figura, segundo Izidoro Filho (1991, p. 469-494), localizou-se a Merceria Paulista e a Alfaiataria do Sr. Ambruzzini.

Em 1928, foi criada a Associação dos Empregados no Comércio de Bebedouro (IZIDORO FILHO, 1991, p. 504). A **Figura 40** mostra a fotografia do imóvel térreo. Junto dos demais registros iconográficos encontrados, foi possível perceber que seu endereço ficava na esquina das ruas XV de Novembro com a Francisco Inácio. A construção não se diferenciava muito dos padrões térreos seguidos até então, exceto por seu chanfro na esquina, com porta de entrada e coroamento. O aspecto de porão alto, telhado de quatro águas com platibanda, esquadrias emolduradas e mais altas em relação à via pú-

blica, são regras seguidas em sua arquitetura assim como as anteriores.

Outra edificação com registro nas décadas de 1920 e 1930 (IZIDORO FILHO, 1991, p. 516) é a Pharmacia Almeida (**Figuras 41 e 42**), posteriormente Pharmacia Central e atual Café Predileto, cujas fachadas e ornamentos se mantêm majoritariamente preservados. Sua construção fica na esquina das ruas São João com a Oscar Werneck, bem em frente ao Teatro Municipal (antigo Theatro Rio Branco). Sua arquitetura, visivelmente eclética, apresenta telhado de quatro águas, pilastras com adornos, platibandas com coroamento e sobreportas em baixo relevo. Seu volume prismático não apresenta aspecto de porão alto e, apesar de não possuir chanfro na esquina, traz somente portas em suas fachadas, evidenciando seu uso exclusivamente comercial. Acima de suas portas, percebe-se uma abertura com esquadria fixa ornamentada com formas orgânicas em ferro.

Figura 41 - Pharmacia Almeida, esquina das ruas São João com Oscar Werneck, fotografia da década de 1920.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 42 - Antiga Pharmacia Almeida, esquina das ruas São João com Oscar Werneck. Fotografia da década de 1940, quando ali funcionavam estabelecimentos diferentes em cada entrada: o Cartório do 2º Ofício, Casa Lotérica e Livraria Vanguarda.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 43 - Pharmacia Antunes, posteriormente Empresa Elétrica Bebedouro. Fotografia sem data.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 44 - Palacete Zaccarelli, esquina das ruas São João e Oscar Werneck. Fotografia provavelmente da década de 1930.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Outro edifício presente no recorte durante a década de 1920, segundo a identificação de Izidoro Filho (1991, p. 466-469), é a Pharmacia Antunes (**Figura 43**), que a partir de 1911 passa a ser a sede da empresa Elétrica Bebedouro. O volume prismático da construção era alinhado à frente do lote e apresentava recuo com acesso lateral. Ao comparar a fachada com o restante da edificação, pode-se deduzir que se tratava de uma construção mais simples que passou pelo processo de aformoseamento difundido no período. Sua fachada apresentava pilastras que simulam colunas sob ornamento que remete a um entablamento e platibanda cega. O destaque da fachada são as aberturas com esquadrias em arco pleno.

Em 1929 é publicada uma notícia⁹ na qual destaca-se a construção de vários novos prédios, incluindo palacetes e sobrados, grifo de Izidoro Filho (1991, p. 509).

Agora, por exemplo, além de outros, estão sendo edificados: um palacete à rua Antônio Alves de Toledo, para o sr. Eugênio Linardi, professor e fazendeiro residente neste município; um sobrado à praça Rio Branco para o sr. Baptista Cassiano; um sobrado à rua São João, para o sr. Joaquim de Sá Ferreira, e um sobrado à rua Prudente de Moraes, para o sr. Benedito A. Trama, onde deverá funcionar a "Academia Comercial de Bebedouro".

⁹ GAZETA DE BEBEDOURO. Edição de 17 de março de 1929. Disponível no acervo do arquivo da Gazeta de Bebedouro.

Apesar de ser possível identificar alguns sobrados na área de estudo através dos registros iconográficos, não foi possível encontrar o sobrado citado acima, nas fotografias. De qualquer modo, os sobrados encontrados serão representados graficamente, de modo a permitir a análise da paisagem do entorno da praça como um todo.

Não citado pela Gazeta nessa notícia, porém de grande relevância para o trabalho, é o Palacete Zaccarelli (**Figura 44**), onde atualmente funcionam a DrogaCentro e a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Bebedouro. O primeiro registro encontrado data de 1931, quando da inauguração do "Nosso Club" no Palacete, onde foi instalada sua sede social (IZIDORO FILHO, 1991, p. 529). Edifício de dois pavimentos, o Palacete Zaccarelli apresenta arquitetura eclética imponente e de destaque na esquina das ruas São João com Oscar Werneck. Sua volumetria possui um pavimento térreo contemplado apenas por portas emolduradas, o que define sua função exclusivamente comercial. Conforme a topografia, o desnível das entradas é corrigido por escadas à frente de suas portas. A base da edificação, por sua vez, não acompanha o declive ao longo da quadra, mantendo sua posição horizontal e permitindo um aspecto visual linear, como se tivesse sido remanejado o terreno.

No pavimento superior percebem-se os balcões com fechamentos em gradis de ferro, os coroamentos adornados com volutas e ornatos de folhagens, as platibandas vazadas com rendilhados, as esquadrias e suas molduras diferenciadas nos balcões (em arco pleno) e, por fim, no coroamento principal do chanfro, entre os detalhes decorativos, as letras Z e C sobrepostas que remetem ao sobrenome Zaccarelli,

simbologia comumente adotada nas edificações ecléticas. Estes elementos em conjunto, além de marcarem a simetria do edifício como um todo a partir de seu chanfro, evidenciam também simetria entre as duas fachadas tripartidas.

Assim, instalados os bancos, teatro, hotel, e demais serviços, com características das tipologias historicistas, a cidade evoluía, aumentando cada vez mais o valor de seu solo urbano.

Figura 45 - Provável residência e futuro Auditório da Rádio Bebedouro, fotografia da década de 1920.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

As residências e até mesmo alguns comércio, ao longo da década de 1920 e de 1930, já apresentavam novo aspecto no entorno estudado. Reis Filho (2000, p. 40) destaca o surgimento de um novo tipo de construção exclusivamente residencial nesse período: a casa de porão alto – ainda nos limites do lote –, cujo desnível se corrigia com um lance de escada e pátio em seguida à porta de entrada, voltada para a via pública, que poderia ser destacado com fina decoração. O novo modelo de residência, que se trata de uma transição entre a casa térrea e o sobrado, é marcado por óculos ou aberturas normalmente com gradis de ferro abaixo das esquadrias voltadas para a rua (REIS FILHO, 2000, p. 40). Tendo esse novo modelo de residência sido amplamente difundido, pode-se também encontrar suas características arquitetônicas adaptadas ao modelo do sobrado (REIS FILHO, 2000, p. 41).

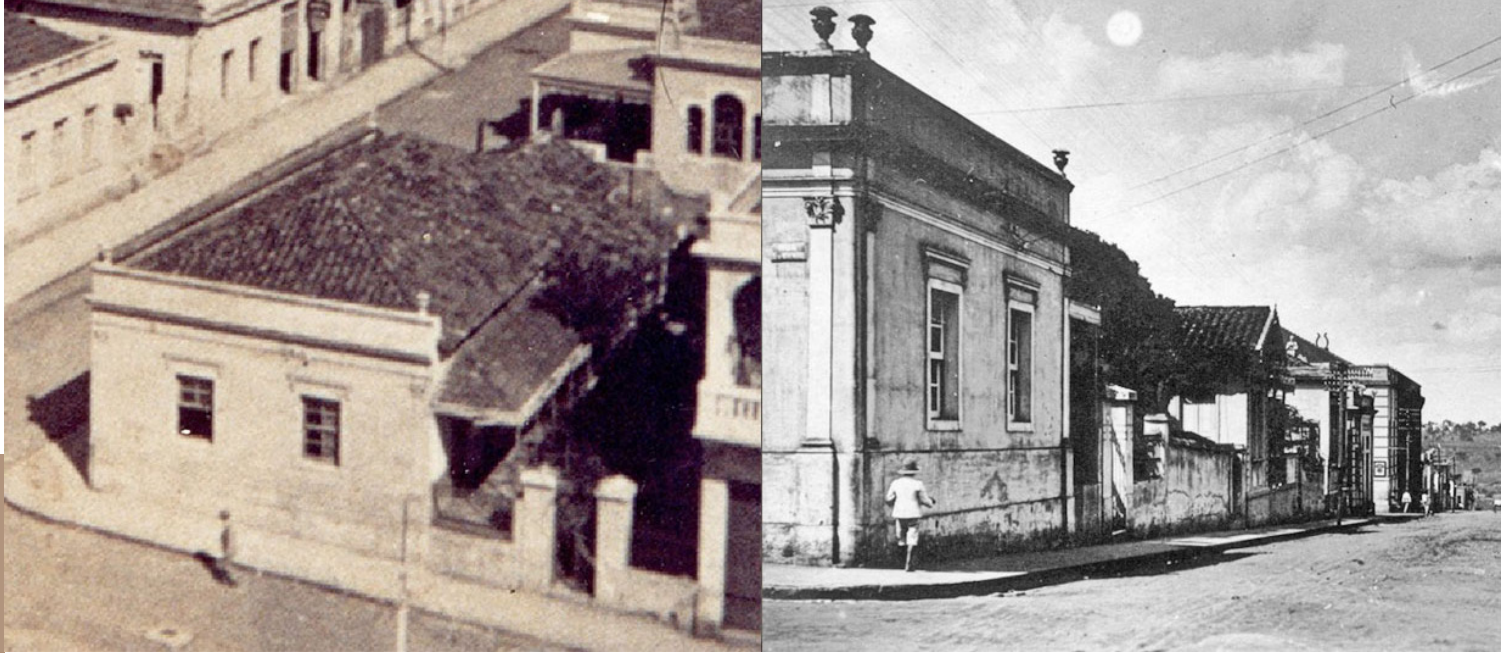
Na área de estudo foram encontrados exemplos dessa tipologia, todos já marcados pela nova forma de implantação da construção no lote e arquitetura. Originada de aspectos ecletistas e novos costumes imigrantes, essa nova disposição da casa de porão alto tinha como característica principal o recuo lateral da construção no terreno em relação à uma de suas divisas, porém mantendo-se ainda o alinhamento sobre a via pública (REIS FILHO, 2000, p. 44).

O primeiro e talvez mais curioso exemplo da área de estudo é uma construção que, prova-

velmente, tinha uso residencial quando fotografada na década de 1920 (**Figura 45**). Posteriormente, essa construção abrigou o Auditório da Rádio Bebedouro.

Sua tipologia à primeira vista remete à casa térrea de porão alto com sua entrada voltada para a via pública, janelas visivelmente mais altas em relação ao passeio e óculos abaixo das esquadrias. Pela repetição do padrão da fachada "janela – porta – janela", além de serem construídas lado a lado, de forma simétrica, compartilhando a estrutura e o telhado, pode-se supor que se tratavam de duas residências geminadas. O elemento que mais se destacou nesta residência foi o afastamento em ambas laterais, que provavelmente foi adotado para proporcionar a iluminação e ventilação aos cômodos posteriores, para adequar-se ao padrão exigido pelas novas legislações de cunho higienista. Outros exemplos que se têm na área de estudo são as duas casas paroquiais: a "antiga", localizada na esquina da Rua Oscar Werneck com a XV de Novembro (**Figura 46**), demolida entre as décadas de 1930 e 1960; e a "nova", que até hoje está no mesmo endereço, localizada ao meio da quadra, também na Rua XV de Novembro, porém descaracterizada (**Figura 47**).

Figura 46 - Casa Paroquial “antiga”, esquina das ruas Oscar Werneck e XV de Novembro, fotografias das décadas de 1920 e 1930.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 47 - Casa Paroquial “nova”, fotografia da década de 1930.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Em ambas residências percebe-se com clareza o porão alto, com esquadrias elevadas em relação à via pública, apesar de na casa paroquial “antiga” não ser possível visualizar os óculos de ventilação abaixo das esquadrias como na “nova”. Percebe-se, em ambas as fachadas, platibandas e ornamentações ecléticas, além de entradas descobertas e localizadas na lateral dos respectivos lotes – na casa paroquial “nova”, é possível perceber também os gradis de ferro da entrada. Segundo Reis Filho (2000, p. 46), nas residências mais abastadas complementava-se esse afastamento com requintado jardim – o que introduz o elemento paisagístico na arquitetura residencial. Na casa paroquial “antiga” é possível que existisse um jardim, devido ao recuo lateral ser maior comparativamente, além de ser contemplada por um longo alpendre, possivelmente utilizado para a apreciação do jardim.

Já na casa paroquial “nova”, mesmo sem jardim em seu recuo lateral, também nota-se um pequeno alpendre. Ornamentado com colunas de ferro e lambrequins, seu acesso se dava pela escada, levando a uma única porta, que provavelmente direcionava para a sala de visitas. Nessas residências, já é possível notar acabamentos detalhados em madeira nas portas, beirais e janelas (REIS FILHO, 2000, p. 48).

Os outros edifícios citados na pesquisa de Izidoro Filho (1991, p. 466-469), quando presentes em fotografias ainda que abrangen-

tes, foram empregados na reconstituição de forma esquemática, podendo-se reconhecer a sua volumetria. Aqueles que não foram encontrados em registros entre as décadas de 1920 e 1930, mas que estavam presentes em fotografias das décadas de 1950 (e encontram-se em parte preservados atualmente), desde que apresentassem as mesmas características do período representado, também foram modelados na reconstituição. Já outros edifícios, além de não possuírem sua fachada preservada, não foram encontrados em registros fotográficos de nenhum período. Estes foram representados na reconstituição por um volume prismático.

A partir de 1920, década de transição, percebe-se as primeiras modificações tecnológicas de importância no Brasil – segundo Reis Filho (2000, p. 64), a circunstância criada pelo contínuo crescimento do trabalho remunerado e seu encarecimento, era nada menos que a vantagem de sua substituição por processos mecânicos. Aliada ao processo de urbanização, a industrialização se iniciava e aqui, temos uma nova abordagem urbano-industrial, visto que, a partir da industrialização, o núcleo urbano deixa de ser complemento do processo de exploração do meio rural para se tornar local prioritário de acumulação (PUPIM, 2008, p. 116).

Assim, têm-se ao longo da década de 1930, possivelmente, o maior grau de transformação do objeto de estudo. Em meados desta década, já em meio às crises de superprodução

do café e à diminuição da população bebedourense, consolidou-se morfologicamente a área de estudo, tendo seu entorno praticamente todo ocupado, com infraestruturas urbanas instaladas e sua posição de destaque como local nobre e como referência da paisagem.

Reconstrução do recorte estudado (década de 1920/30): metodologia e material gráfico

A metodologia empregada baseou-se em revisão bibliográfica, pesquisa e coleta de material iconográfico, levantamento métrico, fotográfico e visitas de campo. Estudada a revisão bibliográfica e identificadas as características comuns de patrimônios religiosos no objeto de estudo, o primeiro passo foi coletar todo o material iconográfico necessário, como fotografias antigas, mapas, plantas e até mesmo desenhos obtidos por memória oral, que balizará a reconstrução em modelo digital tridimensional do recorte territorial e temporal. Esse material foi encontrado na bibliografia, nos documentos oferecidos pela Paróquia de São João Batista, nas fotografias e jornais do acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro e no filme de 1912 da cidade de Bebedouro, restaurado pela Fundação Cinemateca de São Paulo.

Coletado e digitalizado o material iconográfico, iniciou-se o reconhecimento dos edifícios que contemplavam o objeto de estudo, com base no estudo de Izidoro Filho (1991, p. 466-469). Para tanto, foi necessário elaborar uma tabela de levantamento dos edifícios, incluindo informações como nome, a data ou período de seu registro, seu uso (se comercial, residencial, etc), seu endereço, seu estilo arquitetônico e se era possível obter seu levantamento ou não. Organizados os dados das construções e dos elementos do objeto de estudo no primeiro período econômico estudado, o cafeeiro, iniciou-se a maquete eletrônica.

A maquete eletrônica foi elaborada através de modelagem feita no software estudantil SketchUp. Para se obter a topografia e importá-la no software de modelagem, foram utilizados outros dois aplicativos: o Google Earth Pro e o Global Mapper. No Google Earth Pro, foram pesquisadas as Praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite, em Bebedouro-SP. Utilizou-se a ferramenta Polígono para delimitar o objeto de estudo e exportar um arquivo de formato .KMZ, contendo todos os dados georreferenciados.

No software Global Mapper, o primeiro passo foi alterar as configurações de projeção do aplicativo para receber o arquivo .KMZ. Para isso, utilizou-se o sistema de projeção “UTM” para a zona da área delimitada pelo polígono no Earth, no caso, 48° 28’ O no Hemisfério Sul.

A projeção UTM é um sistema universal, isto é, utilizado internacionalmente para representação da superfície da Terra. Trata-se de uma projeção analítica que tem como objetivo minimizar todas as deformações de um mapa a níveis toleráveis, representando-os em um sistema ortogonal. Salvas estas configurações, foi carregado o banco de dados existente e conectado ao arquivo. Dentre os dados importados, têm-se a topografia, que pôde ser destacada na tela por meio de contornos, ou curvas de nível, e exportadas com intervalo de 1 em 1 metro, no formato .DWG – que posteriormente foi importado pelo software SketchUp.

Importada a topografia, iniciou-se a modelagem dos edifícios do entorno da área de estudo. Algumas construções como o Palacete Zaccarelli, a antiga Pharmacia Antunes, o antigo Banco do Comércio e Indústria e a Igreja de São João Batista, por conta de sua conservação, permitiram uma representação mais fiel à realidade, através do levantamento e medições feitas com trena à laser. Outras, como o antigo Banco Francês e Italiano e o Teatro Municipal, antigo Theatro Rio Branco, foi possível obter por medidas orientativas, ou seja, apesar de descharacterizados, a estrutura e ocupação no lote se mantiveram preservadas, tornando viável as proporções de suas representações no modelo tridimensional. Já para as construções que foram demolidas, como o Hotel Amadeo, a antiga casa paroquial e o Instituto Santa Therezinha,

tornando impossível as medições e representação fiel de sua arquitetura, foram representadas de forma esquemática. Tentou-se manter suas proporções através da importação e correção de perspectiva das fotografias no modelo tridimensional, por meio da ferramenta “Adaptar à foto” do SketchUp, além de utilizar elementos das imagens como balizadores dessas proporções, como por exemplo escalas humanas e fotografias mais amplas que permitem comparar as dimensões desses edifícios com os preservados e ainda existentes.

Finalizada a modelagem de todos os edifícios, igreja, praças e entorno do objeto de estudo, foi renderizada a maquete tridimensional através do software Lumion, de modo que todos os materiais e topografia remetessem à uma maquete física. Esse tipo de representação foi escolhido porque, por mais que se tenha material fotográfico dos edifícios, não é possível identificar as cores e pinturas originais utilizadas. Configurados os materiais, através do software de renderização é possível gerar, além de imagens estáticas, imagens 360° também. Foram selecionados alguns pontos da maquete dos quais foram exportadas as imagens 360°, de modo a criar um “passeio virtual” desse espaço, porém na década de 1930.

As imagens 360°, por si só, não possuem esse aspecto de “tour virtual”, tendo apenas uma aparência de imagem panorâmica ou fotografia com lentes “olho de peixe”. Foi necessário im-

portá-las em um site gratuito, o “MeuTourVirtual.com” e configurar os comandos e ícones, necessários aos cliques e movimentos que tornam a experiência do tour acessível aos usuários. Após as configurações do Tour Virtual, a proposta do trabalho é compartilhar o seu acesso por meio de um link ou um QR Code que o próprio site cria. É possível, inclusive, que o usuário caminhe no espaço físico, mas visualize o objeto de estudo no ambiente virtual, através da tela do próprio celular, experienciando uma espécie de “viagem no tempo”. Para proporcionar essa experiência completa, não basta somente criar esse material virtual, mas também propor diretrizes e propostas que permitam o uso e requalificação do espaço.

Os objetivos buscados através dessa metodologia e do produto final gerado são os seguintes:

- Compreender a composição territorial do objeto de estudo a partir de sua origem como patrimônio religioso, bem como reconhecer suas transformações arquitetônicas ao longo do tempo.
- Enfatizar a importância do patrimônio religioso na formação das cidades do Oeste Paulista e sua relevância como agente morfológico do urbanismo no município de Bebedouro/SP.
- Refletir sobre a desvalorização da arquitetura eclética, a busca pelo progresso e como esse movimento se retrata em as-

pectos arquitetônicos do objeto de estudo ainda nos dias de hoje.

- Propor a interação informativa entre espaço físico real e virtual, por meio de “tour virtual”, proporcionando uma nova percepção das Praças Barão do Rio Branco e Praça Monsenhor Aristides da Silveira Leite como espaços urbanos híbridos, através de diretrizes e propostas que convidam os usuários à experiência.

03

URBANIZAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DA ARQUITETURA

A trajetória da sociedade urbano-industrial e o rodoviarismo

Data da década de 1920 o marco que caracteriza a transição da cidade como demarcação no território de pontos de ação do complexo cafeeiro para se tornar destino de uma urbanização crescente, quando, segundo Pupim (2008, p. 120), desdobra-se o desenvolvimento de atividades industriais e o foco na cidade de São Paulo como concentração urbana principal. Com poucos núcleos e a razoável concentração populacional, a atividade urbana de pequenos municípios do interior paulista, de um modo geral, restringia-se ao comércio e à transformação de produtos agrícolas e tecnologias de apoio à construção civil, serviços de apoio ao pequeno produtor (como bancos, cooperativas, postos de combustíveis), administração pública, segurança e serviços urbanos ligados ao ensino e à saúde – a atividade industrial mais expressiva deste período concentrava-se na capital e em suas proximidades, em que se instalavam maiores núcleos (PUPIM, 2018, p. 118-119).

Entre os anos de 1930 e 1955, será estruturada uma sociedade de base urbano-industrial, resultante da transição da década anterior, que teve como resultado o aprofundamento da modernização agrícola e aceleração da urbanização – neste período, a economia brasileira irá de predominantemente agrária para parcialmente industrial (PUPIM, 2018, p. 121).

um âmbito geral, devido ao avanço da urbanização no estado e de forma a atendê-la, aliava-se à modernização da agricultura à diversificação de culturas (como arroz, batata inglesa, milho, laranja e feijão), principalmente pela demanda das matérias-primas não mais importadas, consequência de substituições forçadas pela guerra (PUPIM, 2018, p. 121).

Enquanto o cenário na capital se caracterizava pela instalação crescente de indústrias, devido à sua rede de infraestrutura e acumulação de capitais, no restante do estado se faziam predominantes as atividades agrárias (já modernizadas e capitalizadas), ainda durante a década de 1950, visto que a concentração das indústrias se dava prioritariamente em regiões metropolitanas e em suas proximidades¹⁰ – as poucas fábricas que foram implantadas no interior situavam-se nas regiões mais antigas, como Campinas, Sorocaba e outros centros regionais (PUPIM, 2018, p. 122).

Segundo Bray (2011, p. 87), enquanto se fomentava a citricultura na região de Bebedouro, algumas áreas citrícolas do Estado de São Paulo e do país já passavam a ser afetadas pelo declínio no fluxo das exportações, provocados pela eclosão da 2ª Guerra Mundial em 1939, causando a crise da citricultura paulista até meados da década de 1940. A partir de 1947, retomam-se

os incentivos ao plantio da laranja no município, inclusive através de artigos publicados no jornal Gazeta de Bebedouro e a implantação do primeiro *packing-house* da empresa Santaella e Filhos Ltda. para exportação (BRAY, 2011, p. 87).

Assim, a citricultura toma grande impulso e se firma na região a partir de 1950 – e, junto com o café, ambas culturas tornavam-se as principais do município. Cabe aqui ressaltar que os primeiros citricultores de Bebedouro foram, em sua maioria, cafeicultores que tentavam reerguer seus velhos cafezais de baixa produção, ocupando com a cultura do citrus as áreas de solos mais pobres e com baixa ocupação agrícola (BRAY, 2011, p. 88). Posteriormente, em função dos lucros oferecidos pela expansão do mercado citrícola na década de 1950, muitos cafeicultores passaram a arrancar seus cafezais e, em seu lugar, introduziram a cultura da laranja, determinando o início de uma nova fase agrícola no município de Bebedouro (BRAY, 2011, p. 88).

¹⁰ Segundo o autor, a abertura de novas terras neste período ainda representava competitividade com as regiões de produção mais antiga, apesar de nessas localidades as indústrias já estarem avançadas (PUPIM, 2008, p. 124).

A paisagem do progresso e modernidade: a cidade da laranja

Segundo Landim (2004, p. 68), é a partir especialmente da década de 1950 que as cidades do interior paulista, mais precisamente seus municípios, passam de uma economia baseada na monocultura cafeeira para uma base econômica em uma produção agrícola diferenciada, como citado anteriormente – assim, efetivou-se neste período um processo de industrialização impulsionado pelo capital adquirido da agroindústria. As novas condições socioeconômicas alteram morfológicamente a paisagem dessas cidades do interior paulista por meio de transformações que não mais se baseiam na premissa higienista ou no aformoseamento dos espaços, mas que, incisivamente, buscam a promessa do progresso industrial.

Segundo Tessari (2009, p. 61), neste momento o setor industrial não atuava somente como suporte à agricultura, mas também possuía função articuladora nas novas formas de acumulação, o que tornava a cidade o seu espaço de sedimentação e expansão, além de promover o nascimento de novas necessidades e fluxos populacionais – pode-se ver essa lógica na articulação espacial através dos novos loteamentos, que imprimiam diferenciações regionais e urbanas e

consolidaram novos centros de portes variados na rede urbana, como os centros industriais, acompanhando as vias de transporte regional. O surgimento desses novos núcleos se deve ao parcelamento e loteamento de glebas rurais, devido ao rápido e desordenado crescimento urba-

Figura 48 - Anúncio publicado em diversas edições do jornal Gazeta de Bebedouro, nos anos 1964 e 1965.

PORQUE Jardim do Sonho?

Porque é o melhor loteamento da cidade, planta aprovada pela Engenharia Sanitária e Prefeitura Municipal.

Porque é o melhor local, o mais próximo a hospital, padarias, açougues, armazéns, farmácias, igrejas e escolas.

Porque possui o melhor plano urbanístico: avenidas, praça para a sua recreação, ruas largas, lotes amplos, redes de água, esgoto e luz e ainda planta para a sua casa.

Porque as condições de venda são as melhores: pequena entrada e o restante em prestações de Cr\$ 14.000.

Por tudo isto o melhor é “JARDIM DO SONHO”

Informações e Venda:
Rua Oscar Werneck, 395-Fone 715

P. S. — Não espere «amanhã», faça «hoje» o seu melhor negócio, aproveitando o preço de lançamento deste empreendimento.

Fonte: GAZETA DE BEBEDOURO. Diversas edições dos anos de 1964 e 1965. Disponíveis no acervo do arquivo da Gazeta de Bebedouro.

Figura 49 - Anúncio comercial em 1968 no jornal Gazeta de Bebedouro.

**ESPETACULAR !
ESTRONDOSO !
SUCESSO !**

CINQUENTA lotes vendidos em APENAS três dias, no melhor loteamento

Parque Residencial «SANTO ANTONIO»

na melhor localização (prolongamento da AVENIDA MARIA DIAS) e no melhor plano (INEDITO) de vendas

Tudo **SEM ENTRADA** e lotes a partir de **NCr\$ 15,00 por mês**

FAÇA O MELHOR NEGOCIO DO ANO, em imóvel, ajudando ao mesmo tempo o Educandário Santo Antonio a funcionar, abrigando dezenas de crianças desamparadas

Vá, ainda hoje, RESERVAR o seu lote, ou peça pelo telefone 715, a visita de um correio

Parque Residencial «Santo Antonio», UM EMPREENDIMENTO DE:

Belmiro Esteves dos Santos
Rua Dr. Oscar Werneck N. 395 — BEBEDOURO

Fonte: GAZETA DE BEBEDOURO. Diversas edições entre fevereiro e maio de 1968. Disponíveis no acervo do arquivo da Gazeta de Bebedouro.

no, desencadeando também o processo de periferização que era manifestado por loteamentos populares (TESSARI, 2009, p. 61). A dinamização dos fluxos econômicos também acarretou em necessidades e mudanças que se processavam

nos espaços urbanos, fazendo surgir, além das novas áreas distantes do centro, as vilas operárias – resultando assim na extensão de serviços urbanos e na consolidação de sistemas viários (TESSARI, 2009, p. 63). Portanto, o desenho do espaço urbano repercutia um planejamento centralista e autoritário, caracterizado por pouco atender às necessidades das populações locais, mas baseando-se prioritariamente na política de atração de indústrias e criação de Distritos Industriais (TESSARI, 2009, p. 63).

A partir da década de 1960 em Bebedouro, percebe-se essa expansão por meio de projetos imobiliários e loteamentos, tanto pela iniciativa privada como pelo poder público.

Segundo Landim (2004, p. 72) o modelo de desenvolvimento adotado para o país que privilegiou o transporte rodoviário ocasionou a obsolescência de muitas ferrovias, tornando o automóvel acessível a extensos setores da classe média, por conta das facilidades de crédito e aumento do poder aquisitivo dessa classe social. Na área de estudo nota-se coberturas como de estacionamento (**Figura 50**) em frente à Igreja de São João Batista, e no perímetro da Praça Barão do Rio Branco, na Rua Francisco Inácio. Destaque da “ditadura do automóvel” que começava a ter maior visibilidade no período, é o posto São João (**Figura 51**), na esquina das ruas Francisco Inácio com a São João, do qual se encontrou registros a partir do ano de 1957. Bem provavelmente devido ao aumento do número de automóveis na

Figura 50 - Praças Monsenhor Aristides da Silveira Leite e Rio Branco, fotografia do início da década de 1960.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

cidade, em 1962 foram feitas as obras nas praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite para implantação de um estacionamento em 45° (Figura 52). Na década de 60 pode-se destacar também a construção da primeira rodoviária de Bebedouro, localizada na esquina das ruas Nossa Senhora de Fátima com a Vicente Paschoal (Figura 53). Não foram encontradas fotografias de sua fachada, somente fotos internas.

É interessante destacar que, desde o final da década de 1930, têm-se registros de alguns transportes intermunicipais feitos por estradas de rodagem antes da implantação da rodoviária (Figura 54). Apesar de o transporte ferroviário ser predominante, algumas cidades vizinhas não possuíam ligação com Bebedouro.



Figura 52 - Obras das Praças Monsenhor Aristides da Silveira Leite e Rio Branco, construção do estacionamento, fotografia de 1962.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 53 - Primeira Rodoviária Bebedouro, rua Nossa Senhora de Fátima, fotografia da década de 1960.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Passava-se, também nesse período, a implantar leis de uso e ocupação do solo, estabelecendo recuos laterais e frontais, bem como o dimensionamento de largura de vias e calçadas – trazendo homogeneidade às novas estruturas paisagísticas que se estabelecem no espaço (LANDIM, 2004, p. 70). Mesmo que nas cidades menores, o adensamento urbano provocado pela verticalização, parcelamento e redução das dimensões dos lotes acarreta na diminuição das áreas livres particulares, por conta das ins-

Figura 54 - Anúncio comercial sobre o início da linha rodoviária entre as cidades de Bebedouro e Catanduva.

Passaro Verde
Empresa: José Pedro dos Santos
—(ZÉ PEDRO)—

Linha de AUTO=ONIBUS
A inaugurar-se a 23 de Maio de 1939
ENTRE
Catanduva ↔ Palmares ↔ Pirangi ↔ Botafogo ↔ Bebedouro

HORARIO			
Parte de Catanduva	8,10—18,00	Parte de Bebedouro	6,30—14,00
• Palmares	9,10—18,30	• Botafogo	6,50—14,20
• Pirangi	10,10—19,15	• Pirangi	7,35—15,10
• Botafogo	10,30—19,45	• Palmares	8,25—16,00
Chega em Bebedouro	10,40—20,00	Chega em Catanduva	9,00—16,45

PREÇOS

Catanduva a Palmares	38000 IV 58000	Bebedouro a Botafogo	28000 IV 38000
• Pirangi	58000 IV 88000	• Pirangi	58000 IV 88000
• Botafogo	88000 IV 148000	• Palmares	78000 IV 138000
• Bebedouro	108000 IV 188000	Viagem direta	105000

Estes horários estão também em comunicação com todos os trens da Araraquarense, tanto os de ida e volta, bem assim, com todas as Jardineiras que se destinam à Ilha, Marília, Rio Preto, Mundo Novo, Aracatuba, Novo Horizonte, e demais localidades da zona.

Os Pontos de partida e informações: Em Catanduva — Hotel Antunes — Telefone n. 238
Em Bebedouro — Praça Rio Branco — Telefone n. 262
Em Palmares — Casa Italiana — Querino Durante. Em Pirangi — Hotel D'Oeste — Miguel Polachini
Em Botafogo — Bar Armazen — Antonio Panachon

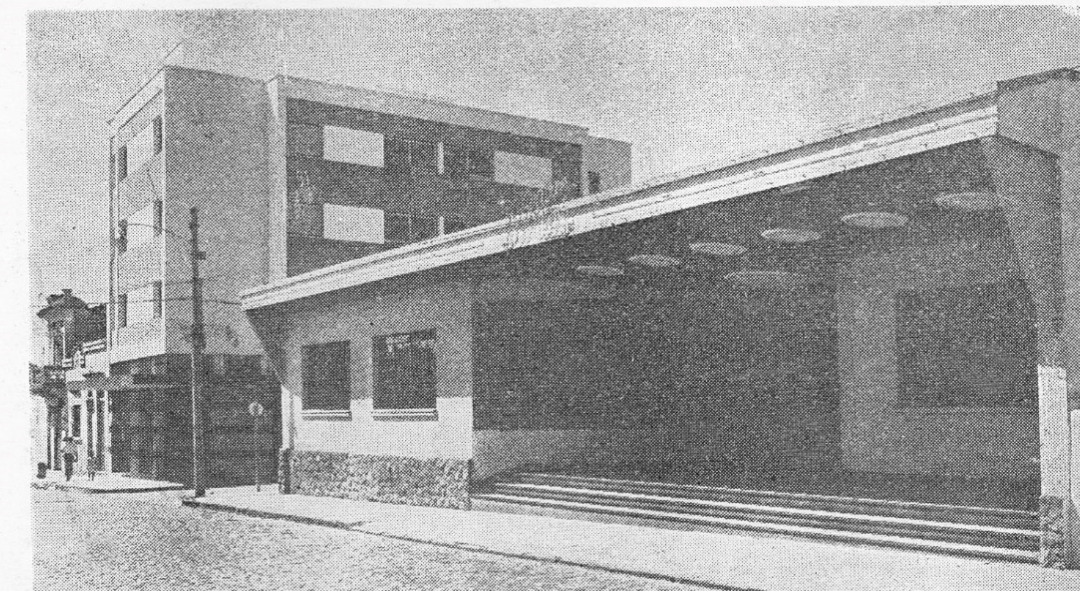
Os passageiros devem procurar o caminho mais próximo que liga Bebedouro a Catanduva, passando por Botafogo, Pirangi e Palmares, usando os carros desta Empresa, os únicos que fazem o trajeto pela menor distância e tempo.

Para maior conforto dos que viajam, os carros desta Empresa estão todos equipados com o sempre incomparável Carrasseria GRASSI.

Fonte: GAZETA DE BEBEDOURO, edição de 21 de maio de 1939. Disponível no acervo do arquivo da Gazeta de Bebedouro.

Figura 55 - Sede do Bebedouro Clube, fotografia de 1962.

No Coração da Cidade - A Jóia de Bebedouro Bebedouro Club



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

talações de serviços e estacionamento de automóveis – adaptação necessária às antigas centralidades na nova realidade industrial (LANDIM, 2004, p. 61).

A diminuição das áreas livres particulares ocasionou a necessidade de um novo elemento urbano, o clube (LANDIM, 2004, p. 71). Esses clubes, posteriormente terão uma extensão na periferia das cidades, os chamados “clubes de campo”. O antigo Nosso Club, que tinha sua sede no Palacete Zaccareli, durante a década de 40

passa a se chamar Bebedouro Clube e adquire o prédio no local onde ficava o Instituto Santa Therezinha, na esquina das ruas Oscar Werneck com a XV de Novembro (Figura 55), passando a se localizar ali. Foi feita uma construção térrea, de características modernas para o momento em que foi executada sua obra.

Nas áreas centrais, como veremos nas praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite e seus respectivos entornos, percebe-se a presença de novos prédios – elementos que buscavam a semelhança com as centralidades da capital e tornavam-se fator de orgulho para as cidades do interior paulista (LANDIM, 2004, p. 70). A autora ressalta que, em um primeiro momento, não havia a necessidade do adensamento das centralidades nesses núcleos urbanos, mas ainda se buscava a verticalização como um elemento de *status* urbano – alvo apropriado pelo mercado imobiliário (LANDIM, 2004, p. 70).

A primeira construção que se instalou no objeto de estudo com tais características durante a década de 1960 é o edifício Pimentel, noticiado antes de sua construção no Jornal Voz de Bebedouro, em 1959 (Figura 56), e após a finalização das obras, na “Bebedouro em Revista” de 1962 (Figura 57). Foi demolida a construção existente no lote e substituída por um prédio de quatro andares, cuja arquitetura apresenta influências modernistas. Sua volumetria de formas simples, apresentam o térreo recuado em relação aos pavimentos superiores com estrutura de pilares. Porém ainda apresenta o aspecto do sobrado colonial, com comércio no térreo e moradia nos demais andares, e segue a mesma implantação anterior de construções alinhadas na via pública e nos limites do lote, praticamente substituindo o casario pelos arranha-céus (LANDIM, 2004,

p. 70). Em outros pontos da área de estudo, só investiu-se novamente na verticalização nas décadas de 80/90, o que evidencia a função do “primeiro edifício”, que visava o *status* urbano e valorização imobiliária da área central.

Outro elemento de *status* urbano que era implementado na praça principal das cidades do interior paulista durante a década de 50 e 60 era a fonte luminosa de águas dançantes (LANDIM, 2004, p. 72). Em 1948, a Gazeta de Bebedouro publica uma matéria sobre o coreto que até então se localizava na Praça Barão do Rio Branco, caracterizando-o como “uma arquitetura arcaica”, “obra inestética” que parecia “um estafermo dessembelezando o primor de uma praça caprichosamente ajardinada” – esses termos descreviam a discussão que se repercutia na cidade sobre a substituição do coreto. Em 1958, foi publicada uma nova matéria informando que o “velho coreto já se sente impotente para embelezar uma praça e de bom grado, cederá lugar a uma concha acústica ou a uma fonte luminosa”. Assim, em 1961 foi inaugurada a fonte luminosa (Figuras 58 e 59) e em 1963, a concha acústica (Figuras 60 e 61). O emprego desses novos elementos, em contraste com a Igreja São João Batista e seu entorno, modificou a paisagem da morfologia urbana e marcou o segundo período com maior grau de transformação no objeto de estudo.

Figura 56 - Matéria do Jornal Voz de Bebedouro: Primeiro prédio de Bebedouro, 1959.

Vai surgir nosso primeiro prédio de apartamentos

A Construtora Pioneira Ltda. firma construtora com sede nesta cidade, representada pelo sócio-gerente e responsável direto Dr. João Cosmo Festoso deu início ao primeiro prédio, cuja parte térrea será destinada a lojas e sobrepostos haverá mais quatro pavimentos destinados a apartamentos residenciais.

O prédio, que será construído com a frente para a Praça Monsenhor Aristides, na esquina da Rua Dr. Oscar Werneck, ao lado do Bebedouro Clube recebeu o nome de «Edifício Pimentel», em homenagem a seu condômino e idealizador Mauro Pimentel, que assim deu mais um passo à frente no ritmo do progresso de Bebedouro.

O prazo para a entrega da construção será de quinze meses a partir do término das funções para os apartamentos, sendo somente de oito meses para a conclusão e entrega das lojas, dentro de cujo tempo o prédio deverá estar completamente terminado, de acordo com o combinado, sujeito ainda a multas contratuais.

As escrituras foram lavradas e assinadas nas notas do 2.º Tabelião de Bebedouro, a 17 de outubro do corrente ano. As lojas do pavimento térreo pertencerão ao condômino Mauro Pimentel.

Os apartamentos foram adquiridos por alguns bebedourenses progressistas e que de fato querem ver Bebedouro sempre maior e sempre mais florescente:

1.º ANDAR	
Apto. n.º 1 — 2.º pavimento	— Augusto Veraldi
Apto. n.º 2 — 2.º pavimento	— Dr. Petrónio Reiff
Apto. n.º 3 — 3.º pavimento	— Claudio Britto Novais
2.º ANDAR	
Apto. n.º 4 — 3.º pavimento	— Victor Rachel Toller
Apto. n.º 5 — 4.º pavimento	— Dr. Pedro Paschoal
3.º ANDAR	
Apto. n.º 6 — 4.º pavimento	— Construtora Pioneiro Ltda. (Ainda não vendido)

Está assim de parabéns o engenheiro da firma Pioneira Ltda., Dr. João C. Festoso, um bebedourense de ampla visão e de descortínio, o sr. Mauro Pimentel, condômino do Edifício e também os compradores dos apartamentos Srs. Augusto Veraldi, Dr. Petronio Reiff, Claudio B. Novais, Victor R. Toller e Dr. Pedro Paschoal.

Nossos parabéns aos empreendedores desta obra grandiosa que virá modificar o aspecto urbanístico de nossa cidade, bem como enfeitar aquele recanto, onde existia um prédio velho e antiquado, demonstrando assim a pujança e o surto de progresso de nossa terra. Bebedouro cresce em todos os sentidos. Oxalá encontre este empreendimento muitos imitadores. Fazemos um apelo aos capitalistas para que tomem isto como exemplo e que logo depois do Edifício Pimentel surjam outros edifícios para modernizar e engrandecer nossa cidade.

Fonte: JORNAL VOZ DE BEBEDOURO, edição de 08 de novembro de 1959.

No início dos anos 1970, segundo Landim (2004, p. 71), a economia brasileira vive uma fase de expansão acentuada e recorde de crescimento – que se baseava na política de desenvolvimento acelerado chamado “milagre econômico”, liderada pelo setor industrial. Nesse período, a industrialização do interior do Estado foi incentivada por convênios entre os governos federal e estadual, por meio de benefícios fiscais ou criação de distritos municipais para atrair a instalação de indústrias (LANDIM, 2004, p. 72). Um índice de *status* urbano muito difundido nas próximas dé-

Figura 57 - Edifício Pimentel, localizado na esquina das ruas Oscar Werneck e XV de Novembro. Fotografia de 1962.

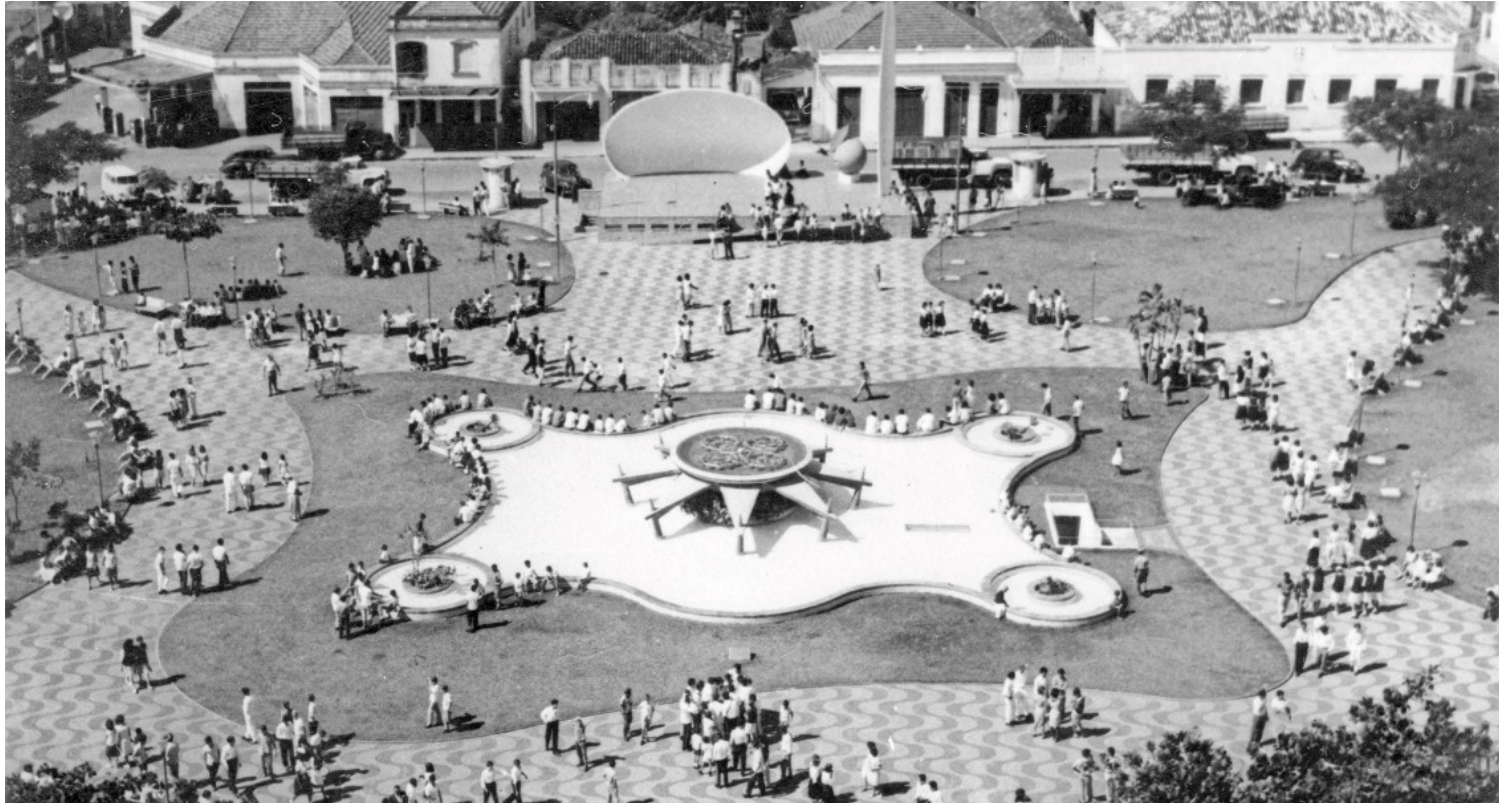


Fonte: Bebedouro em Revista, 1962. São Paulo: Ano II, número III. p. 5

cadras serão obras de viadutos, novas e sofisticadas rodovias e implantação de câmpus universitários (LANDIM, 2004, p. 72).

Um elemento novo que se vê também nas cidades do interior paulista a partir da década de 1970 são os conjuntos habitacionais, que funcionam como um aglutinador do processo de homogeneização da paisagem (LANDIM, 2004, p. 73). Segundo Landim (2004, p. 73), mesmo que de um modo não tão intenso, nos grandes centros também são construídos alguns conjuntos habitacionais verticalizados. Essas e outras novidades passam a existir e compor a morfologia da paisagem urbana, como a construção de centros culturais e bairros-jardim (LANDIM, 2004, p. 73).

Figura 58 - Fonte Luminosa, Praça Barão do Rio Branco. Fotografia da década de 1960.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 59 - Fonte Luminosa, Praça Barão do Rio Branco



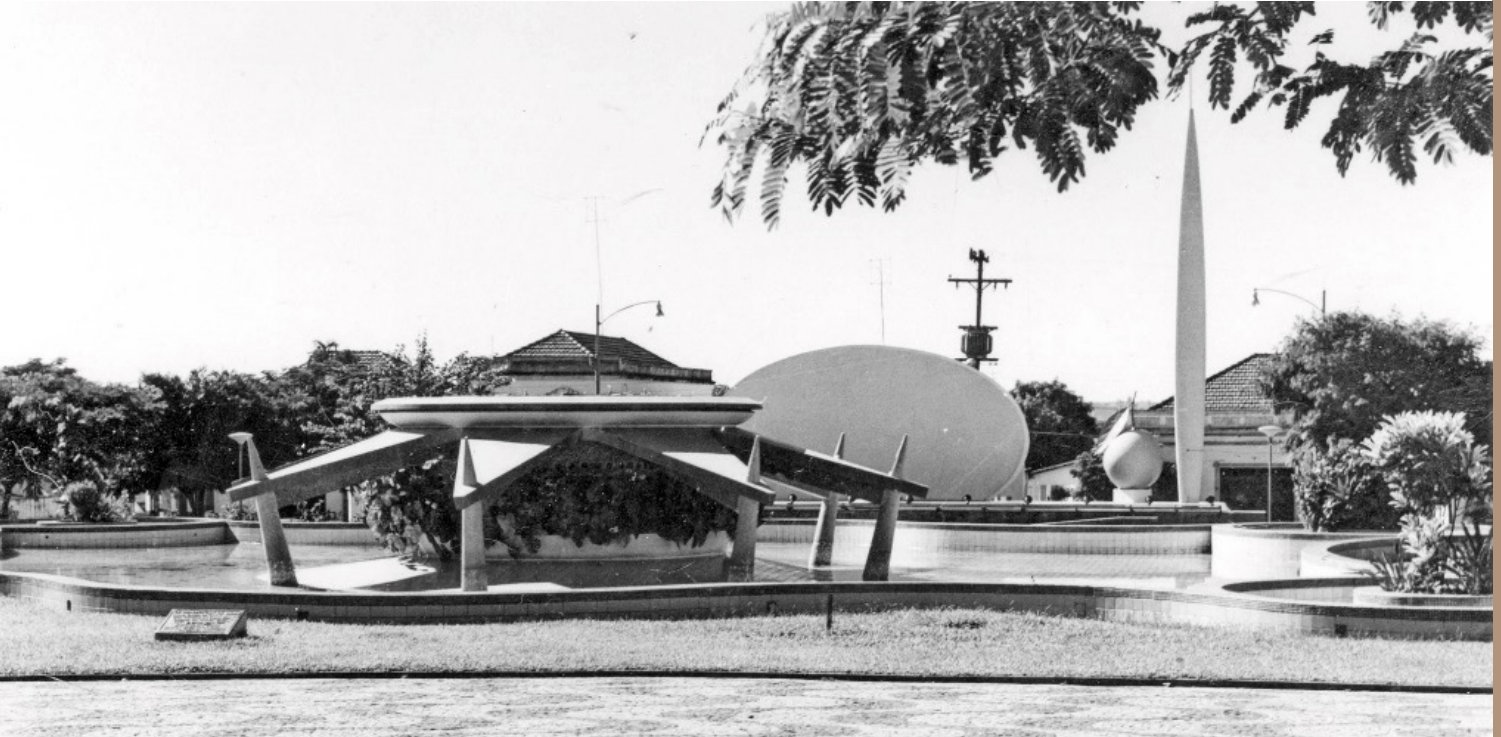
Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 60 - Construção da Concha Acústica, fotografia de 1963.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 61 - Fonte Luminosa e Concha Acústica ao fundo. Fotografia de 1963.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Essas novas instalações, apesar de muito comuns e algumas delas aplicadas em Bebedouro, não são encontradas na área de estudo. Desse modo, é necessário um estudo mais aprofundado do período e de áreas mais periféricas da cidade. As áreas centrais, foco do objeto de estudo, concentravam-se basicamente na utopia modernista de remodelar os aspectos da velha cidade, através da verticalização e implementação de novos elementos que assegurassem o reflexo do novo perfil socioeconômico e atendessem às aspirações da sociedade.

Nos anos de 1980/90, segundo Landim (2004, p. 74), as principais condicionantes sociais para a configuração da paisagem urbana que se formava seguem sendo a expansão urbana e adensamento das áreas existentes. Por conta do aumento da população, a expansão continua seguindo dois caminhos: os bairros-jardim e casarios modestos, e o adensamento seguia o receituário da verticalização, porém em novas áreas e, por vezes, em condomínios fechados (LANDIM, 2004, p. 74). A rede rodoviária consolidou-se como o principal meio de transporte e, por conta dessa nova forma de circulação, surgem novas estruturas comerciais, como os *shopping centers* (LANDIM, 2004, p. 74).

Na cidade de Bebedouro, em 1991, foi inaugurado o Bebedouro Shopping (Figura 62) e entre as décadas de 1980 e 90, ampliou-se a verticalização, evento que trouxe uma nova modificação à área de estudo: o Edifício Centenário.

Figura 62 - Anúncio Inauguração Bebedouro Shopping. Fotografia de 1991.

O INTERIOR ESTA BRILHANDO.



BEBEDOURO SHOPPING CENTER. UM SHOPPING MODERNO, DIFERENTE, QUE NASCEU PARA BRILHAR.

A região de Bebedouro ganhou um brilho todo especial com a inauguração do Bebedouro Shopping Center, dia 6 de Julho. É um projeto moderno, arrojado, à altura dos melhores do mundo e digno de estar situado numa das regiões de maior desenvolvimento do país.

O brilho deste empreendimento vai beneficiar cerca de 250.000 pessoas e contribuir de forma positiva para o desenvolvimento econômico da região. Não faltam motivos para se ir ao Bebedouro Shopping Center. São dezenas de lojas, um hipermercado, um magazine, anconetes, restaurante.

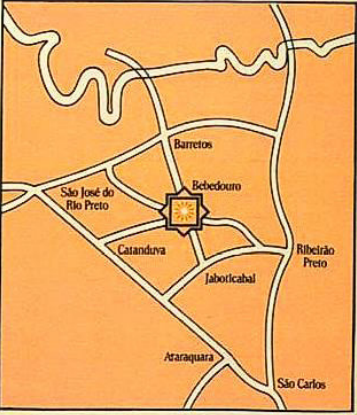
UMA ESTRELA BEM PERTO DE VOCÊ.
Tudo isso num espaço bonito, agradável, bem distribuído, com uma praça no seu interior, elevadores panorâmicos, estacionamento para 14.000 carros por dia e muita gente amiga.

ESTAS ESTRELAS ESTÃO BRILHANDO PARA VOCÊ:

- Magazine Luiza • Lojas Americanas
- Sollum • Adj-Man • Hugo Boss • Cabochard
- Ligia Flora • Ellus • Benetton 012 • No & MI
- Ana Catorze • Nova Era • Lavinho's • Petetecca
- Baby Shop • Bonaparte • Moda Feminina

Finca • Blu 4 • Fiorucci • Rio 40 Graus • Candy House • Hot Line • Só Brinquedos • Roberto Simon Jólías • Hasten Sports • Maça Vermelha • Santa Felippa • Localiza National • O Boticário • Leve Encanto • Natura Baby • BCN-Cartão de Crédito Sollo • Choperta Zero Grau II • Catchup & Mostarda • Pankrep's • Laranja, Limão & Cia • Hobby's Lanches • Tarbuch • MACAM • Big Potato • Restaurante L'orange • Farmagistral • Charles Votre Colffeur • Banco Crédito Nacional • Play Park • Plaza Inn Hotel

UMA LOCALIZAÇÃO BRILHANTE.



Realização: **CUTRALE EMPREENDIMENTOS S.A.**

Execução Qualidade: **JHS**

Planejamento, Marketing e Comercialização: **INTERMART**

Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

O edifício localiza-se em uma parcela do lote desmembrado que anteriormente pertencia ao Hotel Municipal (antigo Hotel Amadeo) e sua fachada é voltada para a Rua Prudente de Moraes. A parcela do lote com fachada que faz frente à Praça Monsenhor Aristides da Silveira Leite foi ocupada por uma nova edificação, onde se

Figura 63 - Edifício Centenário e Loja Nevoeiro à frente. Fotografia provavelmente da década de 1990.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

instalava o estabelecimento comercial Nevoeiro e que, posteriormente, foi ocupado pela Sicoob Credicitrus (Figura 63).

A morfologia urbana, em diferentes momentos, reflete as formas de uso do solo e do espaço urbano (LANDIM, 2004, p. 77). Assim, a rede urbana, consolidada anteriormente nas primeiras décadas do século XX, passava a ter na capital paulista a forma concreta da intensificação da urbanização dos espaços – que ocorre através da urbanização da sociedade, ou seja, nesse novo estilo de vida urbano que carregava a simbologia do progresso e do desenvolvimento (TESSARI, 2009, p. 61). Já a arquitetura, por sua vez, se molda com base nos padrões de consumo e hábitos da classe média, que reproduzia nada menos que os modismos divulgados pelo rádio, TV e revistas de decoração fornecidas pelo mercado imobiliário (LANDIM, 2004, p. 77). Esses modismos, impulsionados pelos meios de comunicação e pela difusão da arquitetura moderna, propagam um discurso de repulsa à arquitetura eclética que predominava os centros urbanos na primeira metade do século XX, fazendo com que muitas dessas obras fossem perdidas e descaracterizadas.

Descaracterização e desvalorização do eclético: a não-arquitetura

Uma vez percebidas as transformações e reformas nos edifícios que consagraram a primeira paisagem do objeto de estudo, um tópico importante que se engloba na temática do trabalho é o rumo tomado pela massiva descaracterização e demolições de edifícios ecléticos entre as décadas de 1930-70, que pode ser fundamentado pela trajetória das ideias modernistas que acompanharam o parâmetro econômico em desenvolvimento no período. Desta forma, procura-se não tratar da questão da preservação do patrimônio, mas oferecer uma leitura para tal.

O panorama oferecido pela arquitetura brasileira por volta de 1900 nada tinha de animador. Nenhuma originalidade podia ser entrevista nos numerosos edifícios recém-construídos, que não passavam de imitações, em geral medíocres, de obras de maior ou menor prestígio pertencentes a um passado recente ou longínquo, quando não eram meras cópias da moda então em voga na Europa. (BRUAND, 2010, p. 33).

A abordagem do ecletismo acima, enfatizada por Bruand logo ao início de seu livro, carac-

teriza com clareza a visão do estilo arquitetônico sob os moldes modernistas que repercutiram no país a partir da década de 1920 – após a Primeira Guerra Mundial ocorre um despertar nacionalista, no qual a crítica da geração modernista se dará sobre a mentalidade e cultura do século XIX e início de XX, apoiando-se na aversão e intenção de substituir os modelos de um estilo visto como sinônimo de decoração (FABRIS, 1995, p. 76).

De maneira a fundamentar o debate da questão eclética no Brasil que se dava neste período e a difusão desse pensamento, Fabris (1995, p. 77-78) reúne o artigo de Loos “Ornamento e crime” (1908), o manifesto da arquitetura futurista (1914) e a revista L'Esprit Nouveau (1920-1925), com a finalidade de articular um diálogo existente entre as críticas modernistas brasileiras e a modernidade internacional. Pontos como o princípio de economia na arquitetura, a crítica aos elementos decorativos e à cidade moderna com “ar de imbecilidade”, bem como a caracterização do ecletismo como inumano e desordenado e a contestação de sua representação simbólica da sociedade burguesa, são exemplos buscados pela autora, que refletem elementos de crítica dos intelectuais brasileiros ao estilo, considerado em desacordo com as exigências do século XX.

Assim, defendia-se uma ciência arquite-

tônica derivada da ordem geométrica, compilando a beleza das formas e linhas com a racionalidade da construção (FABRIS, 1995, p. 77-79). Como exemplo da repercussão desse debate, pode-se citar a crítica de Warchavchik, arquiteto que retoma como foco a necessidade construtiva, cuja função o ecletismo viria tornar em decoração inútil e absurda, fazendo do elemento estrutural da arquitetura apenas uma sobreposição (FABRIS, 1995, p. 79). Outra crítica constante ao ecletismo embasava-se na designação de seu aspecto como um estilo não nacional, que motivou os modernistas a buscarem sua identidade arquitetônica no estilo barroco mineiro – neste momento, explora-se uma redescoberta histórica através do emprego do estilo colonial, considerado harmônico com relação à paisagem e tradições brasileiras, e também por suas qualidades puristas e volumetrias simples (FABRIS, 1995, p. 80-82).

No intuito de se definir um estilo para o século XX, e em busca da utopia de um estilo nacional, as ideias propagadas pelos modernistas sequer permitiram um aprofundamento na leitura do fenômeno eclético, reduzido apenas a cópias e imitações, trazendo até mesmo o século XIX ao limbo da não-arquitetura¹¹ e, ao ponto que definiam a trajetória da arquitetura nas próximas décadas, passa-se despercebido o aspecto brasileiro do ecletismo, completamente

11 Segundo a autora, a revista L'Esprit Nouveau, de Le Corbusier, em seu primeiro número, trazia o século XIX à margem da não-arquitetura.

diferente daquele europeu e de características próprias a serem reconhecidas, segundo Fabris, claramente mais evocativas e enciclopédicas (FABRIS, 1995, p. 82). Além disso, outra incoerência pode-se ver na proposta neocolonial que os modernistas defendiam nesse discurso, pois não deixava de ser igualmente eclética – possuía também características resultantes da arquitetura portuguesa, originária de fragmentos e que não se constituía de uma “verdade estrutural” (FABRIS, 1995, p. 82).

Com a prática arquitetônica de Warchavchik, considerado autor da primeira obra modernista brasileira, as ideias desse novo modelo diluíram-se no território nacional e naturalizaram “a boa arquitetura” aqui produzida, determinando a imagem do ecletismo de caráter imitativo e a trajetória da produção arquitetônica nacional – bem como o caminho a ser tomado pela questão da preservação e tombamento do patrimônio arquitetônico (CABRAL, 2010, p. 123). Segundo Cavalcanti (2000, p. 07), essa revolução estética se inicia com a “formação de pólos culturalmente dominantes na sociedade brasileira”, e coloca em destaque os arquitetos modernos sobre os acadêmicos e arquitetos neocoloniais, no que se trata da construção de monumentos estatais para o Estado Novo, nas propostas de uma política de habitação popular e na implantação de um Serviço de Patrimônio, que selecionava e se encarregava da guarda das obras consideradas monumentos nacionais (CAVALCANTI, 2000, p.

08). Dessa forma, sob a atuação de arquitetos modernistas se fundava também o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) (CAVALCANTI, 2000, p. 08) e, com “modernistas na repartição” (CAVALCANTI, 1993 *apud*. CAVALCANTI, 2000, p. 46) não se escondeu a recusa sistemática da arquitetura eclética aos moldes modernos, priorizando os exemplares do barroco colonial, do neoclássico e da arquitetura moderna, o que tornava a política oficial de preservação visivelmente direcionada (CABRAL, 2010, p. 124).

Após a construção de Brasília (1960), junto com a chamada Arquitetura Paulista, esta visão modernista da produção arquitetônica nacional se propagaria por todo o estado, não se limitando apenas a arquitetos da capital (BRUAND, 2010). Segundo Almeida (2019, p. 04), influenciada pelo desenvolvimento industrial, a implantação do Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo trouxe grande número de obras e equipamentos que seriam executados por arquitetos atuantes do cenário paulista, contratados pelo IPESP (Instituto de Previdência do Estado de São Paulo) – ao invés de funcionários públicos do Departamento de Obras Públicas (DOPS) até o momento responsáveis por grande parte dos projetos, porém caracterizados pelo emprego de formas padronizada e ecléticas, apesar de o estilo moderno já se ver consolidado no país (ALMEIDA, 2019, p. 04). A influência brutalista, além de se sobres-

sair nas referidas obras públicas, via com desdém as construções ecléticas das cidades, presentes em grande parte das cidades originadas de patrimônios religiosos no “eixo entre estação e matriz, consagrado no período da economia cafeeira em grande parte das cidades no Oeste paulista” e “considerado o “centro” da cidade” (GHIRARDELLO, 2010, p. 184). Este local, embelezado e adaptado no início do século XX para a instalação das casas mais ricas, para os melhores estabelecimentos comerciais e de serviços (GHIRARDELLO, 2010, p. 184), no momento estudado é parcialmente reformulado – os edifícios de arquitetura eclética serão adaptados e/ou reformados, por questões estéticas ou estruturais, exibindo um novo aspecto mo-

dernista que irá corresponder dialogicamente ao período histórico e econômico, mesmo que não originado essencialmente sobre seus preceitos. No entorno da área de estudo, por exemplo, edifícios como o antigo Theatro Rio Branco, hoje Teatro Municipal, passou por reformulações, inclusive antes do período abordado. Ao final da década de 40, por meio de fotografias já é possível notar modificações em sua arquitetura, ainda que em um primeiro momento tenha-se mantido alguns dos elementos e preservada na reforma as características ecléticas. Como podemos ver na **Figura 64**, o Cine Teatro Rio Branco, assim chamado no período, já não possuía mais suas estátuas simbólicas em seu coroamento e apresentava um fechamento

Figura 64 - Cine Teatro Rio Branco, antigo Theatro Rio Branco. Fotografia de 1949.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

nos espaços entre as colunas da fachada, área anteriormente aberta para um hall de entrada. Nota-se a construção de um pavimento superior e novas portas abertas em frente à via pública para função de comércio. As áreas da base do

edifício que contemplavam aberturas para um porão alto passaram a ser aproveitadas e foram adaptados balcões com gradis em ferro na sua fachada principal. Curiosamente, as portas dos balcões são em arco pleno e apresentam sobre-

Figura 65 - Cine Rio Branco, antigo Theatro Rio Branco. Fotografia da década de 1970.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

portas com ornamentos de aspecto românico. É possível que essa reforma não tenha ainda sido impulsionada pelo discurso moderno como estudado neste tópico, mas provavelmente tenha-se adaptado à estrutura por mera necessidade.

Posteriormente, a estrutura da mesma edificação seguiu alterando suas fachadas que, a partir da década de 60, tornam-se cada vez menos ornamentadas, sendo adaptado seu volume às formas simples, sem decorações, como

vemos nas **Figuras 65, 66 e 67**. O então Cine Rio Branco passou a apresentar novas esquadrias e uma marquise em sua fachada principal. Sua platibanda vazada com balaustradas foi fechada e alinhada com o restante da edificação, bem como suas pilastras, buscando e quase atingindo um volume prismático simples. Assim, descaracterizou-se por completo o edifício que provavelmente ainda possui as mesmas fundações da antiga obra eclética.

Figura 66 - Cine Rio Branco, antigo Theatro Rio Branco. Fotografia da década de 1980.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal da Cultura de Bebedouro. Acesso em 2018.

Figura 67 - Teatro Municipal Maurício Alves de Oliveira Jr. Imagem do Google Street View, 2022.



Fonte: Google Street View. Acesso em 2023.

Outro edifício visivelmente descaracterizado no entorno das praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite é o edifício da atual Drogasil, antigo Banco Francês e Italiano para a América do Sul (**Figura 68**).

Apesar de seus antigos registros não apresentarem alta qualidade, é possível notar que tratava-se de uma construção eclética. Entretanto, suas fachadas seguiram o mesmo caminho do Theatro Rio Branco – foi removido ou coberto



Fonte: Google Street View. Acesso em 2023.

seu coroamento na esquina, retirado seu balcão com gradis, bem como os emolduramentos das portas e janelas, que foram substituídos pelos atuais. A porta do balcão passou a ser uma simples janela e foram fechadas as aberturas de face para a rua Prudente de Moraes e as aberturas de face para a rua XV de novembro foram transformadas em vitrines. Como sua volume-

tria não contava com tantos ornamentos como o exemplo anterior, ainda é possível reconhecer o edifício com facilidade quando comparado com uma fotografia antiga, ainda que descaracterizado. A edificação tratada anteriormente como “nova” casa paroquial também segue no mesmo lote, porém foi completamente descaracterizada (**Figura 69**), sendo modificada também grande



Fonte: Google Street View. Acesso em 2023.

Figura 69 - Casa Paroquial “Nova”. Imagem do Google Street View, 2022.

parte de sua estrutura por conta das adaptações de acessibilidade necessárias aos moradores mais idosos. Dela, não é possível reconhecer quase nenhum aspecto da residência com tipologia de porão alto que se tinha anteriormente. Uma residência anteriormente térrea, passou a ter dois pavimentos, não restou nenhum elemento eclético ou as aberturas que a caracterizavam como porão alto. O que é possível notar é a localização da entrada principal, que se manteve à lateral do lote e uma volumetria onde provavelmente era a platibanda ornamentada com coroamento, ou sua referência, que foi utilizada para aumento da altura da edificação.

Outra construção desse período que até o ano de 2022 manteve suas fachadas preservadas, mas que também se inclina para um caminho de descaracterização é o edifício do antigo Banco do Comércio e Indústria (**Figura 70**), em obras atualmente. A alteração que se nota, além da estrutura externa vista na figura, é a remoção de grande parte dos ornamentos ecléticos de sua entrada, como os pilares decorativos e o seu fechamento em gradil de ferro.

É somente a partir da década de 1970, segundo Cabral (2010, p. 125), devido à fusão do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) com o Iphan, que surgiria um novo olhar sobre os traços estilísticos do ecletismo - cujo aspecto arquitetônico e valor artístico serão vistos de

forma historicizada e não mais “mediocre”¹², apesar de contrárias aos padrões modernistas. Entretanto, essa prática de se preservar a arquitetura eclética que vem sendo estudada e discutida, não parece seguir ações concretas na cidade de Bebedouro ou na área de estudo. O único edifício tombado de Bebedouro é a Escola Estadual Abílio Manoel, de 1912, que faz parte do conjunto tombado pelo CONDEPHAAT de escolas construídas pelo Estado de São Paulo. Por mais que haja um movimento saudosista nas redes sociais, onde historiadores e entusiastas tenham criado fóruns, sites e grupos, grande parte das observações e registros divulgados não caminham para uma política de preservação ou inventários para salvaguarda desses edifícios.

Feita uma breve análise da paisagem do objeto no período socioeconômico apresentado, nota-se que, neste momento, as praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite e seu entorno apresentaram seu segundo maior grau de transformação. Junto da análise do objeto neste período, busca-se tornar pública a reconstituição da área e seu entorno em 1920/30, feita no capítulo anterior, como material e embasamento para o estudo de possíveis intervenções, como as propostas de diretrizes apresentadas no capítulo seguinte, de modo que atuem como um incentivo para futuras políticas de preservação.



Fonte: Fotografia divulgada na página “Bebedouro em Foco”. Disponível em: <<https://www.fb.com/bebedouroemfoco/photos/pb.100064873682635.-2207520000.5111532552288149/?type=3>>. Acesso em junho de 2023.

Figura 70 - Antigo Banco do Comércio e Indústria

12 BRUAND, 2010, p. 33

TECNOLOGIA NO ESPAÇO URBANO CONTEMPORÂNEO

Aprender com a cidade existente é, para o arquiteto, uma maneira de ser revolucionário. Não do modo óbvio, que é derrubar Paris e começar tudo de novo, como Le Corbusier sugeriu, mas de outro, mais tolerante, isto é, questionar o modo como vemos as coisas (VENTURI, BROWN & IZENOUR, 2003, p. 25 apud. DARODA, 2012, p. 33).

Neste capítulo será abordado brevemente o embasamento bibliográfico e o motivo da metodologia empregada para a reconstrução e representação gráfica do objeto de estudo ser prioritariamente digital e sua divulgação por meio de QR Code.

O espaço livre nos núcleos urbanos dos antigos patrimônios religiosos, como estudamos anteriormente, passam de espaços estritamente religiosos para um uso laico, transformando a sua paisagem em um reflexo dos diferentes períodos socioeconômicos pelos quais passa a cidade. Segundo Daroda (2012, p. 34), os espaços públicos urbanos e consequentemente sua paisagem são moldados a partir do uso cotidiano, refletindo transformações de novas funções geradas por processos sociais, políticos e, como o presente estudo mais se aprofunda, por processos econômicos. A inovação tecnológica em meio ao predomínio de uma economia de fluxos globais provocou a necessidade de adaptação rápida às mudanças impostas pelas tecnologias de comunicação e informação (DARODA, 2012, p. 109).

Os parâmetros urbanos com os quais os discursos modernistas de progresso e desenvolvimento se identificavam não mais se aplicam na sociedade contemporânea, tampouco nas alterações que a paisagem das praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite vêm sofrendo. O avanço da tecnologia, segundo a autora, modificou os interesses e a forma de experimentar os espaços urbanos (DARODA, 2012, p. 34). Essas experiências são transformadas pela tecnologia, que passou a alterar os hábitos e maneiras de viver da sociedade (DARODA,

2012, p. 34).

Tratada como “terceira modernidade” ou “novo urbanismo”¹³, esse novo período ditado pelo avanço tecnológico atual transforma os espaços públicos como áreas integradoras da cidade, possuindo a capacidade de resgatar e conservar a imagem urbana de modo a garantir a interação entre usuário e espaço em uma sociedade quase virtual (DARODA, 2012, p. 69).

Com o surgimento da internet e a chegada dos computadores no cotidiano das pessoas, ao longo das últimas décadas, o espaço virtual passou a ser parte do habitat do cidadão, atuando como uma nova dimensão que possibilita novas formas de vivência de espaços físicos (DARODA, 2012, p. 46). Através de softwares, hardwares e sua conexão com pessoas, configura-se um universo abstrato da informação para onde se vai com a mente, possibilitando virtualizar o espaço físico e estabelecer um novo campo para experiências e novas dinâmicas de interação (DARODA, 2012, p. 46). No caso do espaço urbano, a existência de territórios informacionais é chamada espaços híbridos, que resultam na formação de novos espaços por meio da fusão do físico com o virtual (BESLAY; HAKALA, 2007, apud. DARODA, 2012, p. 49).

Partindo dessa situação cultural em que novos padrões de comunicação e sociabilidade são utilizados, optou-se por resgatar e conser-

var a paisagem morfológica urbana reconstituída dos anos de 1920/30 por meio de experiência virtual, sugerindo através de painel informativo um passeio e experiência de um ambiente híbrido com a sobreposição de objetos virtuais em relação ao meio físico, permitindo assim a compreensão do espaço físico em âmbito virtual. Segundo Daroda (2012, p. 51), um espaço livre público, uma praça, um parque etc. dotados de tecnologias vão continuar sendo uma praça, um parque etc. porém transformados pela territorialidade informacional emergente e adequados aos novos usos e usuários da cidade e do contexto contemporâneo.

Juntamente com a proposta de compreensão dos espaços públicos contemporâneos como áreas híbridas que podem oferecer uma experiência aos usuários por meios digitais, propõe-se o uso dessas tecnologias como uma ferramenta informacional, através de tour virtual, para divulgar o material elaborado no presente trabalho e ampliar as discussões sobre futuras políticas de preservação dos edifícios existentes no entorno das praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite. Para tal, no capítulo seguinte compila-se uma proposta de diretrizes e ensaio projetual de um painel informativo, com a finalidade de viabilizar a experiência físico-virtual que permite o passeio virtual.

13 ASCHER, 2010, p. 61 apud. DARODA, 2012, p. 69.

05 | INTERVENÇÃO E PROPOSTA DE DIRETRIZES: UMA FERRAMENTA INFORMACIONAL

A partir da abordagem bibliográfica que apresenta o espaço contemporâneo, o ensaio projetual aplicado no objeto de estudo fundamenta-se, basicamente, na sua compreensão como espaço híbrido e no seu uso informacional como experiência físico-virtual através de passeio virtual. Para tanto, projetou-se um painel informacional em aço corten, ferramenta de cunho informacional exclusivamente, que conta com um breve texto explicativo e o QR Code e direciona para o tour virtual da reconstrução das praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite e seu entorno nas décadas de 1920/30. Entretanto, para que se utilize a ferramenta, é necessário acessar o passeio virtual por meio de um celular smartphone ou equipamento similar – assim, será visualizada a reconstrução por meio de sua tela.

Com o objetivo de tornar a prática viável e segura ao uso dessa ferramenta no local, uma vez que as ruas que contemplam o entorno das praças são vias destinadas a automóveis, a seguir são propostas algumas diretrizes urbanas para a área de estudo.

- A curto prazo: horários sem carros. A área estudada é contemplada majoritariamente por comércios e, em algumas ocasiões, como quermesses e festas da Paróquia de São João, é fechada a Rua Prudente de Moraes, apenas no trecho entre as praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite. A proposta sugerida neste trabalho é de que sejam elaboradas pesquisas sobre os períodos de maior trânsito de automóveis e de maior uso dos espaços livres por pedestres e, a partir delas, seja proposto um programa que decrete horários sem carros nas ruas que circundam

as praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite, sendo estas: Rua São João, Rua Oscar Werneck, Rua XV de Novembro, Rua Francisco Inácio e Rua Prudente de Moraes.

Visa-se promover a experiência do passeio virtual informativo elaborado ao longo da pesquisa e a segurança do usuário em fazê-lo, porém a medida também promove o desenvolvimento sustentável, socioeconômico e ambiental, além de garantir maior uso do espaço central da cidade. Um exemplo dessa medida é o programa Ruas Abertas, que abrange a Avenida Paulista, na cidade de São Paulo. Reglamentado seu uso pelas autoridades, a finalidade da proposta não necessariamente deve ser restringida ao passeio virtual na cidade de Bebedouro, mas pode consequentemente, promover estruturas temporárias, apresentações artísticas, atividades esportivas, entre outros.

- A longo prazo: ampliação e alargamento de calçadas. Apesar de as calçadas das praças serem suficientemente largas para passeio, não se pode dizer o mesmo das calçadas das ruas São João, Oscar Werneck, XV de Novembro e Francisco Inácio, opostas às praças. Sabe-se que atualmente, em horário comercial de maior trânsito, os estacionamentos ao redor das praças e as vias de automóveis ficam saturados.

A proposta aqui trazida é de que, ainda que não se possa eliminar muito das vias de automóveis, sejam ampliadas as suas calçadas em pontos estratégicos de maior uso de pedestres e projetadas soluções que as tornem contínuas, como faixas de pedestres elevadas, por exemplo.

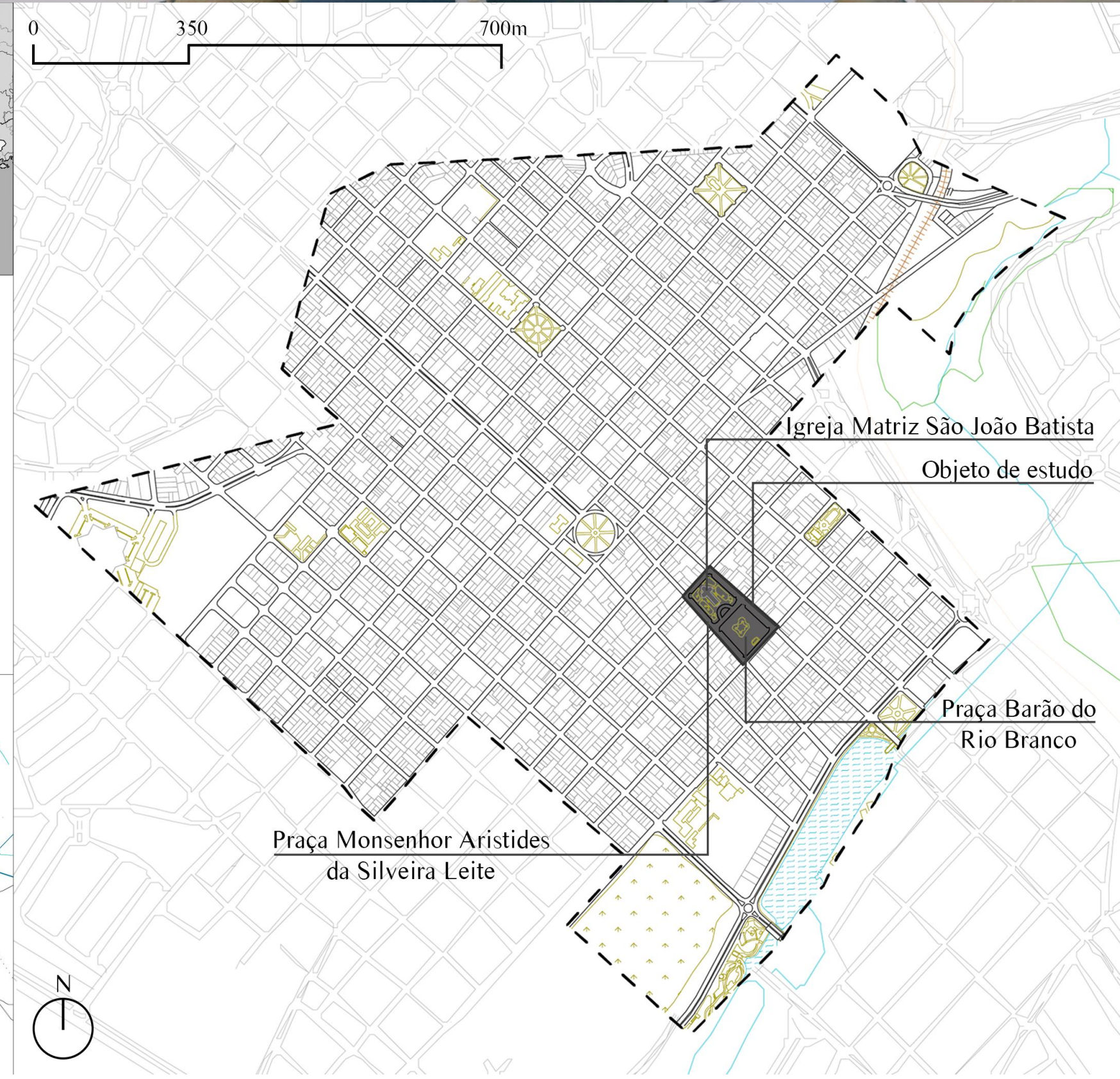
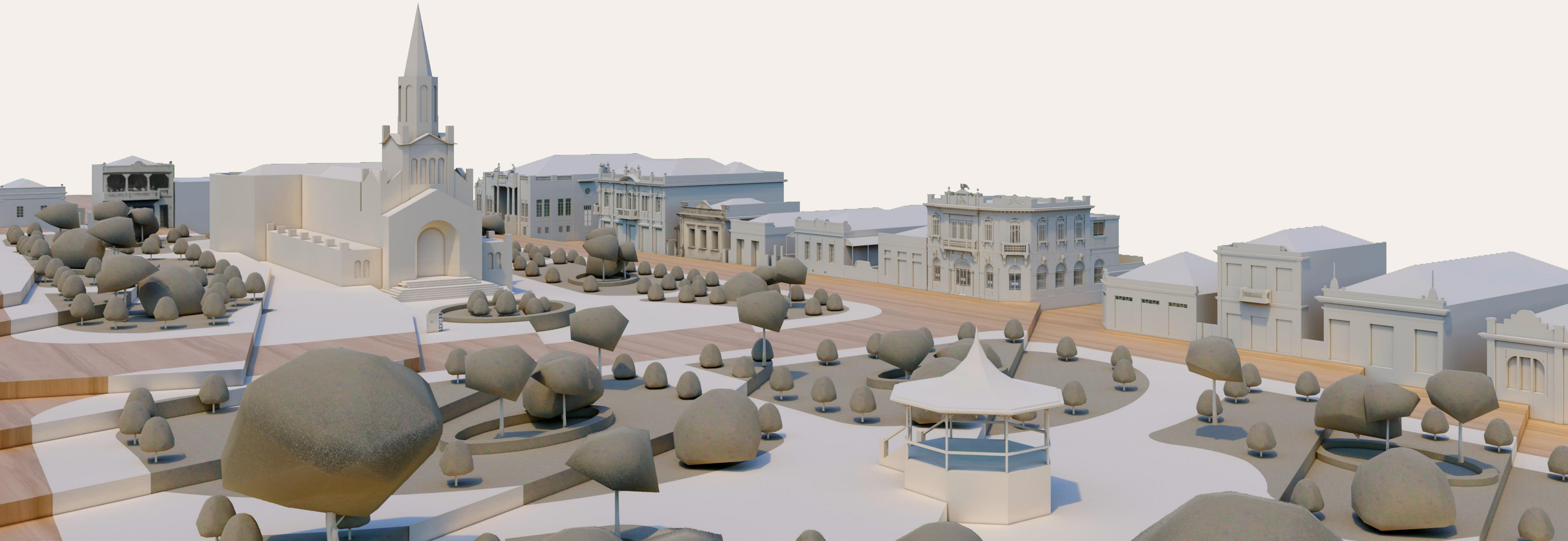
Com ambas medidas, é possível equilibrar o propósito do trabalho – de promover a experiência virtual das praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite de 1920/30 em um espaço contemporâneo, híbrido e seguro, fomentando estudos sobre o tema e incentivando futuras propostas de preservação – e contribuir para o desenvolvimento, a integração e sociabilidade dos usuários nos espaços urbanos, além de fazê-lo sem a necessidade de interferir profundamente no aspecto morfológico do objeto de estudo, permitindo-o se reinventar continuamente dentro dos mesmos limites formais (DARODA, 2012, p. 113).

06

CONJUNTO GRÁFICO

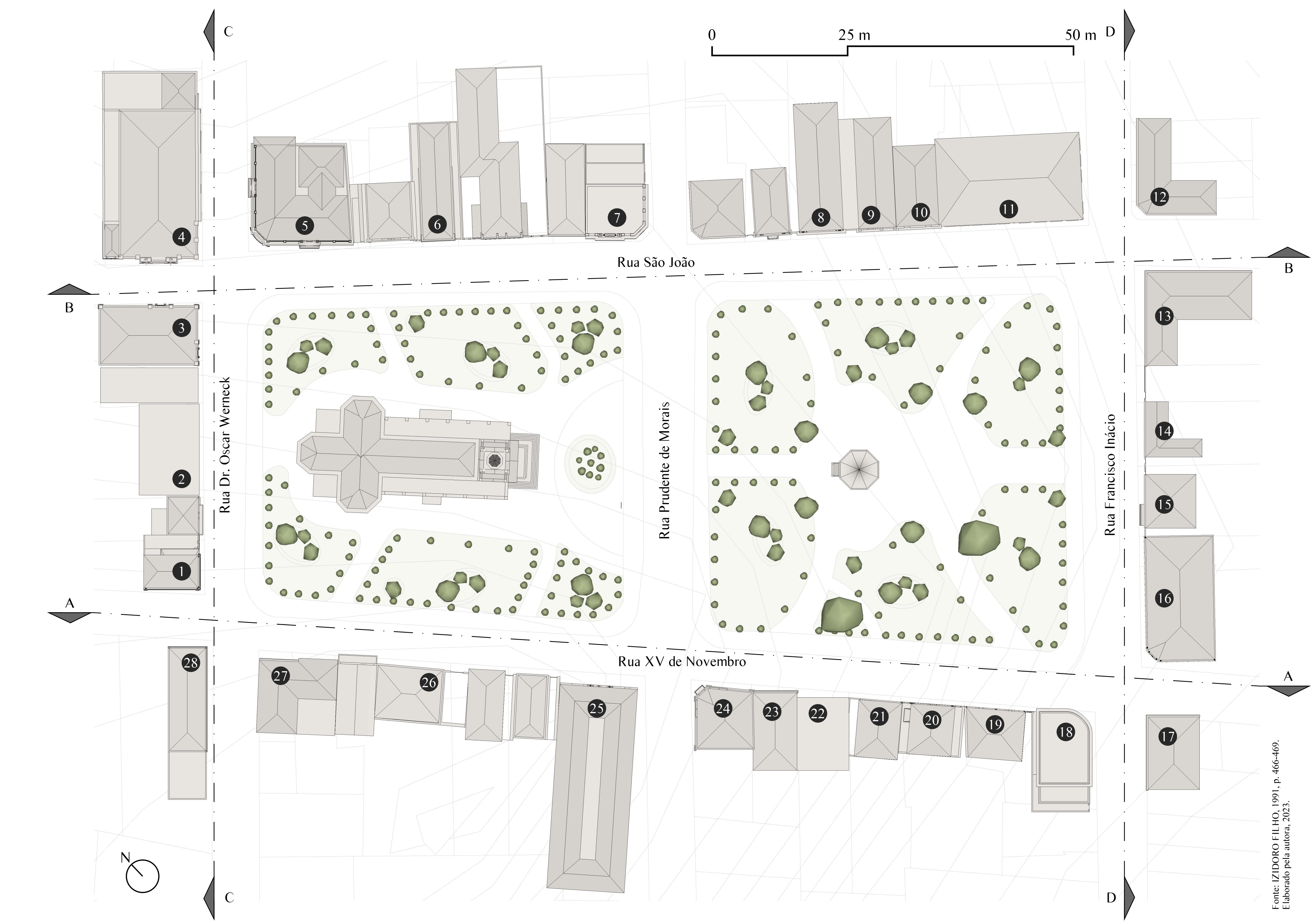
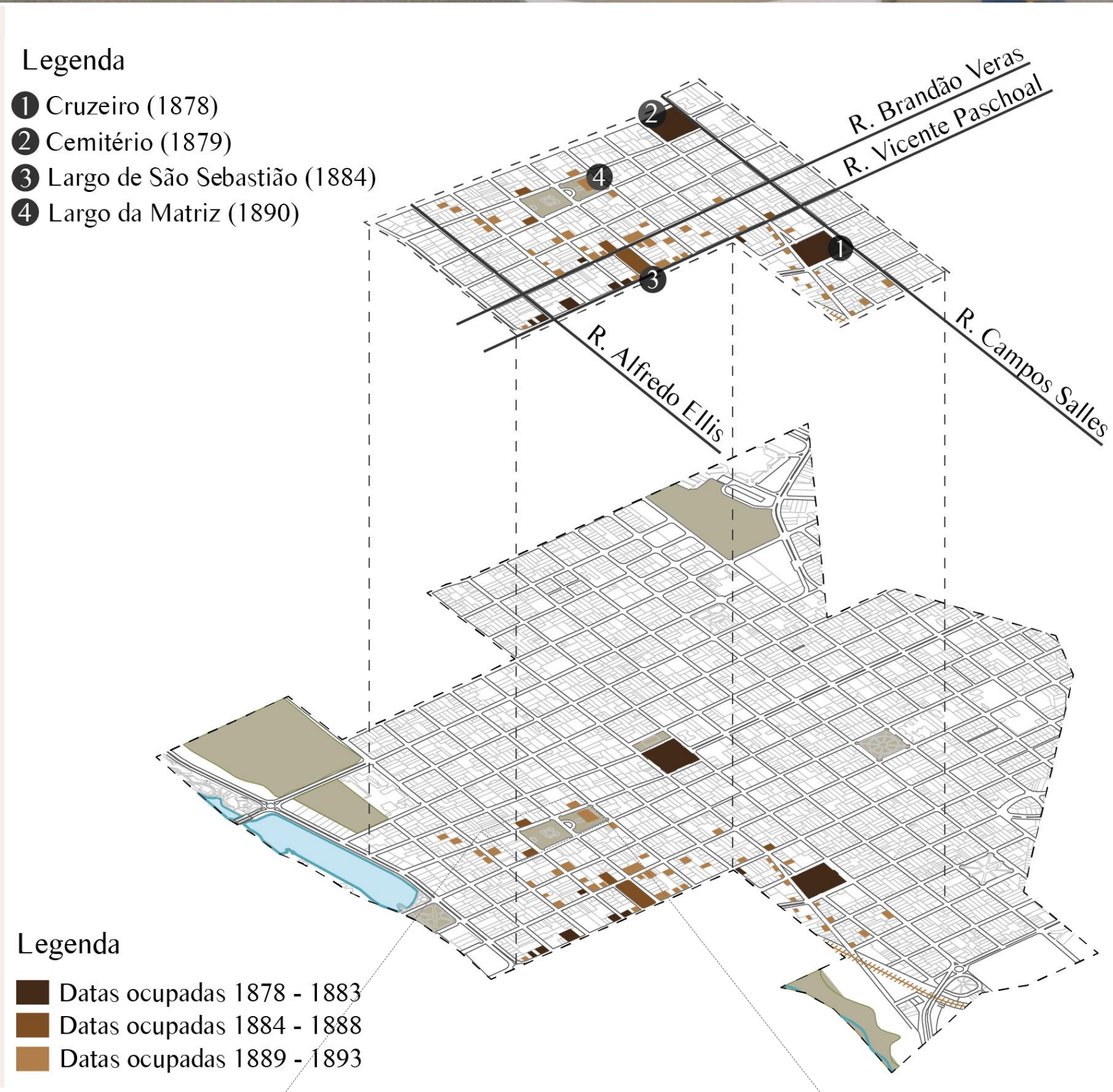
Reconstituição das praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite em 1920/30: composição territorial e arquitetura do café

A seguir, a prancha com o material elaborado. A forma de representação das imagens escolhida foi esquemática, buscando o aspecto de uma maquete física. Acompanhando o raciocínio lógico das etapas do trabalho, o material gráfico apresenta brevemente a localização da área estudada, as praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite, e a ocupação das datas do patrimônio religioso no primeiro momento da formação urbana de Bebedouro. Após a sucinta introdução, tem-se a implantação com as edificações existentes no período estudado que foram identificadas, por meio da bibliografia ou pesquisa da autora. A seguir, são apresentadas as vistas de cada rua do entorno das praças, permitindo melhor análise comparativa das fachadas que contemplavam o recorte nos anos 1920/30. Por fim, são apresentadas as propostas de diretrizes a serem empregadas no local e, junto delas, o projeto do painel informativo, que proporcionará a divulgação do trabalho apresentado e atuará como ferramenta informacional, permitindo a interação do usuário com espaço físico, porém proporcionando uma experiência virtual, por meio do passeio virtual, via QR Code.



Resultado de um patrimônio religioso que se consolidou a partir de uma economia cafeeira, a cidade de Bebedouro exemplifica, morfológicamente, o receituário que foi utilizado na formação de diversas cidades do interior paulista – principalmente nas áreas hoje correspondentes às praças Monsenhor Aristides da Silveira Leite e Barão do Rio Branco. As transformações e melhoramentos urbanos adotados no objeto e a arquitetura eclética, provenientes do ciclo econômico cafeeiro e da chegada da ferrovia, compõem, ou compunham, uma paisagem morfológica passível de estudos mais aprofundados e, principalmente, de reconstituição, visando futuros projetos de preservação. Em busca de um ideal de progresso e modernidade, passou-se a descaracterizar e perder edifícios que carregavam consigo uma história e refletiam uma origem digna de ser reconhecida, não somente por fotografias. O resgate e valorização da arquitetura desse período é recente e são poucos os municípios do interior paulista que avançam com políticas e ações concretas de preservação. A abordagem realizada no trabalho permite estabelecer algumas reflexões. Primeiramente, através da análise do material iconográfico e da reconstituição tridimensional da paisagem das praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite durante as décadas 1920/30, é possível concluir que este se trata do momento socioeconômico mais relevante, o da citricultura, e consequente industrialização, foi possível constatar que, apesar de existir um rico acervo das edificações ecléticas e da composição territorial das praças, muito do que foi essa paisagem nobre se perdeu. A cultura do moderno nacionalista, da funcionalidade, da máquina e do desprezo do “velho” chega na área de estudo descaracterizando o eclético após os anos 1950. Prática que, até o presente momento, não se corrigiu. Apesar de baseada em outras motivações, a cada ano que passa, perde-se um pouco mais dessas construções que refletem um período e uma sociedade, nos quais a cidade de Bebedouro se consolidou.

Finalmente, traz-se para a discussão sobre como é possível recuperar a memória coletiva e promover o conhecimento desses tópicos por meio do entendimento da cidade contemporânea como espaço híbrido. Como, por meio da experiência combinada entre o físico e o virtual, é possível democratizar e divulgar o material elaborado, trazendo essa preocupação com a arquitetura remanescente do período cafeeiro e abrindo espaço para reflexões dialógicas e críticas, que podem e devem embasar uma política de preservação a ser concretizada o quanto antes. A arquitetura e os espaços públicos dos centros urbanos devem remeter, ainda que de modo fragmentado – ou virtual –, aos aspectos e formas urbanas pelos quais se solidificaram.



- | | | | |
|---|---|--|---|
| 1 Casa Parochial "antiga" | 8 Gazeta de Bebedouro (Lucas Evangelista) | 15 Joalheria Vicente Peirone | 22 Residência do sr. Dr. Zacharias Bahia |
| 2 Residência do sr. Dr. Pedro Pereira | 9 Residência do sr. Nhonhô Caetano (fazendeiro) | 16 Clube Internacional, depois Sede Social da Associação dos Empregados no Comércio de Bebedouro | 23 Dentista Dr. Ricardo Marcondes Machado |
| 3 Pharmacia Almeida, depois Pharmacia Central | 10 Barbearia do sr. Alberto Pellegrini | 17 Vidraceiro Dante Martin | 24 Banco Francês e Italiano para a América do Sul |
| 4 Theatro Rio Branco | 11 Loja de fazendas do sr. Moises Calif | 18 Banco do Brasil | 25 Hotel Amadeo |
| 5 Armazém do Salomão Daud, depois Palacete Zaccarelli | 12 Hotel Sessa | 19 Armazém do sr. Salvador Plantera | 26 Escritório da E. de Ferro São Paulo/Goiás |
| 6 Farmácia Cruz | 13 Hotel Filemon | 20 Residência do sr. Romeu F. Lima (contador do B. Brasil) | 27 Alfaiataria do sr. Ambruzzi |
| 7 Banco do Comércio Indústria do Estado de São Paulo | 14 Alfaiataria Ferrari | 21 Empresa Elétrica de Bebedouro (Antunes) | 28 Instituto Santa Therezinha |

Painel Informativo

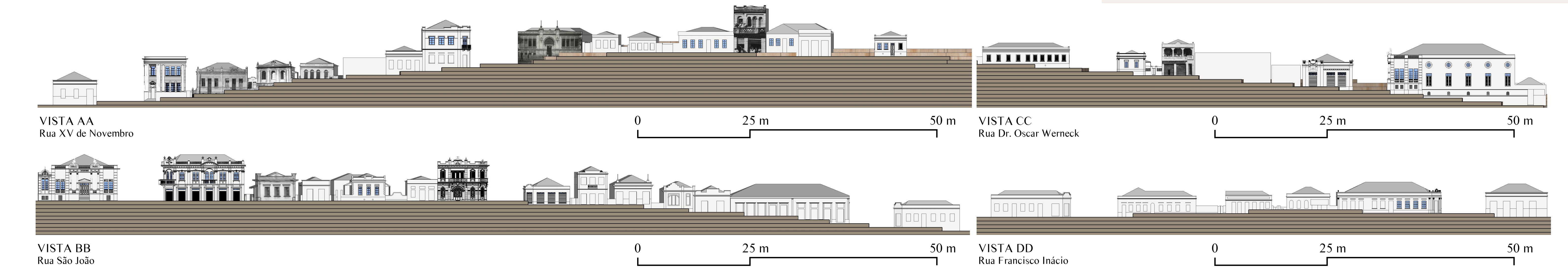
O projeto aplicado no objeto de estudo fundamenta-se, basicamente, na sua compreensão como espaço híbrido e no seu uso informacional como experiência físico-virtual. Para tanto, projetou-se um painel informacional em aço corten, ferramenta de cunho informacional exclusivamente, que conta com um breve texto explicativo em letras caixas e braille, além do QR Code que direciona para o tour virtual da reconstrução das praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite e seu entorno nas décadas de 1920/30. Entretanto, para que se utilize a ferramenta, é necessário acessar o passeio virtual por meio de um celular smartphone ou equipamento similar. Com o objetivo de tornar a prática viável e segura ao uso dessa ferramenta no local, uma vez que as ruas que contemplam o entorno das praças são vias destinadas a automóveis, a seguir são propostas algumas diretrizes urbanas para a área de estudo.

A curto prazo: um programa que decreta horários sem carros nas ruas que circundam as praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite, sendo estas: Rua São João, Rua Oscar Werneck, Rua XV de Novembro, Rua Francisco Inácio e Rua Prudente de Moraes. Visa-se promover a experiência do passeio virtual informativo elaborado ao longo da pesquisa e a segurança do usuário em fazê-lo, além de garantir maior uso do espaço central da cidade.

A longo prazo: ampliação e alargamento de calçadas. Apesar de as calçadas das praças serem suficientemente largas para passeio, não se pode dizer o mesmo das calçadas das ruas São João, Oscar Werneck, XV de Novembro e Francisco Inácio, opostas às praças. A proposta aqui trazida é de que, ainda que não se possa eliminar muito das vias de automóveis, sejam ampliadas as suas calçadas em pontos estratégicos de maior uso de pedestres e projetadas soluções que as tornem contínuas, como faixas de pedestres elevadas, por exemplo.

Com ambas medidas, é possível equilibrar o propósito do trabalho – de promover a experiência virtual das praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite de 1920/30 em um espaço contemporâneo, híbrido e seguro, fomentando estudos sobre o tema e incentivando futuras propostas de preservação.

Texto em braille
Texto informativo
QR Code tour virtual



07 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resultado de um patrimônio religioso que se consolidou a partir de uma economia cafeeira, a cidade de Bebedouro exemplifica, morfológicamente, o receituário que foi utilizado na formação de diversas cidades do interior paulista – principalmente nas áreas hoje correspondentes às praças Monsenhor Aristides da Silveira Leite e Barão do Rio Branco.

As transformações e melhoramentos urbanos adotados no objeto e a arquitetura eclética, provenientes do ciclo econômico cafeeiro e da chegada da ferrovia, compõem, ou compunham, uma paisagem morfológica passível de estudos mais aprofundados e, principalmente, de reconstituição, visando futuros projetos de preservação. Em busca de um ideal de progresso e modernidade, passou-se a descaracterizar e perder edifícios que carregavam consigo uma história e refletiam uma origem digna de ser reconhecida, não somente por fotografias. O resgate e valorização da arquitetura desse período é recente e são poucos os municípios do interior paulista que avançam com políticas e ações concretas de preservação.

A abordagem realizada no trabalho permite estabelecer algumas reflexões. Primeiramente, através da análise do material iconográfico e da reconstituição tridimensional da paisagem das praças Barão do Rio Branco e Monsenhor Aristides da Silveira Leite durante as décadas 1920/30, é possível concluir que este se trata do momento socioeconômico no qual houve o maior grau de transformação morfológica do local. Em meio à formação do núcleo urbano, nascido de um patrimônio religioso tardio, a cafeicultura e a ferrovia vêm para impulsionar grande desenvolvimento, materializando os primeiros elementos da forma urbana e seu traçado.

Ao longo da análise do objeto em seu segundo período socioeconômico mais relevante, o da citricultura, e consequente industrialização, foi possível constatar que, apesar de existir um rico acervo das edificações ecléticas e da composição territorial das praças, muito do que foi essa paisagem nobre se perdeu. A cultura do moderno nacionalista, da funcionalidade, da máquina e do desprezo do “velho” chega na área de estudo descaracterizando o eclético após os anos 1950. Prática que, até o presente momento, não se corrigiu. Apesar de baseada em outras motivações, a cada ano que passa, perde-se um pouco mais dessas construções que refletem um período e uma sociedade, nos quais a cidade de Bebedouro se consolidou.

Finalmente, traz-se para a discussão sobre como é possível recuperar a memória coletiva e promover o conhecimento desses tópicos por meio do entendimento da cidade contemporâneo

como espaço híbrido. Como, por meio da experiência combinada entre o físico e o virtual, é possível democratizar e divulgar o material elaborado no trabalho, trazendo essa preocupação com a arquitetura remanescente do período cafeeiro e abrindo espaço para reflexões dialógicas e críticas, que podem e devem embasar uma política de preservação a ser concretizada o quanto antes. A arquitetura e os espaços públicos dos centros urbanos devem remeter, ainda que de modo fragmentado – ou virtual –, aos aspectos e formas urbanas através dos quais se solidificaram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Natalia Santos de. “Brutalismo no interior paulista: momento histórico e as obras da região metropolitana de Sorocaba”. In: **13º Seminário Docomomo**, Brasil 2019. História e Historiografia da Arquitetura e do Urbanismo Modernos no Brasil.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo , v. 32, n. 63, p. 143-170, 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882012000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em on 31 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000100007>.

BARREIRA, Irllys Alencar F.. **A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio**. Sociologias, Porto Alegre , n. 9, p. 314-339, jan. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222003000100011>.

Bebedouro em Revista, 1962. São Paulo: Ano II, número III.

BORTOLUCCI, Maria Angela Pereira de Castro e Silva. **Moradias Urbanas Construídas em São Carlos no Período Cafeeiro**. Tese Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1991.

BRAY, Silvio Carlos. **As Companhias Ferroviárias e os Ferroviários no Processo de Estruturação Urbana e Socioeconômica de Bebedouro**. Bebedouro: IMESB-VC, 2011.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

CABRAL, Renata. Eo Iphan retiou o véu da noiva e disse sim. Ecletismo e modernismo no edifício Luciano Costa. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 123-146. jul.-dez. 2010.

CAVALCANTI, Lauro (org.). 2000. **Modernistas na repartição**. 2ª edição rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-Iphan.

CERVI, Marcelo Adriano. **História da Paróquia e da Igreja Matriz De São João Batista de Bebedouro/SP**. Bebedouro: [s.n.] Diocese de Jaboticabal, 2016.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CONEGO ARISTIDES DA SILVEIRA LEITE. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Bebedouro**. Diocese de Jaboticabal, 1935.

DARODA, Raquel Ferreira. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea**. Dissertação Mestrado. Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

FABRIS, Annateresa. A crítica modernista à cultura do Ecletismo. **Revista de Italianística**, Ano III, nº 3, p. 73-84, 1995.

FABRIS, Annateresa. Arquitetura Eclética no Brasil: o cenário da modernização. **Anais do Museu Paulista**. Nova Série Nº 1, 1993.

GARCIA, Valéria Eugênia. **As tramas e o poder: Jaboticabal 1895-1936 praça, igreja e uma outra história**. Dissertação Mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008.

GAZETA DE BEBEDOURO. Diversas edições dos anos de 1964 a 1968. Disponíveis no acervo do arquivo da Gazeta de Bebedouro.

GAZETA DE BEBEDOURO. O estilo neoclássico das agências do Banco do Brasil. Suplemento Especial de Aniversário de Bebedouro, 3 de maio de 2005.

GHIRARDELLO, N. **À Beira da Linha: Formações urbanas da Noroeste Paulista**. Tese Doutorado.

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.

GHIRARDELLO, N. **A Formação dos Patrimônios Religiosos no processo de Expansão Urbana Paulista**. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 264 p.

GHIRARDELLO, N. **Bauru em temas urbanos**. 1 ed. Tupã: ANAP. 2020, 353 p.

IZIDORO FILHO, M. **Reminiscências de Bebedouro**. 1 ed. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa Ltda. 1991, 686 p.

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LE MOS, Carlos A. C. **Alvenaria Burguesa**: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico do café. São Paulo, Nobel, 1989.

LIMA JUNIOR, M. A. **O Traço Moderno na Arquitetura Religiosa Paulista**. Dissertação Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-20122016-151043/publico/marcioantonio.pdf> > Acesso em: maio de 2018.

MARX, M. **Nosso Chão: Do Sagrado ao Profano**. 1989. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 217 p.

MARX, M. **Cidade no Brasil Terra de Quem?** 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991. 143 p.

MOREIRA, Daniele Couto. **Arquitetura Ferroviária e Industrial**: o caso das cidades de São João Del-Rei e Juiz de Fora (1875-1930). Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Carlos, 2007. Disponível em <<https://teses.usp.br/teses/disponi>

veis/18/18142/tde-10092007-133334/publico/01.pdf>. Acesso em: março de 2021.

OLIVEIRA, C. E. F. **Entre o local e o provincial**: os Conselhos Gerais de Província e as Câmaras Municipais, São Paulo e Minas Gerais (1828-1834). Almanack. Guarulhos, n.09, p.92-102, abril de 2015. São Paulo. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332015000100092&script=sci_abstract&tlng=pt > Acesso em: junho de 2018.

PICCINATO JUNIOR, Dirceu; SALGADO, Ivone. **A conflituosa relação entre igreja e poder público municipal no gerenciamento da terra urbana – estudo de caso: Cruz das Posses, São Paulo**. urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana, Curitiba , v. 8, n. 2, p. 228-241, Agosto de 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692016000200228&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: junho de 2018. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.008.002.AO05>.

PICCINATO JUNIOR, D. **Terra Urbana, Patrimônio Fundiário**: uma Análise histórica da apropriação do solo na configuração do urbano no nordeste paulista (1800-1930). Dissertação Mestrado em Urbanismo. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica. Campinas, 2012. Disponível em: < <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/101/1/Dirceu%20Piccinato%20Junior%20.pdf> > Acesso em: junho de 2018.

PICCINATO JUNIOR, Dirceu. **Em chão urbano, o senhorio é santo**: urbanização e aforamento de terras no Bispado do Ribeirão Preto entre o Brasil Império e a Primeira República. 2016. 358p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas – SP. Disponível em: < <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/927>> Acesso em: 31 out. 2020.

PUPIM, R. G. **Cidade e território do Oeste Paulista**: mobilidade e modernidade nos processos de construção e re-configuração do urbano. Dissertação Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-06022009-135824/publico/dissertacao_Rafael_Giacomo_Pupim.pdf > Acesso em: junho de 2018.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000. 213 p.

ROSADA, M. **Igrejas Paulistas da Colônia e do Império**: Arquitetura e Ornamentação. Tese Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-30062016-112001/es.php> >

Acesso em: junho de 2018.

SILVA, Eugênio Oliveira. **Bebedouro, em Revista**. São Paulo: Ferrovia, 1949.

TESSARI, Leandro Marcos. **Processo de expansão urbana e conurbação em uma aglomeração urbana não-metropolitana no interior paulista**. Tese Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2009.

